

An aerial, top-down view of a winding river in the Amazon rainforest. The river is a deep blue color, contrasting with the lush green forest. Sandy banks are visible along the river's edges. In the lower right, a small wooden boat is on the water. The overall style is that of a stylized illustration or map.

AMAZÔNIA
2030

FATOS DA AMAZÔNIA 2025

Daniel Santos, Manuele Lima,
Agatha Vilhena, Beto Veríssimo
e Caíque Silva

FATOS DA **AMAZÔNIA** **2025**


Daniel Santos, Manuele Lima,
Agatha Vilhena, Beto Veríssimo e Caíque Silva

Instituições parceiras



SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	8
CARACTERÍSTICAS GERAIS: AS AMAZÔNIAS	12
Amazônia na América do Sul: a Pan-Amazônia	12
A bacia hidrográfica da Pan-Amazônia	16
A Amazônia Brasileira	17
As Cinco Amazôniaas	19
MEIO AMBIENTE E USO DO SOLO NA AMAZÔNIA LEGAL	21
Desmatamento da Amazônia Legal	21
Desmatamento nos biomas Cerrado e Pantanal	26
Degradação Florestal	27
• Focos de calor e queimadas	27
• Garimpo ilegal na Amazônia	30
• Exploração de Madeira	30
Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)	32
Cobertura de solos na Amazônia Legal: MapBiomias	36
Situação Fundiária	38
Áreas Protegidas	39
Assentamentos rurais	41
Produção Florestal	42
Bioeconomia	45
• Cacau em amêndoas	45
• Açaí plantado e nativo	47



• Castanha-do-brasil	49
• Agricultura	51
• Principais culturas agrícolas da Amazônia Legal	53
• A Pecuária na Amazônia Legal	56
Mineração Industrial na Amazônia	59
Água na Amazônia Legal	61
SOCIOECONOMIA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	63
Perfil da população da Amazônia	63
• Evolução da população residente	63
• População por raça	65
• População por faixa etária: Amazônia ainda é jovem	67
A ECONOMIA DA AMAZÔNIA	68
Produto Interno Bruto (PIB)	68
O PIB <i>per capita</i> da Amazônia Legal	71
Taxa de crescimento do PIB	74
Setores mais relevantes da economia da Amazônia	75
Baixa renda média na Amazônia Legal	76
Taxa de pobreza nacional: menor taxa da série histórica	77
A infraestrutura da Amazônia Legal	79
• Internet e telefonia móvel	79
• Energia hidrelétrica na Amazônia	81
SEGURANÇA PÚBLICA	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Limite máximo da Pan-Amazônia, segundo a Raisg, 2025	13
Figura 2. Cobertura vegetal e desmatamento no bioma Amazônia da Pan-Amazônia até 2024	15
Figura 3. Limite da bacia hidrográfica da Pan-Amazônia.	16
Figura 4. Bacias hidrográficas na Amazônia Legal.	17
Figura 5. A Amazônia Legal em 2023	18
Figura 6. As Cinco Amazôniaas	20
Figura 7. Cobertura vegetal e desmatamento na Amazônia Legal, 2024	22
Figura 8. Taxa de desmatamento da Amazônia Legal, 2010-2024	23
Figura 9. Desmatamento (km ²) por estados da Amazônia Legal, 2020-2024	25
Figura 10. Taxa de desmatamento no bioma Cerrado da Amazônia Legal, 2010-2024.....	26
Figura 11. Vegetação e desmatamento acumulado até 2023 nos biomas Cerrado e Pantanal da Amazônia Legal.	27
Figura 12. Focos de calor em 2024 na Amazônia Legal.	28
Figura 13. Focos de calor na Amazônia Legal, 2014-2024.	29
Figura 14. Evolução da área de garimpo ilegal (em hectares) na Amazônia Legal, 2000-2023.	30
Figura 15. Concentração de áreas de exploração madeireira Simex período 2022-2023.....	31
Figura 16. Emissões brutas de CO ₂ e em 2023 nos municípios da Amazônia Legal.	34
Figura 17. Cobertura e uso do solo classe nível 1 na Amazônia Legal em 2023	37
Figura 18. Situação territorial na Amazônia Legal, 2021.....	38
Figura 19. Áreas Protegidas da Amazônia Legal, 2024.	40
Figura 20. Assentamentos rurais na Amazônia Legal, 2024.	42
Figura 21. Quantidade produzida (milhões de m ³) e valor de produção (R\$ bilhões) da extração vegetal de madeira em tora na Amazônia Legal, 2000-2023.	44
Figura 22. Valor da produção de cacau em amêndoas (R\$ bilhões) entre 2010 e 2023 na Amazônia Legal e Pará, 2010-2023.	46
Figura 23. Valor da produção de açaí plantado (R\$ bilhões) entre 2010 e 2023 na Amazônia Legal e Pará, 2015-2023.	47
Figura 24. Valor da produção de açaí nativo (R\$ milhões) entre 2010 e 2023 na Amazônia Legal e Pará, 2010-2023.	48
Figura 25. Valor da produção de castanha-do-brasil (R\$ milhões) na Amazônia Legal, 2010-2023.....	50
Figura 26. Valor da produção de castanha-do-brasil (R\$ milhões) nos estados da Amazônia Legal, 2020-2023.	50

Figura 27. Área total (milhões de hectares) destinada à colheita na Amazônia Legal; lavouras temporárias e permanentes, 2000-2023.....	52
Figura 28. Área total destinada à colheita nos estados da Amazônia Legal; lavouras temporárias e permanentes, 2020 e 2023.....	52
Figura 29. Área colhida (milhões de ha) e valor da produção (R\$ bilhões) em todas as lavouras na Amazônia Legal, 2023.....	53
Figura 30. Número de cabeças de gado nos municípios da Amazônia Legal, 2023.....	57
Figura 31. Evolução da área de mineração industrial (hectares) na Amazônia Legal, 2000-2023.....	59
Figura 32. Superfície de água (milhões de hectares) na Amazônia Legal, 2010-2024.....	61
Figura 33. Evolução da população da Amazônia Legal, 1970-2022.....	63
Figura 34. Tamanho da população nos municípios da Amazônia Legal, 2022.....	64
Figura 35. População por cor ou raça (%) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2022.....	66
Figura 36. Pirâmide etária (% em relação à população total) da Amazônia Legal por sexo, 2022.....	67
Figura 37. PIB Real (R\$ bilhões) na Amazônia Legal, 2010-2021.....	69
Figura 38. PIB Real (R\$ milhões) nos municípios da Amazônia Legal, 2021.....	70
Figura 39. PIB Real <i>per capita</i> da Amazônia Legal e resto do Brasil, 2002-2021.....	71
Figura 40. PIB Real <i>per capita</i> dos estados da Amazônia Legal, 2010, 2015 e 2021.....	72
Figura 41. PIB Real <i>per capita</i> nos municípios da Amazônia Legal, 2021.....	73
Figura 42. Taxa de crescimento do PIB Real (%) em relação ao ano anterior da Amazônia Legal, 2003-2021.....	74
Figura 43. PIB Nominal por atividade econômica na Amazônia Legal e Brasil, 2021.....	75
Figura 44. Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas com rendimento de trabalho nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2023.....	76
Figura 45. Rendimento domiciliar per capita médio (R\$/mês/hab.) na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2023.....	77
Figura 46. Pessoas inscritas no CadÚnico em famílias em situação de extrema pobreza e pobreza (% em relação a população residente), 2014-2023.....	78
Figura 47. Acesso à <i>internet</i> banda larga e móvel (% da população) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2023.....	80
Figura 48. Densidade de acesso à banda larga de internet fixa nos municípios da Amazônia Legal, 2024.....	81
Figura 49. Usinas Hidrelétricas em operação na Amazônia Legal, 2024.....	82
Figura 50. Taxas brutas de mortalidade por homicídios (óbitos por 100 mil habitantes) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2000-2023.....	84
Figura 51. Taxas brutas de mortalidade por homicídios nos municípios da Amazônia Legal, 2023.....	85
Figura 52. Rotas fluviais de tráfico de cocaína e países de origem.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Área (km ²) do limite máximo Raisg e relação entre a área total dos países da América do Sul e da região, 2025.	14
Tabela 2. População amazônica e proporção em relação à população total de cada país da Pan-Amazônia, 2023.	14
Tabela 3. Área, população e número de municípios da Amazônia Legal, 2022.	19
Tabela 4. Desmatamento acumulado nos estados e Amazônia Legal até 2024 e relação com a cobertura florestal original.	24
Tabela 5. Focos de calor nos estados e Amazônia Legal, 2024.	29
Tabela 6. Extração madeireira nos estados e Amazônia Legal, 2020-2023.	32
Tabela 7. Emissões brutas de CO ₂ eq (milhões de toneladas) nos estados da Amazônia Legal, 1990-2023.	33
Tabela 8. Emissões líquidas de CO ₂ eq (milhões de toneladas) nos estados da Amazônia Legal, 2023.	35
Tabela 9. Área (ha) da cobertura do solo classe nível 1 na Amazônia Legal de acordo com Mapbiomas Coleção 9, 2023.	36
Tabela 10. Situação fundiária da Amazônia Legal.	39
Tabela 11. Áreas Protegidas por estados da Amazônia Legal.	41
Tabela 12. Produção de madeira em tora (m ³) por estados da Amazônia Legal, 2010-2023.	43
Tabela 13. Produção de cacau (em amêndoas) em toneladas nos estados da Amazônia Legal, 2018-2023.	45
Tabela 14. Produção de açaí nativo em toneladas nos estados da Amazônia Legal, 2018-2023.	48
Tabela 15. Produção de açaí nativo em toneladas nos estados da Amazônia Legal, 2018-2023.	49
Tabela 16. Produção de castanha-do-brasil em toneladas nos estados da Amazônia Legal, 2018-2023.	51
Tabela 17. Quantidade produzida (toneladas), valor da produção (R\$ bilhões) e porcentagem da produção do Brasil das culturas temporárias na Amazônia Legal, 2023.	54
Tabela 18. Quantidade produzida (toneladas), valor da produção (R\$ bilhões) e porcentagem da produção do Brasil das principais culturas permanentes na Amazônia Legal, 2023.	55
Tabela 19. Evolução do efetivo de rebanho bovino (milhões de cabeças) nos estados e Amazônia Legal, 2000-2023.	56
Tabela 20. Municípios do Pará por tipo de indústria mineral e minérios explorados de forma autorizada.	60
Tabela 21. Superfície de água (hectares) em toneladas nos estados da Amazônia Legal, 2000-20243.	62
Tabela 22. População estimada nos estados da Amazônia Legal, 2014-2024.	65
Tabela 23. População por cor ou raça (%) nos estados da Amazônia Legal, 2022.	66
Tabela 24. PIB Real (R\$ bilhões) nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2002-2021.	69
Tabela 25. Taxa de pobreza nacional (% de pessoas pobres) nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2023.	79

LISTA DE SIGLAS

AMZ2030	Projeto Amazônia 2030
ANA	Agência Nacional de Águas
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
AP	Áreas Protegidas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BCB	Banco Central do Brasil
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CPI	<i>Climate Policy Initiative</i>
EAD	Educação à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
CO ₂ e	Dióxido de carbono equivalente
GEE	Gases de Efeito Estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
Imaflora	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITR	Imposto Territorial sobre a Propriedade Rural
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral
PPM	Pesquisa Pecuária Municipal
Prodes	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia por Satélite
Raisg	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada
Seeg	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
TI	Terra Indígena
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UC	Unidades de Conservação



SUMÁRIO

EXECUTIVO

A Amazônia é uma região de dimensão continental, portanto, há diversas formas de dividi-la e interpretá-la. Essa imensa área pode ser compreendida como uma região internacional (Pan-Amazônia), uma região no território brasileiro (Amazônia Legal), um bioma brasileiro (bioma Amazônia), uma bacia hidrográfica (bacia amazônica), macrozonas com base na cobertura vegetal remanescente (as cinco Amazônia's), além de outras formas a partir da sua diversidade biológica e cultural.

A Pan-Amazônia tem uma área estimada em 8,5 milhões de quilômetros quadrados cobertos por florestas, cerrados e campos naturais que se distribuem em nove países da América do Sul, incluindo o Brasil, país que detém 62% desse território. O restante está distribuído entre Peru (11%), Bolívia (8%), Colômbia (6%), Venezuela (6%) e Equador, Guiana, Guiana Francesa e Suriname (7%). A população da Pan-Amazônia está estimada em 47,6 milhões de habitantes.

O Brasil compreende dois principais territórios geográficos na região: o Bioma Amazônia e a Amazônia Legal. O Bioma Amazônia – definido como um “conjunto de ecorregiões, fauna, flora e dinâmicas e processos ecológicos similares” – possui 4,2 milhões de quilômetros quadrados compostos por florestas tropicais úmidas, extensa rede hidrográfica e enorme biodiversidade, representando 48% do território nacional.

A Amazônia Legal possui aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados e inclui toda a área do Bioma Amazônia, além de parte dos biomas Cerrado e Pantanal. Abrange todos os estados da Região Norte (Acre,

Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Mato Grosso e parte do Maranhão. Ela representa 59% do território nacional.

Outro conceito desenvolvido por pesquisadores do projeto Amazônia 2030 é o das cinco Amazônia, que divide a Amazônia Legal em cinco zonas com base na cobertura vegetal remanescente: florestal, florestal sob pressão, desmatada, não florestal (Cerrado e Pantanal) e urbana.

Este relatório, elaborado com base em dados secundários de diversas instituições de pesquisas públicas e da sociedade civil, faz parte da iniciativa Amazônia 2030^[1]. Seu objetivo é sintetizar as informações econômicas, sociais e ambientais mais recentes da Amazônia Legal^[2] no ano 2025. Segue um resumo dos principais dados para a região.

Segundo o projeto Prodes do Inpe, o desmatamento atingiu 857.178 quilômetros quadrados até 2024, ou 17% da área total da Amazônia Legal. Ao considerar somente a área de floresta nativa do Bioma Amazônia, o desmatamento atingiu 21% da cobertura florestal nativa original.

Em relação aos focos de calor, aproximadamente 2 milhões de focos de calor foram detectados entre 2010 e 2024 em toda a Amazônia Legal, dos quais 192.700 apenas em 2024. Desse total, as maiores quantidades de focos de calor ocorreram nos estados do Pará (56.070) e Mato Grosso (50.551 focos), sendo que neste último houve um aumento

“ Segundo o projeto Prodes do Inpe, o desmatamento atingiu **857.178** quilômetros quadrados até 2024, ou **17%** da área total da Amazônia Legal. ”

^[1] O projeto Amazônia 2030 (AMZ2030) é uma iniciativa de pesquisadores brasileiros para desenvolver um plano de ações para a Amazônia brasileira. Nosso objetivo é que a região tenha condições para alcançar um patamar maior de desenvolvimento econômico e humano e atingir o uso sustentável dos recursos naturais em 2030.

^[2] A Amazônia Legal é definida pela área que corresponde ao território total dos estados da região Norte do Brasil (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) juntamente com a totalidade do estado de Mato Grosso na região Centro-Oeste e parte da área oeste do estado do Maranhão (região Nordeste). Neste estudo, optamos por não fazer comparações com outras regiões específicas do país. Todas as eventuais comparações são feitas em relação ao Brasil.

No que se refere às cadeias produtivas da bioeconomia, segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, a produção de cacau em amêndoas na Amazônia atingiu um valor de produção de aproximadamente R\$ **2,1 bilhões** em 2023, enquanto a produção de açai^[3] atingiu **R\$ 8,9 bilhões** e a de castanha-do-brasil **R\$ 173,2 milhões**.

de 132% em relação ao ano anterior. Na última década, os anos com maiores focos de calor na Amazônia Legal foram 2024 (192.700), 2020 (150.783) e 2017 (149.411 focos).

As emissões totais de Gases de Efeito Estufa (GEE) na Amazônia Legal em 2022 atingiram um pouco mais de 1,1 bilhão de toneladas de CO₂e. Contudo, em termos líquidos, houve uma emissão de 601,14 milhões de toneladas de CO₂e na região.

O efetivo de rebanho bovino existente na região atingiu 106,7 milhões de cabeças de gado em 2023. Os maiores rebanhos estavam em Mato Grosso (34,0 milhões de cabeças), Pará (25,0 milhões) e Rondônia (18,2 milhões). A área de pastagem atingiu 76,8 milhões de hectares em 2023. Em contrapartida, a área de agricultura plantada ou destinada à colheita ocupou 29,3 milhões de hectares no mesmo ano.

Os garimpos ilegais, que geram graves impactos ambientais e sociais, atingiram 246.065 hectares em 2023. De acordo com o Mapbiomas, o garimpo está presente em toda a Amazônia Legal, mas apresenta-se concentrado em algumas regiões, como na região do rio Tapajós, no oeste do estado do Pará, e na Terra Indígena Yanomami, em Roraima.

A Amazônia Legal apresentou uma superfície de água de 11,23 milhões de hectares em 2024, um decréscimo de 8,8% em relação a 2022. A região apresenta tendência de re-

^[3] Soma das receitas da produção do açai plantado e nativo.

dução de superfície de água nos últimos anos. O pior cenário de seca recente ocorreu nos anos de 2016 e 2020, atingindo 10,5 e 10,7 milhões de hectares, respectivamente.

A população da Amazônia Legal aumentou de 7,1 milhões em 1970 para 26,7 milhões de habitantes em 2022, o que representa 13% da população brasileira. O Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia Legal totalizou R\$ 916,9 bilhões em 2021, ou apenas 10% do PIB do Brasil.

De acordo com a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais de 2024 do IBGE, a população em situação de pobreza na Amazônia Legal atingiu 36,2% da população da região em 2023, cerca de 9% a mais que a taxa de pobreza média do Brasil.

As cidades amazônicas abrigam 76% de toda a população da região e possuem em geral um padrão urbanístico irregular e uma oferta de serviço de saneamento deficitário. O esgotamento sanitário via rede coletora aumentou de 13% em 2012 para 19,3% dos domicílios de pessoas inscritas no CadÚnico em 2022 na Amazônia Legal. Contudo, esta proporção é muito menor que a brasileira (60,2% dos domicílios).

Em relação à segurança pública, a Amazônia tornou-se umas das regiões mais violentas do país. A taxa bruta de homicídios saltou de menos de 20 assassinatos por 100 mil habitantes no início dos anos 2000, para mais de 42 assassinatos por 100 mil habitantes em 2017. Apenas após 2017 a taxa de homicídio na região sofreu queda para cerca de 32,9 assassinatos por 100 mil habitantes em 2023, sendo ainda muito superior à do restante do Brasil.



CARACTERÍSTICAS GERAIS: **AS AMAZÔNIAS**

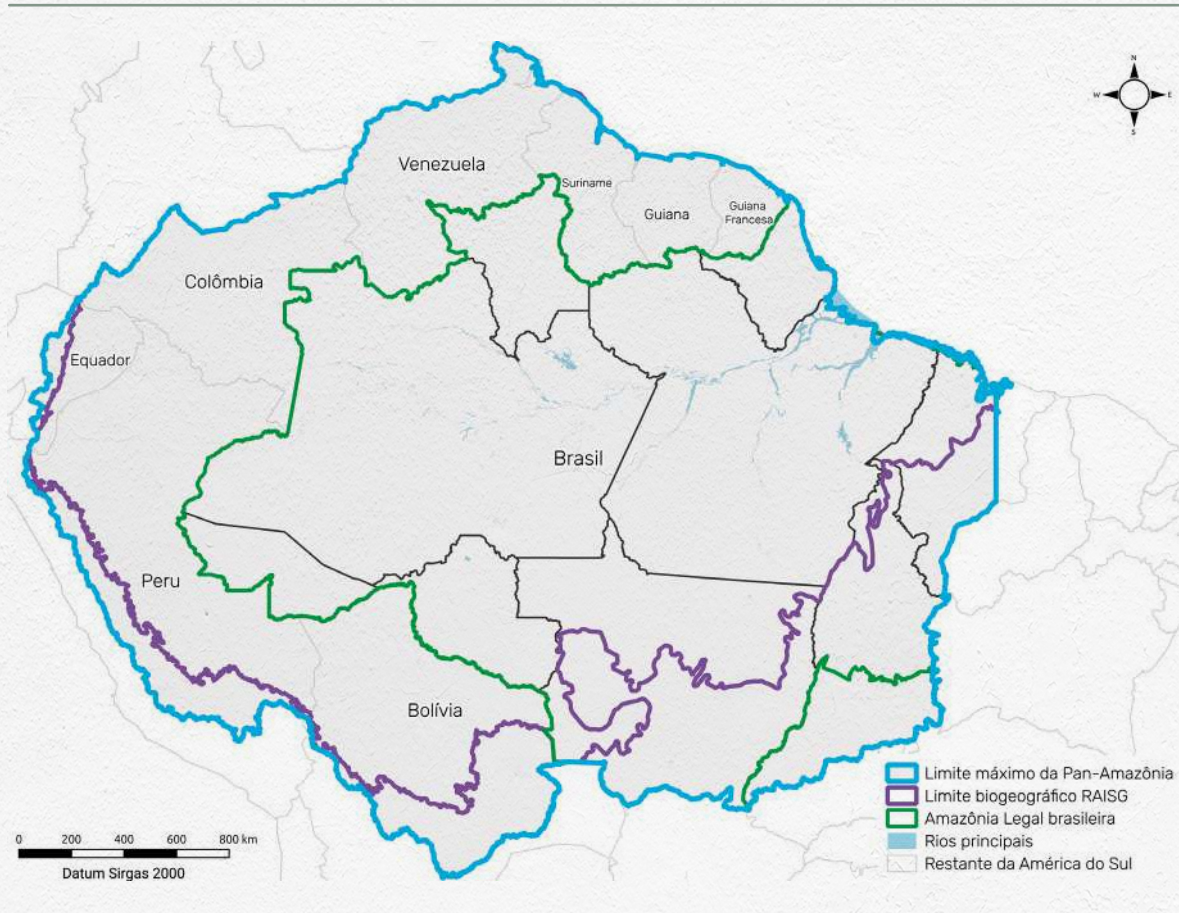
AMAZÔNIA NA AMÉRICA DO SUL: A PAN-AMAZÔNIA

De acordo com a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg)^[4], a Amazônia é uma região com 8,5 milhões de quilômetros quadrados distribuídos em nove países na América do Sul, cujo limite máximo é definido por características biogeográficas (Figura 1). A maior parte do limite máximo da Pan-Amazônia está situada no Brasil (62%), vindo em seguida Peru (11%), Bolívia (8%) e Colômbia (6%). A região possui outros limites, como o Bioma Amazônia (7,0 milhões de km²) (Figura 2) e a bacia hidrográfica (6,9 milhões de km²) (Figura 3)^[5], os quais apresentam esse mesmo padrão de distribuição do território (Tabela 1). A população da Pan-Amazônia está estimada em 47,7 milhões de habitantes (Tabela 2) (Raisg, 2024a).

[4] A Raisg é uma rede de instituições que atuam nos nove países que compõem a Pan-Amazônia. Mais informações em <https://www.raisg.org/>.

[5] As áreas dos limites da Raisg para os países da América do Sul são oriundas dos cálculos de áreas dos *shapefiles* disponibilizados pela Raisg (<https://www.raisg.org/pt-br/mapas/>) com o uso do *software* QGIS.

Figura 1. Limite máximo da Pan-Amazônia, segundo a Raisg, 2025



Fonte: com base nos dados de limites da Raisg e IBGE.

Tabela 1. Área (km²) do limite máximo Raisg e relação entre a área total dos países da América do Sul e da região, 2025

Limites RAISG 2025 - limite máximo da Amazônia			
Países	Área (km²)	% em relação à total da Pan-Amazônia	% da área total do país
Bolívia	714.834	8,4%	65,1%
Brasil	5.238.589	61,8%	61,5%
Colômbia	506.181	6,0%	44,3%
Equador	132.292	1,6%	51,3%
Guiana	211.157	2,5%	100,0%
Guiana Francesa	84.226	1,0%	100,0%
Peru	966.190	11,4%	75,2%
Suriname	146.488	1,7%	100,0%
Venezuela	470.219	5,6%	51,3%
Pan-Amazônia	8.470.176	100,0%	62,0%

Fonte: com base nos dados da Raisg.

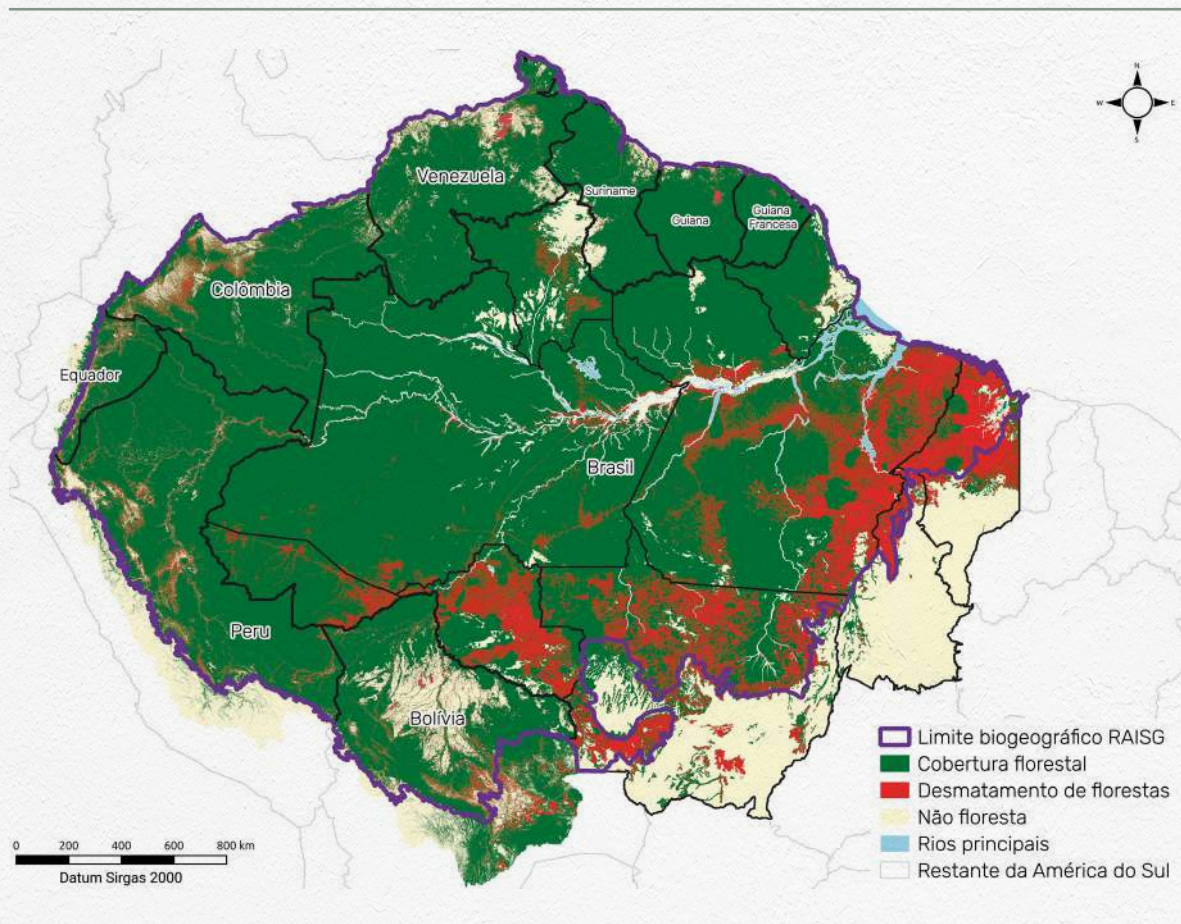
Tabela 2. População amazônica e proporção em relação à população total de cada país da Pan-Amazônia, 2023

População amazônica		
Países	nº de habitantes	% da população do país
Bolívia	8.276.645	71,1%
Brasil	29.062.426	14,3%
Colômbia	1.192.488	2,4%
Equador	928.251	5,5%
Guiana	804.567	100,0%
Guiana Francesa	301.000	100,0%
Peru	4.076.404	13,0%
Suriname	612.985	100,0%
Venezuela	2.417.354	7,2%
Pan-Amazônia	47.672.120	13,37%

Fonte: com base nos dados da Raisg.

Na perspectiva da conservação florestal, as Terras Indígenas (TI) abrigavam 34% da cobertura florestal da Pan-Amazônia, enquanto as Áreas Protegidas (AP) preservavam 28% da região (Raisg, 2024a).

Figura 2. Cobertura vegetal e desmatamento no bioma Amazônia da Pan-Amazônia até 2024

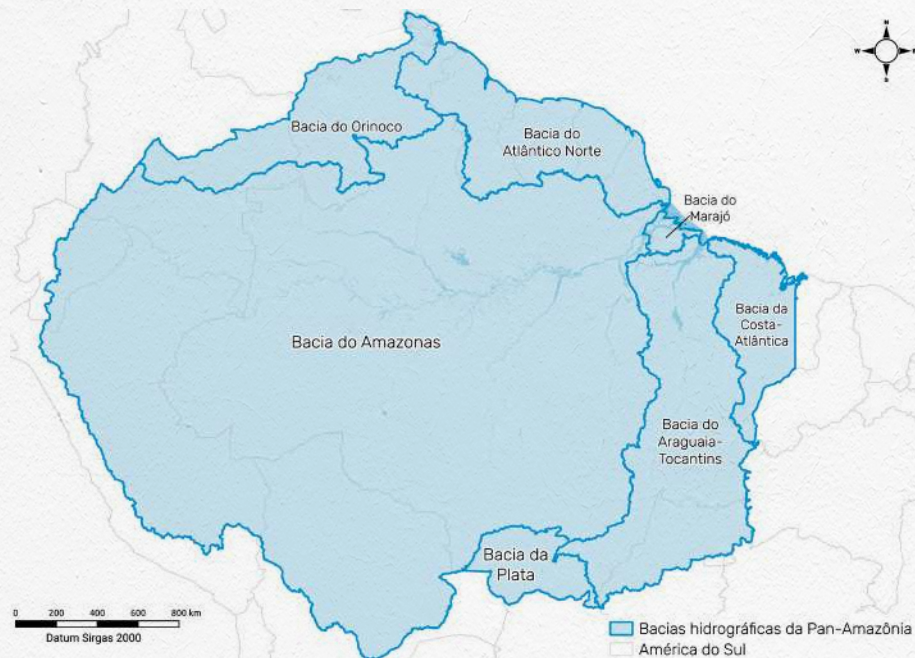


Fonte: com base nos dados da Raisg e Mapbiomas.

A BACIA HIDROGRÁFICA DA PAN-AMAZÔNIA

A bacia amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo^[6] e envolve uma área de 6,9 milhões de quilômetros quadrados (Figura 3). O rio Amazonas percorre uma extensão que oscila entre 6.400 quilômetros no período seco a até 6.800 quilômetros no auge do período chuvoso na região e recebe águas de aproximadamente 1.100 tributários. Ele é o principal rio da bacia (Kuhn *et al.* 2009) com vários importantes afluentes que formam várias sub-bacias hidrográficas no Brasil^[7] (Figura 4). O rio Amazonas funciona como a espinha dorsal da região.

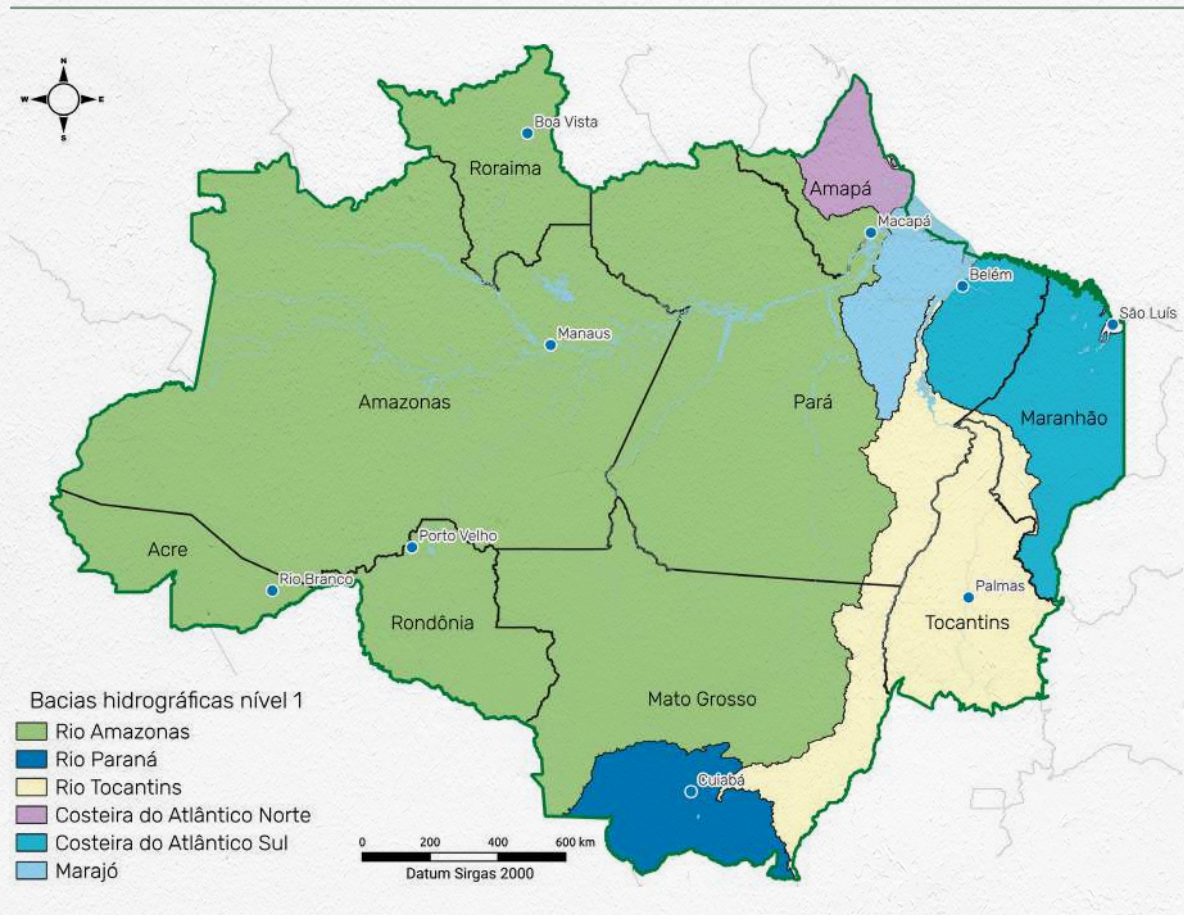
Figura 3. Limite da bacia hidrográfica da Pan-Amazônia.



Fonte: com base nos dados da Raisg.

^[6] A extensão do rio Amazonas varia entre estudos sobre a localização da sua nascente nos Andes peruanos. Alguns geógrafos consideram o rio Ucayali, no Peru, como o início do rio Amazonas. Mais informações em <http://amazonwaters.org/waters>.

^[7] A Agência Nacional de Águas (ANA) divide a bacia amazônica localizada no território brasileiro em níveis que variam de 1 a 7. No nível 1 há seis bacias hidrográficas formadas pelos principais rios da região (Figura 4). Os demais níveis detalham ainda mais a extensa rede hidrográfica da região (ANA 2023).

Figura 4. Bacias hidrográficas na Amazônia Legal.

Fonte: com base nos dados da ANA.

A AMAZÔNIA BRASILEIRA

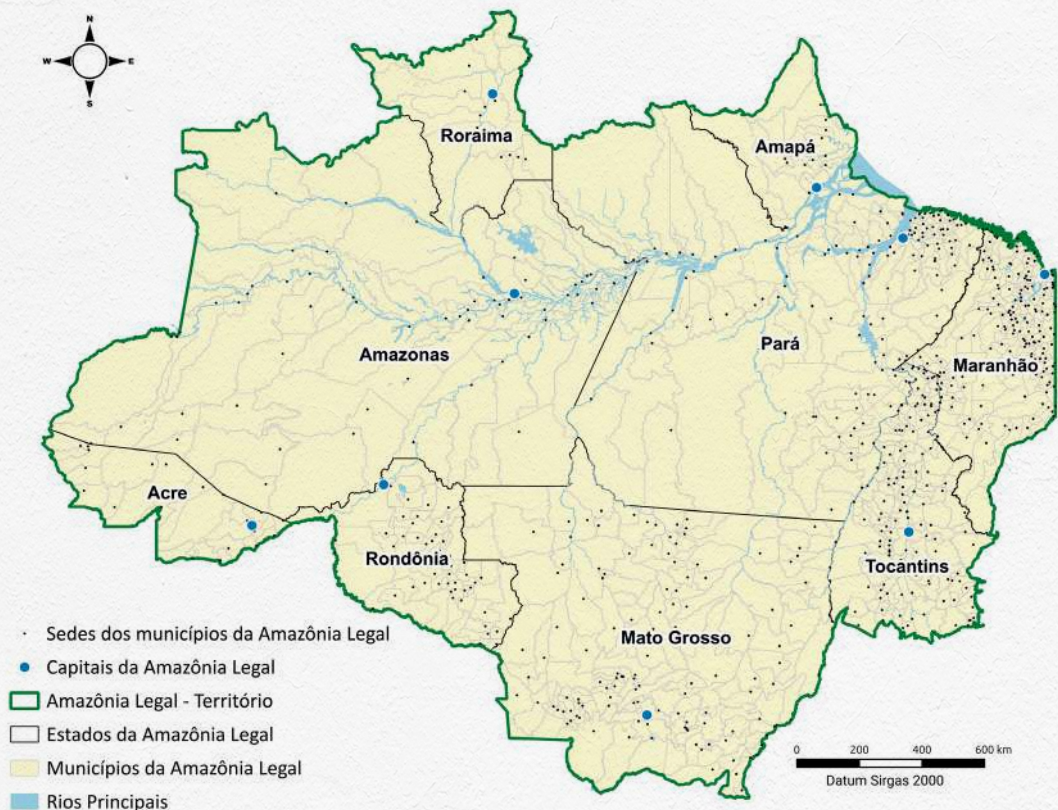
A Amazônia Legal possui 5 milhões de quilômetros quadrados^[8] e compreende nove estados do Brasil: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e mais da metade da área do Maranhão. Há um total de 772 municípios na região (Figura 5). A Amazônia Legal repre-

^[8] A área total da Amazônia Legal varia conforme a fonte. Oficialmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região possuía 5.014.999,9 km² em 2022 (IBGE, 2022a; IBGE 2022b).

senta 59% do território nacional e inclui todo o Bioma Amazônia e parte dos Biomas Cerrado e Pantanal no Mato Grosso (IBGE, 2023a).

De acordo com o Censo Demográfico 2022, a população da Amazônia Legal atingiu 26,7 milhões de habitantes em 2022, o que representa 13% da população brasileira (IBGE, 2024a). Os estados mais populosos são Pará (8,1 milhões) e Maranhão (5,6 milhões). Em geral, a Amazônia Legal possui uma baixa densidade demográfica: apenas 5,3 habitantes por km² em 2022 (Tabela 3).

Figura 5. A Amazônia Legal em 2023



Fonte: com base nos dados do IBGE.

Tabela 3. Área, população e número de municípios da Amazônia Legal, 2022

Estados	Área (km ²)	Número de municípios	População em 2022 (habitantes)	Densidade demográfica em 2022 (hab./km ²)
Acre	164.124,1	22	830.018	5,06
Amapá	142.470,8	16	733.759	5,15
Amazonas	1.559.167,9	62	3.941.613	2,53
Maranhão	261.989,3	181	5.637.265	21,52
Mato Grosso	903.207,7	141	3.658.649	4,05
Pará	1.245.759,1	144	8.120.131	6,52
Rondônia	237.765,4	52	1.581.196	6,65
Roraima	224.273,7	15	636.707	2,84
Tocantins	277.720,4	139	1.511.460	5,44
Amazônia Legal	5.016.478,27	772	26.650.798	5,31
Brasil	8.510.295,91	5.570	203.080.756	23,86

Fonte: com base nos dados do IBGE.

AS CINCO AMAZÔNIAS

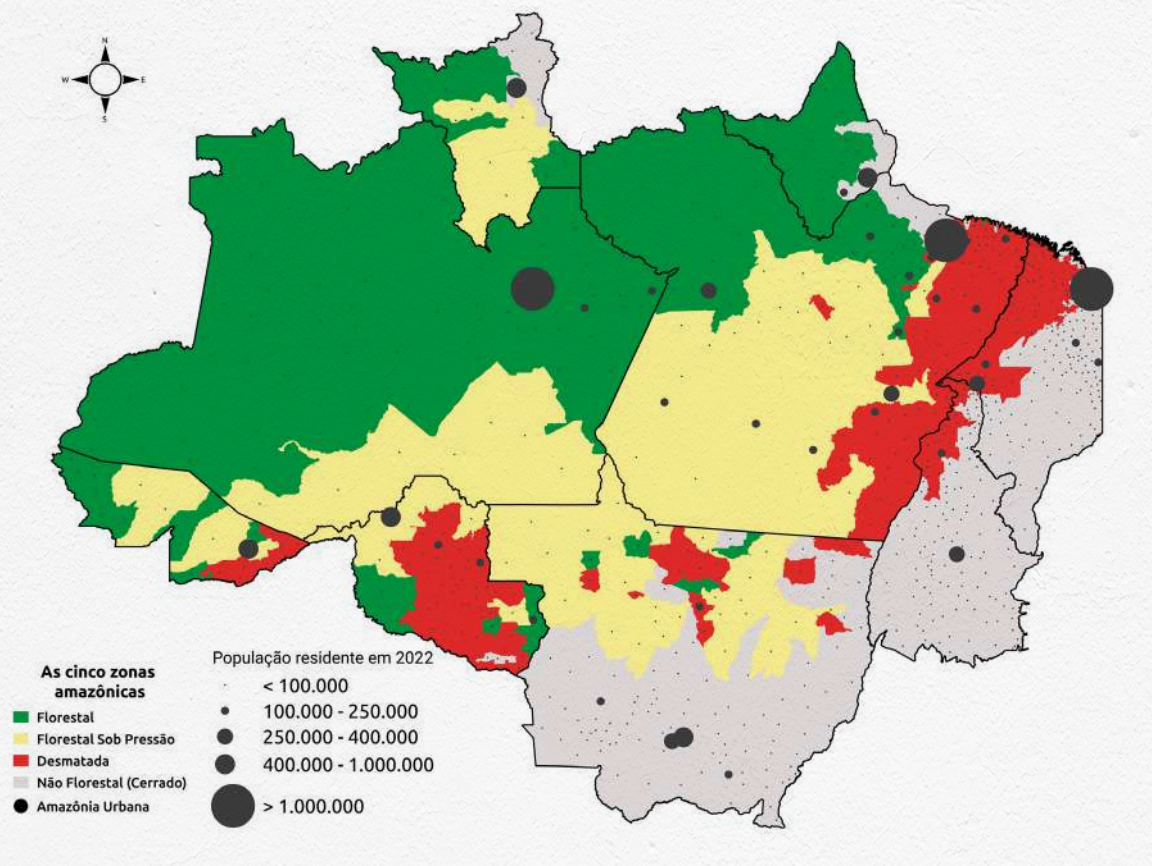
Pesquisadores do Projeto Amazônia 2030 elaboraram uma maneira de classificar a Amazônia Legal em cinco zonas com base na cobertura vegetal remanescente (Veríssimo *et al*, 2023)^[9]. As cinco zonas são: florestal, florestal sob pressão, desmatada, não florestal (Cerrado e Pantanal) e urbana (Figura 6).

A **Amazônia Florestal**, em verde, ocupa 39% do território da Amazônia Legal e corresponde às áreas mais conservadas. A **Amazônia Sob Pressão**, em amarelo, abrange 29% da região e corresponde aos municípios com extensa cobertura florestal, mas que sofrem com desmatamento crescente, extração ilegal de madeira, garimpo de ouro e grilagem de terras. Os municípios situados na zona **Amazônia Desmatada**, em vermelho, somam 11% da área da região,

^[9] Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/as-5-amazonias-bases-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia-legal/>

onde a maior parte das áreas desmatadas está subutilizada ou abandonada. A **Amazônia Não Florestal**, em cinza, corresponde a 21% da Amazônia Legal, coberta principalmente pela vegetação de cerrado^[10] (sua cobertura florestal é inferior a 50%). Os cerrados concentram-se no Mato Grosso, Tocantins e Roraima. A maioria (76%) da população da Amazônia Legal reside nas zonas urbanas, ou seja, na **Amazônia Urbana** (Figura 6).

Figura 6. As Cinco Amazônias



Fonte: com base nos dados de Veríssimo *et al.* (2023)

^[10] Inclui também campinaranas e campos naturais.



MEIO AMBIENTE E USO DO SOLO NA AMAZÔNIA LEGAL

DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL

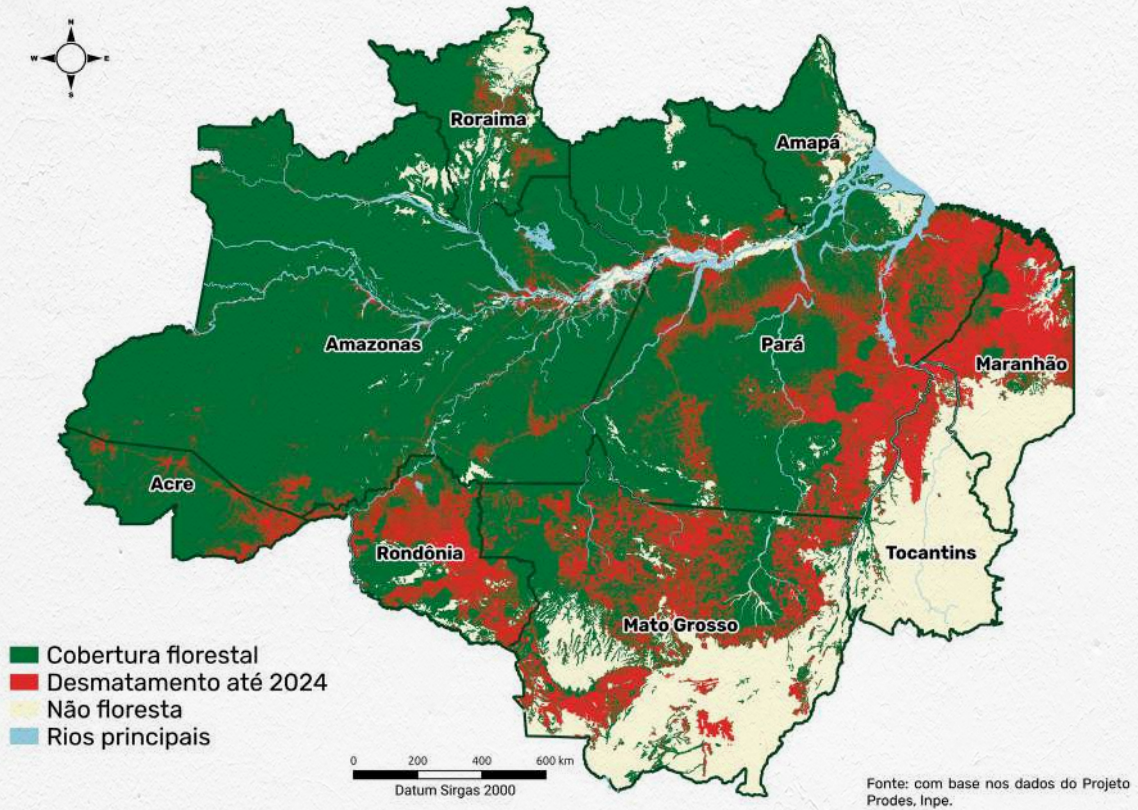
A taxa de desmatamento de floresta primária na Amazônia Legal aumentou consideravelmente de 6.947 km² em 2017, até atingir pico de 13.038 km² em 2021 e posterior redução para até 6.288 km² em 2024 (Figuras 7 e 8)^[11]. Em relação ao desmatamento acumulado, o total de 857.178 km² de área desmatada até 2024 (20,6% da cobertura florestal original^[12] ou 17% da área territorial total da região) (Inpe, 2024a).

O Pará perdeu uma área de 294.103 km² até 2024 (26% da cobertura florestal original), enquanto Mato Grosso aniquilou 227.682 km² (35% da floresta original), e o Maranhão, 66% de área florestal original até 2024. Por outro lado, o Amapá perdeu apenas 3% de suas florestas primárias (Tabela 4). Em 2020 e 2024, o desmatamento ocorreu principalmente nos estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas (Figura 9) (Inpe, 2024a).

^[11] Dados oriundos da plataforma Terrabrasilis (<https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>). As taxas de cada ano referem-se ao período de agosto do ano anterior até julho do ano referente. Os dados de 2023 são provisórios, com base em 117 cenas prioritárias e desmatamento em florestas primárias de toda a Amazônia Legal, não incluindo desmatamento nos biomas Cerrado e Pantanal.

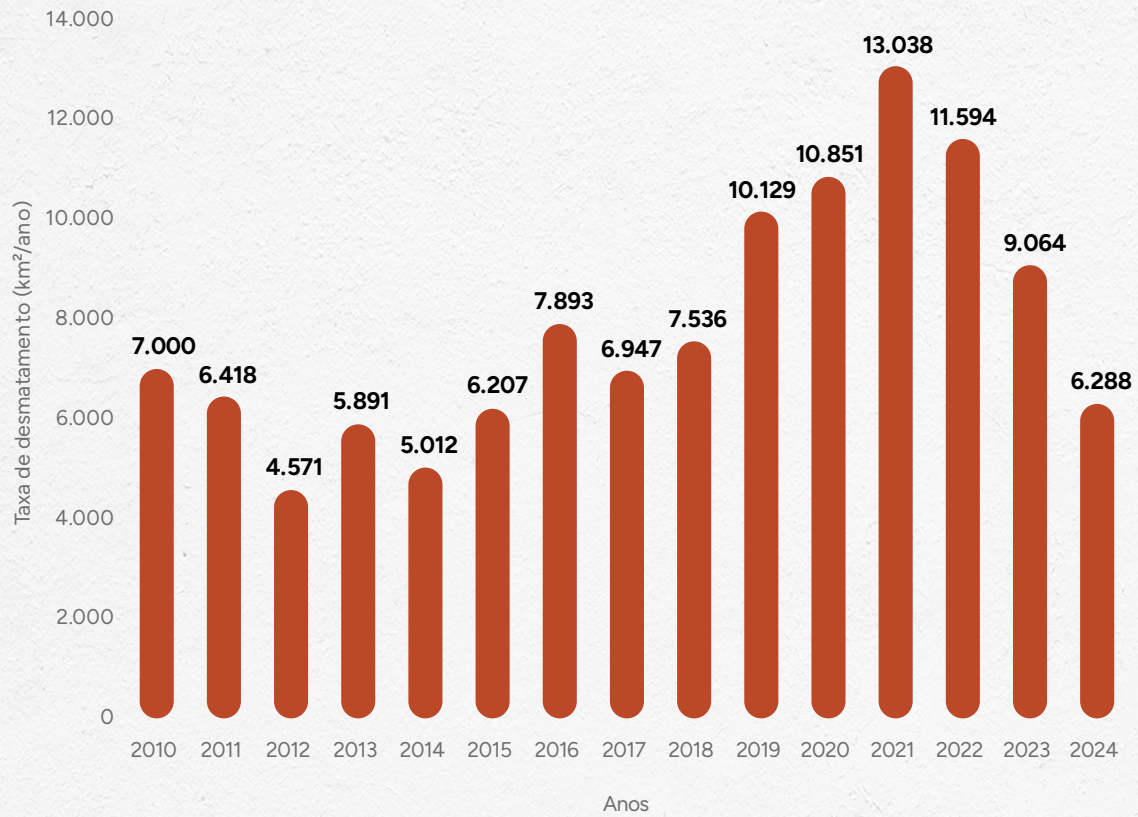
^[12] Calculado a partir da área de cobertura florestal original na escala 1:250.000, disponibilizada pelo IBGE (2021).

Figura 7. Cobertura vegetal e desmatamento na Amazônia Legal, 2024



Fonte: com base nos dados do Inpe.

Figura 8. Taxa de desmatamento da Amazônia Legal, 2010-2024



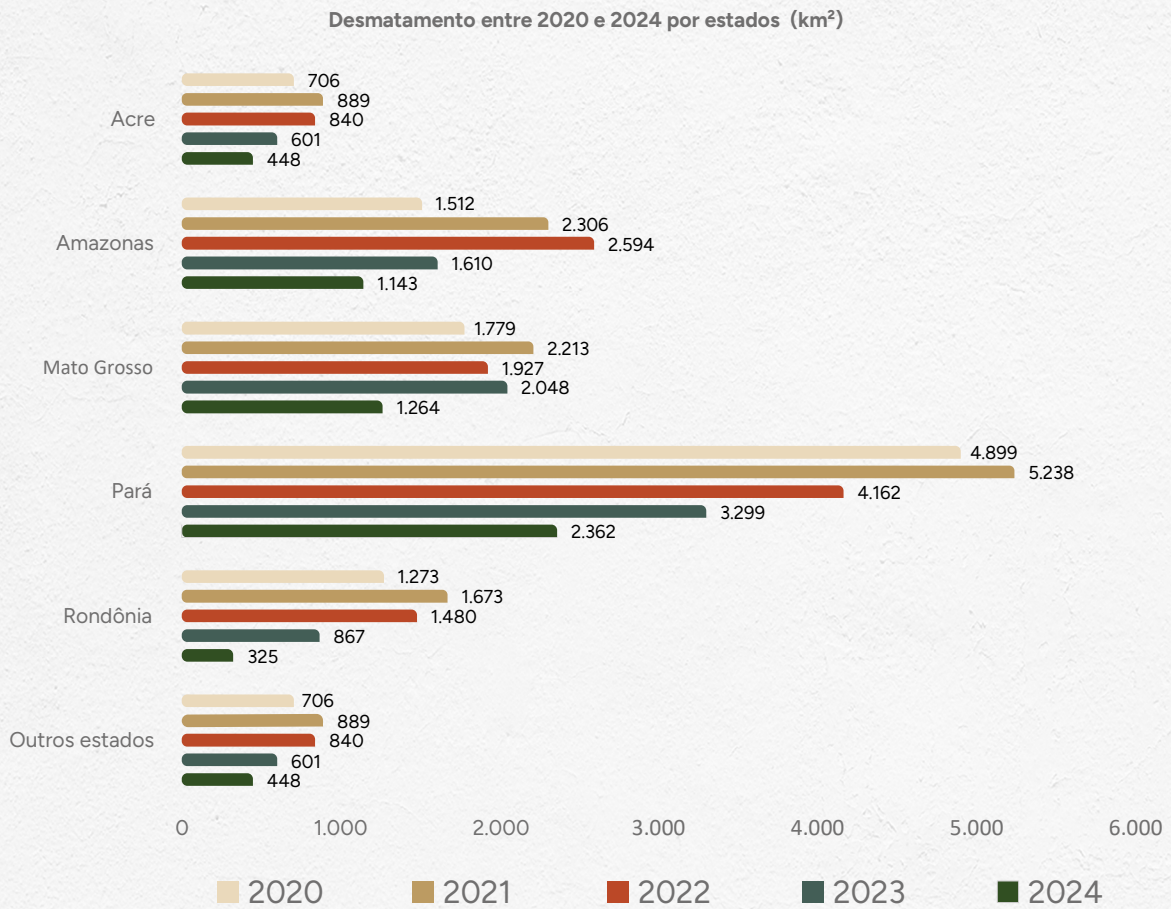
*Taxa de desmatamento 2024 é estimada com base em 117 cenas prioritárias.
 Fonte: com base nos dados do Inpe.

Tabela 4. Desmatamento acumulado nos estados e Amazônia Legal até 2024 e relação com a cobertura florestal original

Estados	Área de cobertura florestal original (km ²)	Desmatamento acumulado total até 2024	
		Área (km ²)	% relação à cobertura florestal original
Acre	163.673	26.724	16,33%
Amapá	113.300	3.305	2,92%
Amazonas	1.449.668	50.698	3,50%
Maranhão	168.780	111.191	65,88%
Mato Grosso	646.026	227.682	35,24%
Pará	1.114.010	294.103	26,40%
Rondônia	213.251	99.774	46,79%
Roraima	182.841	13.003	7,11%
Tocantins	101.281	30.699	30,31%
Amazônia Legal	4.152.830	857.178	20,64%

*Taxa de desmatamento 2024 é estimada com base em 117 cenas prioritárias.
Fonte: com base nos dados do Inpe.

Figura 9. Desmatamento (km²) por estados da Amazônia Legal, 2020-2024

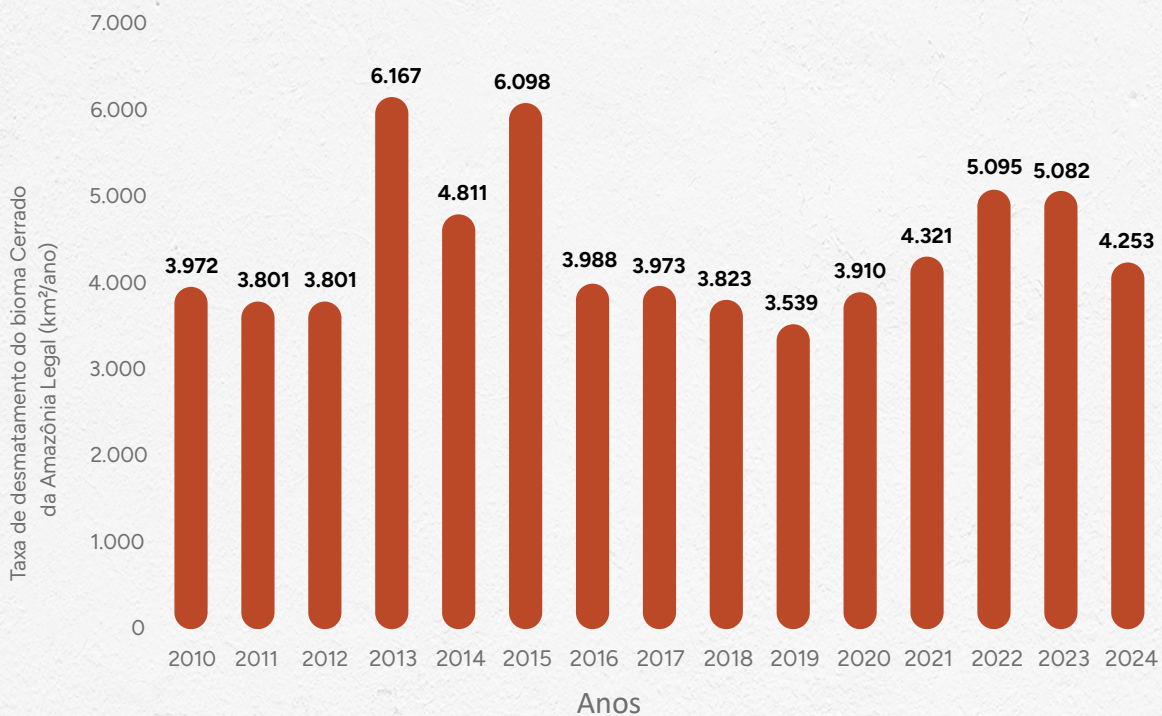


*Taxa de desmatamento 2024 é estimada com base em 117 cenas prioritárias.
 Fonte: com base nos dados do Inpe.

DESMATAMENTO NOS BIOMAS CERRADO E PANTANAL

A taxa de desmatamento no Bioma Cerrado^[13] na Amazônia Legal atingiu média de 4.588 quilômetros quadrados por ano entre 2013 e 2024 (Figura 10). O pico do desmatamento ocorreu em 2013 (6.144 km²) e 2015 (6.071 km²). Ao contrário da redução que ocorreu no Bioma Amazônia, houve aumento do desmatamento da vegetação de cerrado nos anos de 2022 e 2023 - mais de 5.000 km² desmatados em cada ano, com pequena diminuição para 4.253 km² em 2024. O desmatamento acumulado nesse bioma alcançou um valor expressivo em 2024 (Figura 11): 327.883 quilômetros quadrados. Desse montante, o Mato Grosso (158.890 km²) e o Tocantins (90.498 km²) foram os estados que mais perderam área de cerrado (Inpe, 2025b).

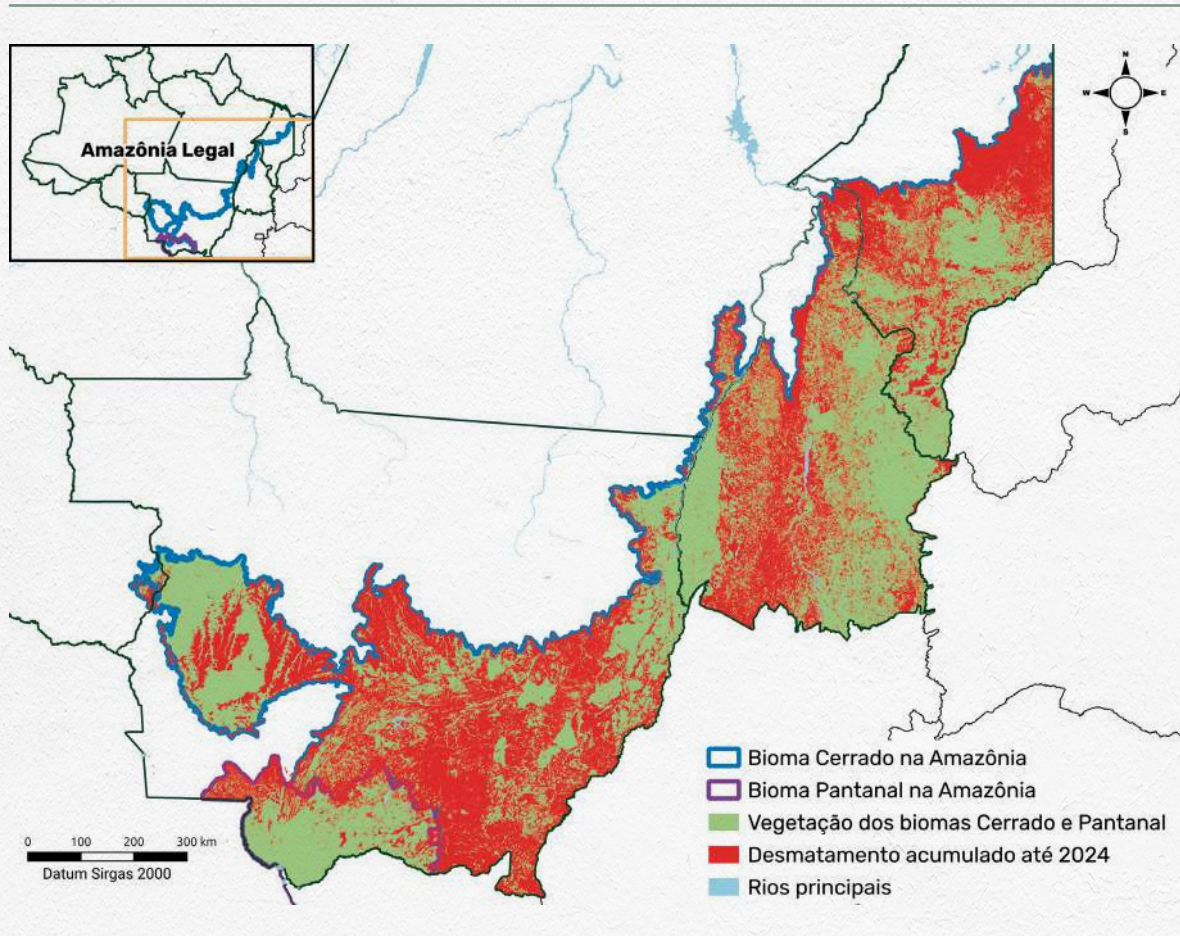
Figura 10. Taxa de desmatamento no bioma Cerrado da Amazônia Legal, 2010-2024.



Fonte: com base nos dados do Inpe.

^[13] Dados oriundos da plataforma Terrabrasilis (<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br>).

Figura 11. Vegetação e desmatamento acumulado até 2023 nos biomas Cerrado e Pantanal da Amazônia Legal.



Fonte: com base nos dados do Inpe.

DEGRADAÇÃO FLORESTAL

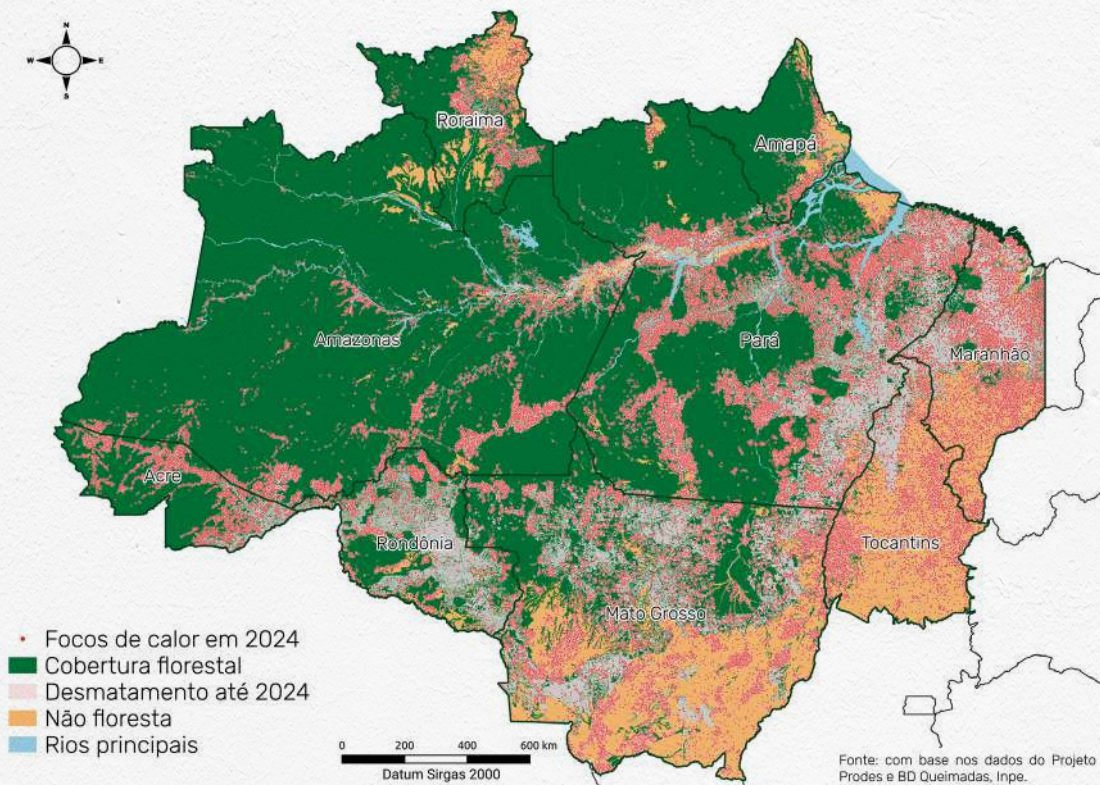
• Focos de calor e queimadas

Os focos de calor^[14] detectados pelo projeto BDQueimadas do Inpe destacam a presença de limpezas de pasto ou de áreas de uso agrícola (agricultura de corte e queima) queimadas de cerrados e incêndios florestais

^[14] Focos de calor incluem novos desmatamento e limpeza de áreas de pastos e áreas de uso agrícola com uso de fogo.

(Figura 12, Tabela 5). Em 2024, ocorreram maiores quantidades de focos de calor no estado do Pará (56.070 focos) e de Mato Grosso (50.551 focos). O número de focos de calor de 2024 é o maior número do período de 2014-2024, atingindo 192.700 focos de calor, um aumento de 52% em relação ao ano anterior (Inpe 2025c).

Figura 12. Focos de calor em 2024 na Amazônia Legal.



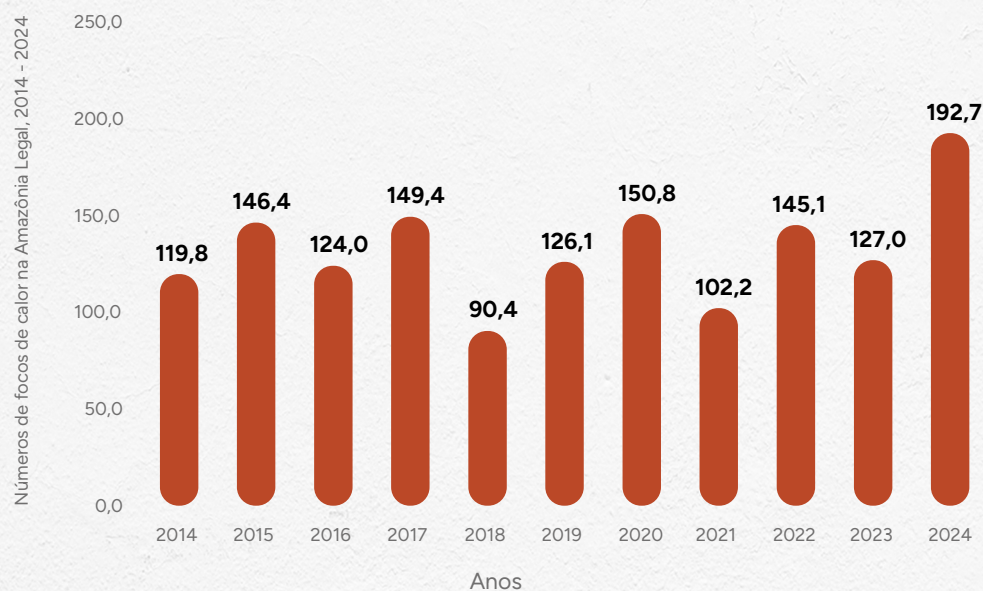
Fonte: com base nos dados do BDQueimadas, Inpe.

Tabela 5. Focos de calor nos estados e Amazônia Legal, 2024.

Estados	Focos de Calor		
	Quantidade de focos		% de aumento no número de focos de calor em relação ao ano anterior
	2023	2024	
Acre	6.562	8.658	31,9%
Amapá	2.552	2.014	-21,1%
Amazonas	19.601	25.499	30,1%
Maranhão	15.087	16.607	10,1%
Mato Grosso	21.723	50.551	132,7%
Pará	41.715	56.070	34,4%
Rondônia	7.417	10.692	44,2%
Roraima	2.659	5.358	101,5%
Tocantins	9.641	17.251	78,9%
Amazônia Legal	126.957	192.700	51,8%

*Satélites de referência AQUA Manhã e Tarde.
 Fonte: com base nos dados do BDQueimadas, Inpe

Figura 13. Focos de calor na Amazônia Legal, 2014-2024.

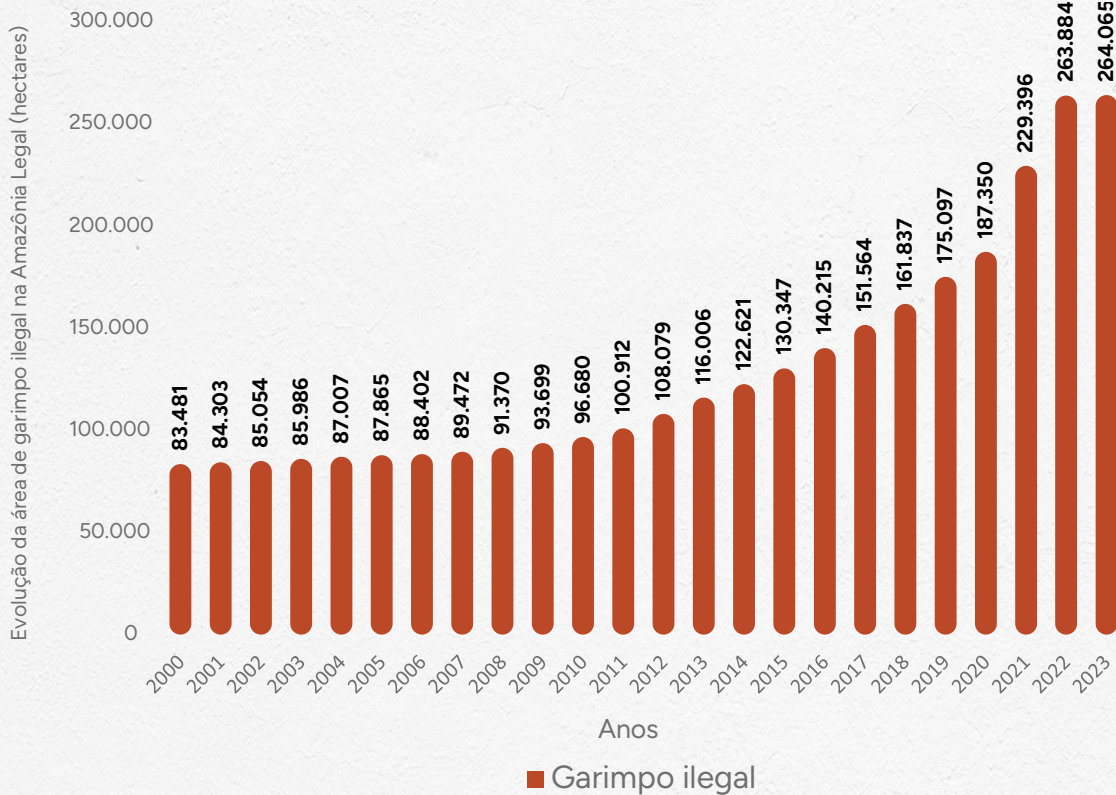


Fonte: com base nos dados do BDQueimadas, Inpe.

• **Garimpo ilegal na Amazônia**

Entre 2000 e 2023, o garimpo ilegal na Amazônia cresceu substancialmente em área, gerando graves impactos ambientais (Figuras 14): de 83.481 hectares no ano 2000 para 246.065 hectares de garimpo ilegal em 2023 (Mapbiomas, 2024c). O garimpo está presente em toda a Amazônia Legal, mas apresenta-se concentrado em algumas regiões, como o Tapajós no estado do Pará e na Terra Indígena Yanomami em Roraima.

Figura 14. Evolução da área de garimpo ilegal (em hectares) na Amazônia Legal, 2000-2023.



Fonte: com base nos dados do Mapbiomas.

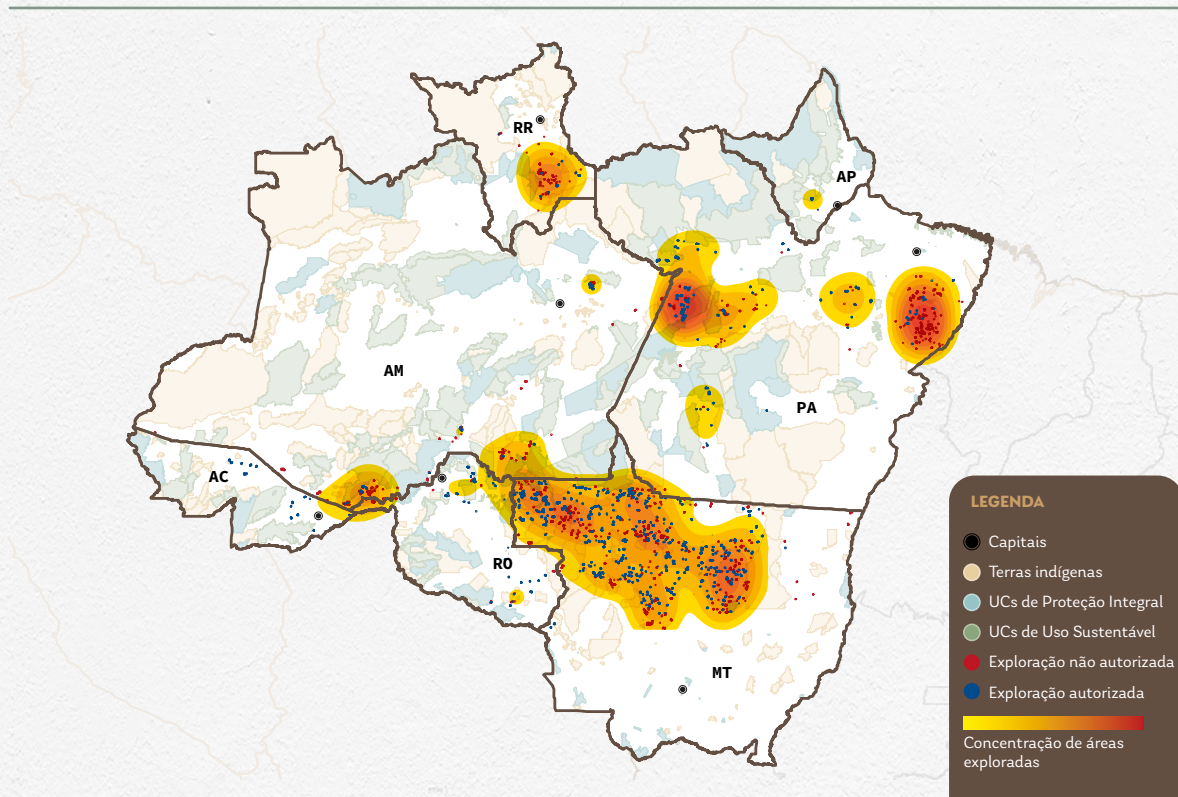
• **Exploração de Madeira**

A extração de madeira, quando realizada de forma predatória, pode causar severos danos de degradação florestal. Para detectar as atividades

madeireiras manejadas ou predatórias na Amazônia Legal, há o Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)^[15], sistema que atualmente monitora toda a Amazônia através de uma rede (Rede Simex, 2024). Hoje, a exploração madeireira está mais concentrada nos estados de Mato Grosso, Amazonas, Pará e Rondônia (Figura 15).

De acordo com esse sistema, entre 2020 e 2023 houve uma redução de exploração madeireira de 462 mil hectares em 2020 para 366 mil hectares, respectivamente, na Amazônia Legal, o que representa uma queda de 21% da exploração nesse período (Tabela 6). A maioria da área (65%) foi explorada mediante autorização de exploração florestal emitida pelos órgãos competentes, enquanto outros 35% ocorreram de forma não autorizada (Rede Simex, 2025).

Figura 15. Concentração de áreas de exploração madeireira Simex período 2022-2023.



Fonte: com base nos dados da rede Simex, Imazon.

^[15] Mais informações sobre a rede Simex em: <https://i1nq.com/8DFaW>

Tabela 6. Extração madeireira nos estados e Amazônia Legal, 2020-2023

Estados	Histórico da exploração madeireira por estado (hectares)			
	2020	2021	2022	2023
Acre	27.455	10.886	25.667	10.359
Amapá	730	0*	0*	351
Amazonas	71.091	14.976	50.448	50.037
Mato Grosso	234.290	277.048	259.620	219.032
Pará	50.139	57.079	38.552	52.105
Rondônia	68.729	16.377	18.659	22.706
Roraima	9.458	1.258	1.671	11.422
Amazônia Legal	461.892	377.624	394.617	366.012

*O alto percentual de cobertura por nuvens não permitiu identificar e mapear áreas de exploração madeireira, o que não significa que não houve exploração no Amapá no período.

Fonte: com base nos dados da Rede Simex.

ESTIMATIVA DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

Em 2023, um pouco mais de 1,1 bilhão de toneladas (1 Gigatonelada) de CO₂e^[16] foi emitida em toda Amazônia Legal (Tabela 7), de acordo com Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)^[17]. Entre os estados Amazônicos, os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia atingiram as maiores emissões brutas ao longo dos anos. As emissões da região representam 48% das emissões do Brasil, sendo que o setor mudança no uso da terra o que mais contribuiu para esse contexto de altas emissões de GEE da Amazônia. Elas concentram-se na mesma região da Amazônia onde ocorre desmatamento e degradação florestal atualmente (Figura 16) (SEEG, 2024).

^[16] Refere-se à medida de dióxido de carbono equivalente (CO₂e) do tipo GWP-AR5, medida de CO₂e com potencial de aquecimento global (GWP) do quinto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (AR5). Mais informações em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>

^[17] Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Inclui emissão bruta de todo o estado do Maranhão.

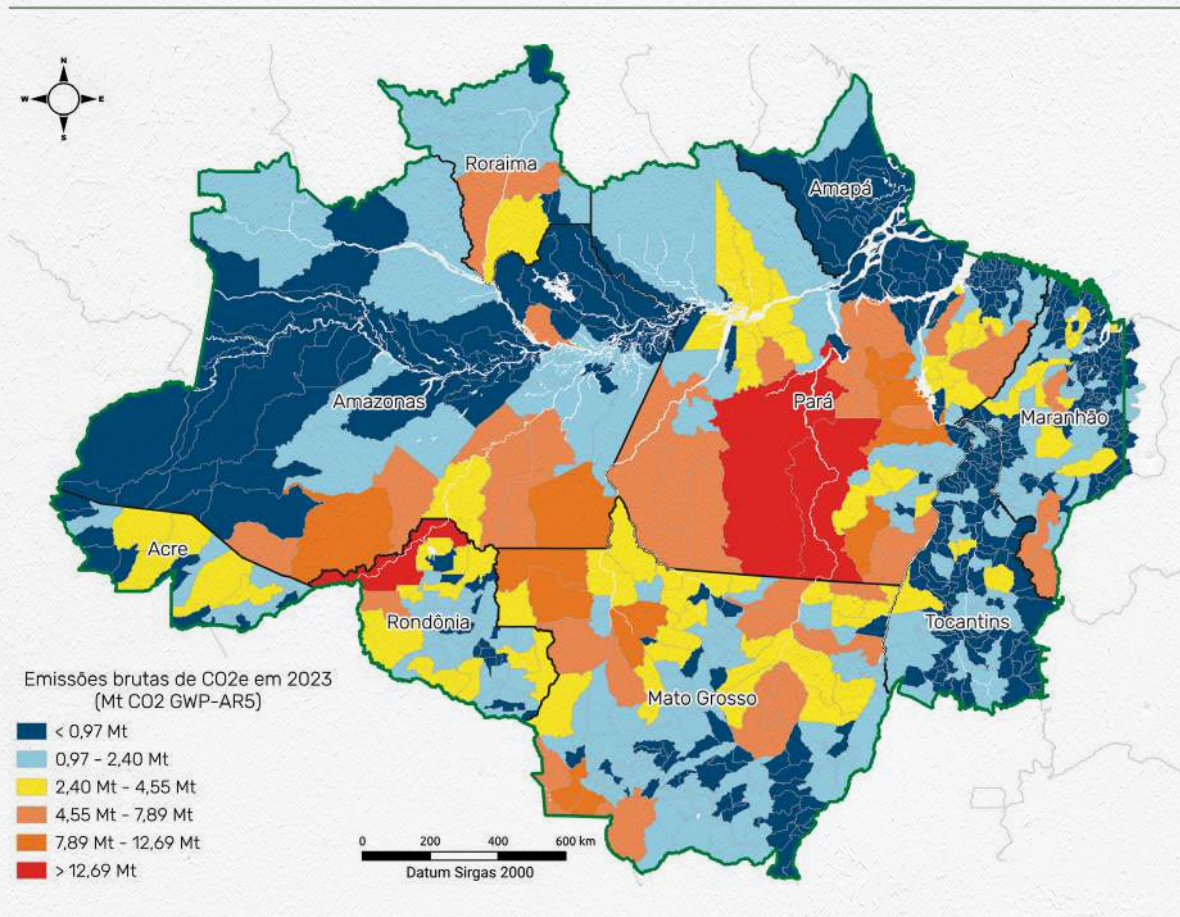
Tabela 7. Emissões brutas de CO₂eq (milhões de toneladas) nos estados da Amazônia Legal, 1990-2023

Estado	Emissões brutas de CO ₂ eq GWP-AR5 (milhões de toneladas)						
	2000	2010	2015	2020	2021	2022	2023
Pará	431,27	263,28	296,61	410,88	538,92	439,05	312,26
Mato Grosso	447,14	172,71	248,46	243,67	264,61	336,85	298,57
Rondônia	147,38	81,98	100,43	104,26	102,35	140,06	153,12
Maranhão	158,02	59,75	117,88	129,13	152,35	154,87	99,54
Amazonas	39,99	57,34	77,61	116,35	185,45	204,44	92,11
Tocantins	64,91	44,70	63,27	56,38	52,62	64,70	88,39
Acre	37,12	28,11	31,38	53,93	65,62	74,01	29,62
Roraima	24,96	11,87	31,96	28,13	37,73	28,13	28,63
Amapá	3,15	3,71	3,96	2,77	2,58	10,93	6,02
Amazônia Legal	1.353,94	723,45	971,56	1.145,51	1.402,23	1.453,05	1.108,27
% das emissões do Brasil	55,8%	40,6%	46,2%	51,0%	54,1%	55,7%	48,3%

*Inclui emissão de todo o estado do Maranhão.

Fonte: com base nos dados do Seeg.

Figura 16. Emissões brutas de CO₂e em 2023 nos municípios da Amazônia Legal.



Fonte: com base nos dados do Seeg.

Já em termos líquidos, ou seja, descontando-se às remoções de CO₂e que a vegetação amazônica absorveu, há uma emissão líquida de 601,14 milhões de toneladas de CO₂e na região, sendo que a absorção de CO₂e foi maior que sua emissão nos estados do Amazonas e Amapá no ano de 2023 (Tabela 8). Em geral, as emissões aumentaram ao longo dos anos na Amazônia Legal, mesmo após a remoção líquida de CO₂e em alguns estados (SEEG, 2024).

Tabela 8. Emissões líquidas de CO₂eq (milhões de toneladas) nos estados da Amazônia Legal, 2023

Estado	Emissões Líquidas (descontadas as remoções) de CO ₂ eq (milhões de toneladas)						
	2000	2010	2015	2020	2021	2022	2023
Mato Grosso	418,93	127,18	196,19	189,00	209,10	282,74	245,65
Pará	360,27	112,51	131,39	241,17	367,95	269,34	144,72
Rondônia	129,91	58,58	74,54	74,55	72,31	111,86	126,63
Maranhão	143,36	40,18	96,50	106,83	130,14	133,01	77,94
Tocantins	56,13	31,59	48,41	40,74	36,80	49,04	73,08
Acre	29,29	15,14	17,57	39,77	51,48	59,92	15,48
Roraima	9,51	-10,22	9,35	1,63	11,02	-0,34	0,28
Amapá	-3,74	-14,10	-14,00	-15,43	-15,64	-7,24	-12,10
Amazonas	-30,59	-88,32	-76,31	-46,13	22,61	41,59	-70,53
Amazônia Legal	1.113,08	632,12	885,75	939,91	601,14	939,91	601,14
% das emissões do Brasil	52,5%	22,3%	32,5%	39,6%	45,7%	48,1%	36,4%

Fonte: com base nos dados do Seeg.

Estudo do Amazônia 2030 sobre restauração florestal a partir da regeneração natural revelou que se houvesse pagamento de um piso de US\$ 25 por tonelada capturada de carbono, haveria uma grande mudança na paisagem da região. Isto é, extensas áreas desmatadas (principalmente aquelas que estão abandonadas ou ocupadas por pecuária extensiva de baixo produtividade) voltariam a ser florestas. Isso porque do ponto de vista econômico seria mais lucrativo operar no mercado de carbono de restauração florestal do que no de pecuária extensiva^[18].

^[18] Mais informações sobre esse estudo em: <https://amazonia2030.org.br/carbono-e-o-destino-da-amazonia/>

COBERTURA DE SOLOS NA AMAZÔNIA LEGAL: MAPBIOMAS

O MapBiomas gerou uma série histórica de mapas anuais de cobertura de solo desde 1985 de todo o Brasil por meio de análises de imagens de satélite do tipo *Land Remote-Sensing Satellite (Landsat)* com o uso da *Google Earth Engine*^[19].

Ao considerar toda a Amazônia Legal, a cobertura de floresta^[20] compõe 366,8 milhões de hectares (73,2% da área), seguida de área de agropecuária com 95,6 milhões de hectares (19,1%), formação natural não florestal com 25,5 milhões de hectares (5,1%), além de corpos d'água com 11,75 milhões de hectares (2,3%) e 1,6 milhão de hectares de área não vegetada^[21] (0,3%) (Tabela 9) (Mapbiomas, 2025a).

Tabela 9. Área (ha) da cobertura do solo classe nível 1 na Amazônia Legal de acordo com Mapbiomas Coleção 9, 2023

Classes Nível 1 – Mapbiomas	Área (ha)	%
1. Floresta	329.460.239	78,2%
2. Formação natural não florestal	14.427.335	3,4%
3. Agropecuária	65.135.040	15,5%
4. Área não vegetada	669.293	0,2%
5. Corpo d'água	11.850.487	2,8%
6. Não observado	1.816	0,0%
Bioma Amazônia	421.544.209	100,0%

Fonte: com base nos dados do Mapbiomas.

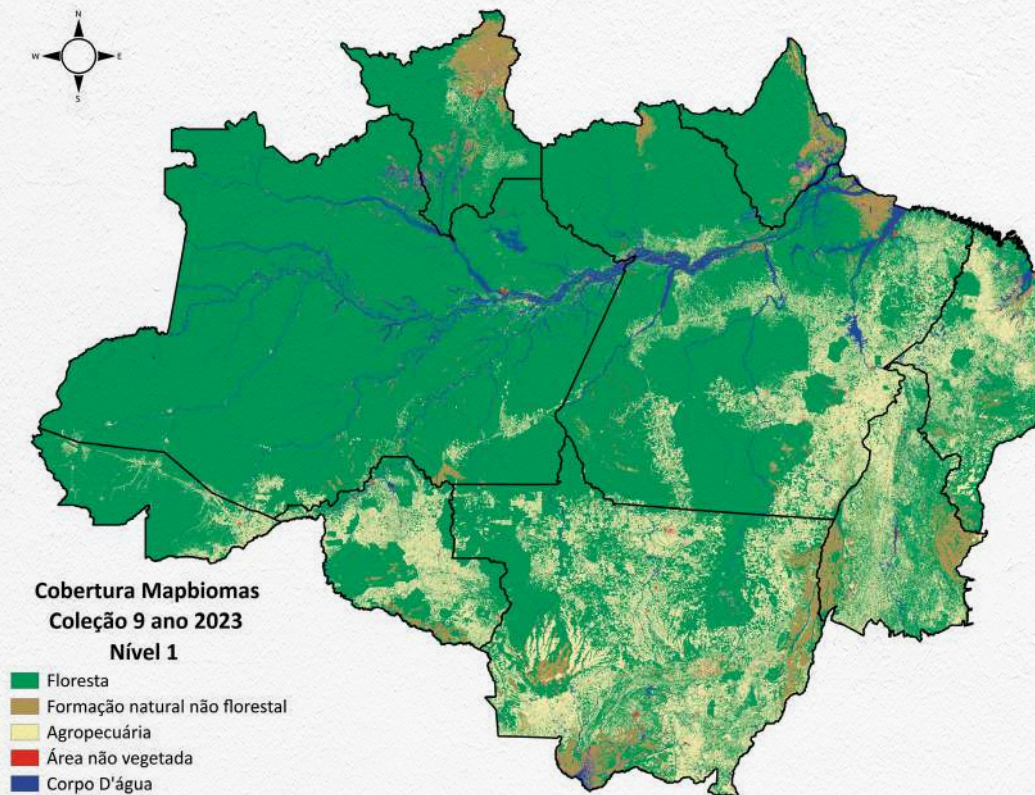
^[19] Disponível em: <https://earthengine.google.com/>

^[20] Incluem florestas nativas, florestas plantadas e de vegetação secundária dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal.

^[21] Área composta por infraestruturas urbanas dos municípios e áreas de mineração.

Numa análise de transição da série histórica entre as duas maiores classes (Figura 17), foi detectado que 71,7 milhões de hectares de áreas de florestas nativas sofreram transição para agropecuária entre 1985 e 2023 na Amazônia Legal (84% do total da área agropecuária)^[22] (Mapbiomas, 2025b).

Figura 17. Cobertura e uso do solo classe nível 1 na Amazônia Legal em 2023



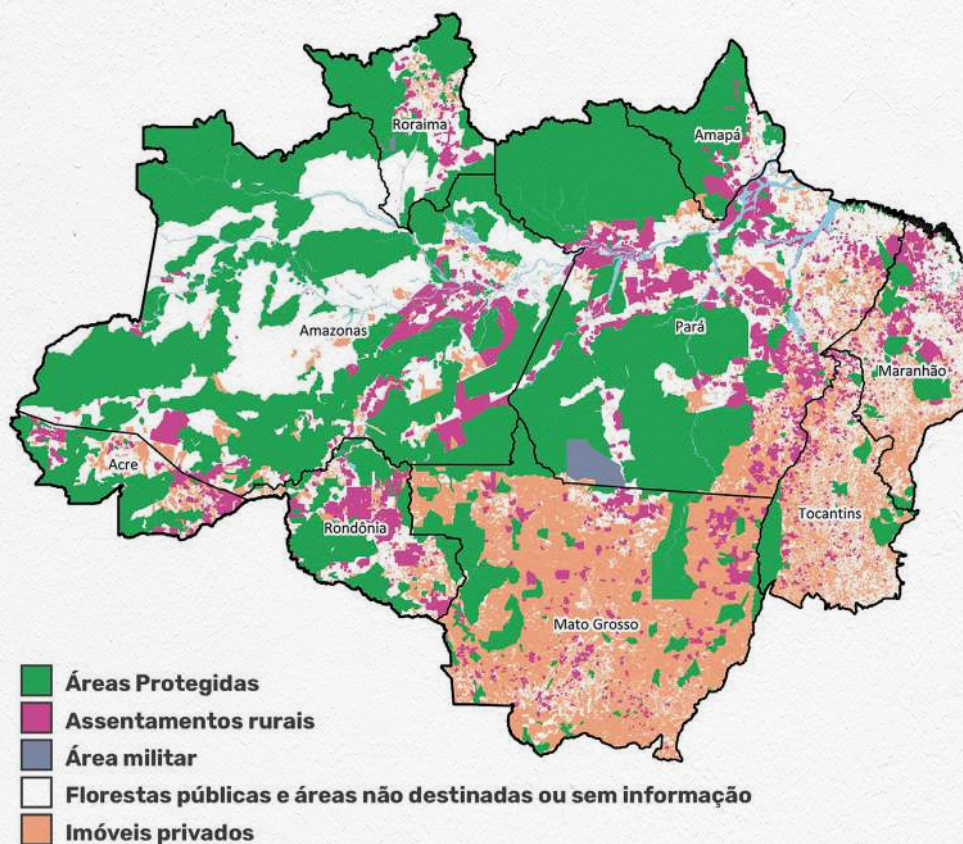
Fonte: com base nos dados do Mapbiomas Coleção 9.

^[22] Refere-se à transição/mudança de cobertura e uso do solo entre um período selecionado na plataforma Mapbiomas. Há variação das áreas do Mapbiomas em relação ao território oficial da região de outras fontes oficiais. Por exemplo, enquanto o projeto Prodes do Inpe utiliza interpretação visual de imagens *Landsat* para verificar a perda florestal anual por corte-raso em uma máscara de floresta, o MapBiomas utiliza sensores *Landsat* para produção de mapas anuais de cobertura e uso da terra desde 1985 com metodologia própria e o uso do *Google Earth Engine* para automatização. Portanto, há diferenças de resultados entre as duas fontes.

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Segundo estudo do Imazon, em torno de 42% do território da Amazônia Legal é composto por Áreas Protegidas^[23]. Os imóveis privados correspondem a 26% do território, os assentamentos rurais a cerca de 8%, as florestas públicas^[24] somavam 20% e as áreas militares representavam 1% da região. Em relação à destinação fundiária, 71,5% da Amazônia possuíam alguma destinação e outros 28,5% não possuíam informação sobre a destinação fundiária (Figura 18, Tabela 10) (Brenda *et al.* 2021).

Figura 18. Situação territorial na Amazônia Legal, 2021.



Fonte: com base nos dados de ISA, Incra, Sicar e IBGE.

^[23] Brenda *et al.* (2021) não consideraram Área de Proteção Ambiental (APA) ao calcularem a área que já possui definição de direito à terra, uma vez que essa categoria de UC (4% da região) possibilita ocupações privadas.

^[24] Florestas Públicas são florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos estados, dos municípios ou do Distrito Federal.

Tabela 10. Situação fundiária da Amazônia Legal

Situação fundiária		Área (km ²)	Percentual da Amazônia Legal(%)	
Áreas Protegidas	Unidades de Conservação	Uso Sustentável	530.511,70	10,57
		Proteção Integral	394.922,13	7,87
		APA	186.792,31	3,72
	Terras Indígenas		1.151.920,52	22,95
	Terras Quilombolas		9.692,08	0,19
Assentamentos rurais		392.195,96	7,82	
Imóveis privados		1.053.247,02	26,05	
Área militar		26.693,59	0,53	
Floresta Pública		20.390,35	20,3	
Total de áreas não destinadas ou sem informação de destinação		1.436.495,02	28,5	
Total de áreas destinadas (eliminando-se sobreposições)		3.578.573,35	71,5	
Área total da Amazônia Legal		5.018.063,42	100,00	

Fonte: com base nos dados de ISA, Incra, Sicar e IBGE.

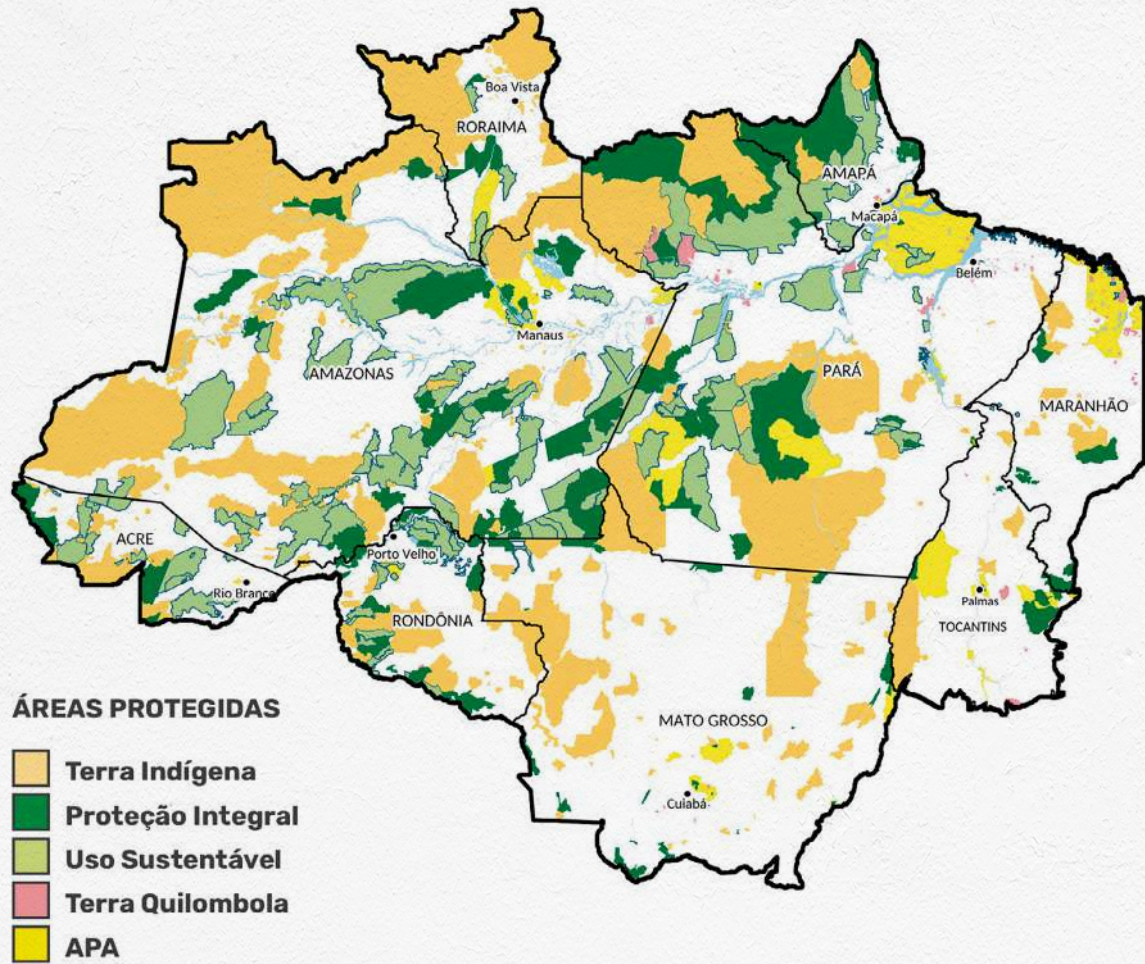
ÁREAS PROTEGIDAS

As Áreas Protegidas (APs) são compostas por Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs) e, em menor proporção, por Terras Quilombolas (TQs). Essas APs ocupam 42%^[25] do território da Amazônia Legal (Figura 19), dos quais 23% são TIs e 19% são UCs^[26] (Figura 18). As TIs localizam-se principalmente no estado do Amazonas (455.760 quilômetros quadrados) e Pará (307.459 quilômetros quadrados) (Tabela 11). Em termos relativos, o Amapá é o estado com maior porcentagem de área protegida (71% do território) (adaptado de ISA 2023; Raisg, 2024b).

^[25] Essa porcentagem não inclui APA, categoria de UC de Uso Sustentável que permite a ocupação humana, possuindo áreas públicas e privadas. Desse modo, está separada em relação às demais UCs dessa categoria e na soma do total estadual e da Amazônia Legal.

^[26] As UCs podem ser de dois grupos: Uso Sustentável e de Proteção Integral (Brasil, 2000).

Figura 19. Áreas Protegidas da Amazônia Legal, 2024.



Fonte: com base nos dados do ISA.

Tabela 11. Áreas Protegidas por estados da Amazônia Legal

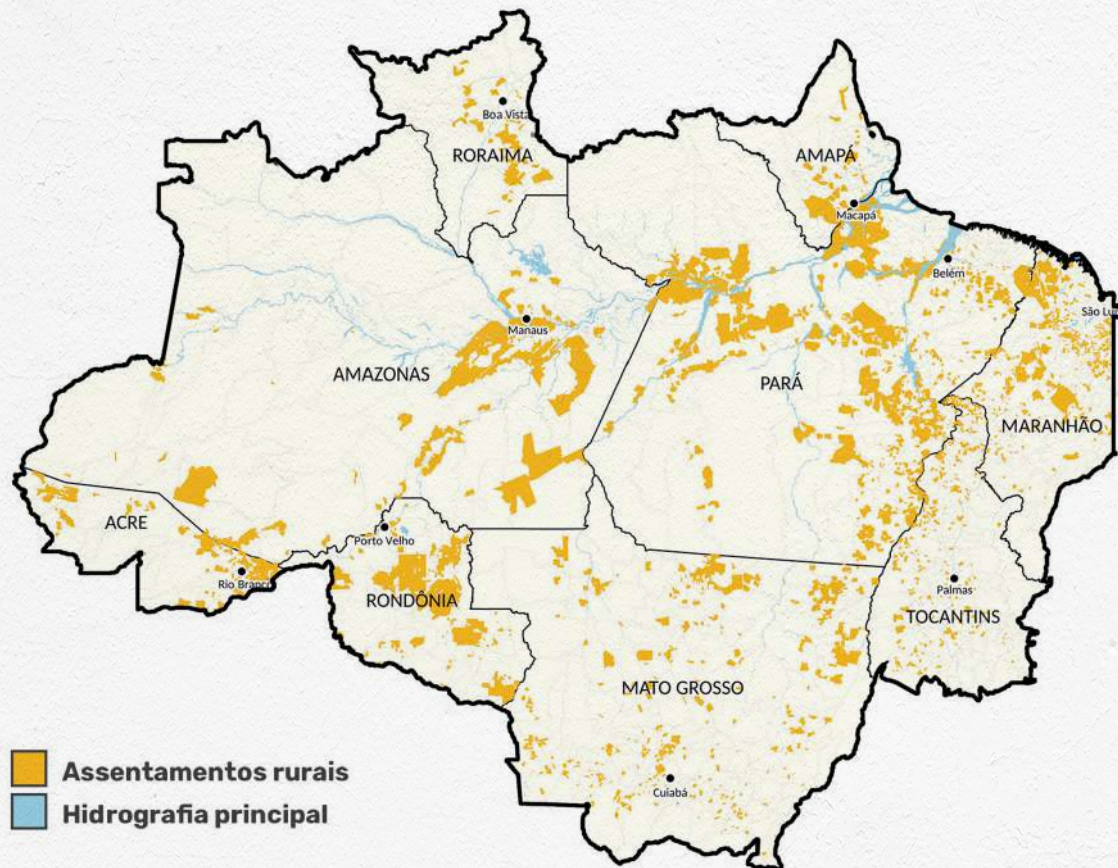
Situação fundiária	Áreas Protegidas (km ²)		
	Unidades de Conservação (exceto APA)	Terras Indígenas	Terras e Comunidades Quilombolas
Acre	52.701	24.410	
Amapá	88.708	11.855	563
Amazonas	377.049	455.760	7.241
Maranhão	15.206	22.797	1.888
Mato Grosso	20.965	149.374	180
Pará	290.573	307.459	8.831
Rondônia	50.810	50.045	49
Roraima	18.735	103.343	
Tocantins	10.688	25.863	
Amazônia Legal	925.434	1.150.907	18.752

Fonte: com base nos dados de ISA, Incra, Sicar e IBGE.

ASSENTAMENTOS RURAIS

Os assentamentos rurais são instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Segundo Brito *et al.* (2021), esses assentamentos ocupam 392.194 quilômetros quadrados (8% da região) na Amazônia Legal, uma área superior à dos territórios dos estados de São Paulo e Santa Catarina somados (Figura 20). O Pará abriga 35% do total da área de assentamentos rurais da região, atingindo 135.684 quilômetros quadrados (adaptado de Incra 2024; Incra 2020).

Figura 20. Assentamentos rurais na Amazônia Legal, 2024.



Fonte: com base nos dados do Incra.

PRODUÇÃO FLORESTAL

A produção do setor florestal na Amazônia caiu de 10,7 milhões de metros cúbicos em 2010 para 6 milhões de metros cúbicos de madeira em tora em 2023, uma queda de 43% (Imaflo, 2025)^[27]. Ademais, a geografia

^[27] Dados compilados pelo Imaflo (2025) pelo projeto *Timberflow*. Mais informações em: <https://timberflow.org.br/>

da produção madeireira mudou; atualmente, a maioria (89%) da madeira em tora produzida foi extraída de regiões mais centrais da Amazônia, nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia (Tabela 12). A indústria madeireira da Amazônia está operando hoje principalmente na chamada Amazônia Florestal Sob Pressão, a qual acompanha o novo arco do desmatamento da região, ou seja, a zona sob pressão de desmatamento (Veríssimo et al., 2022).

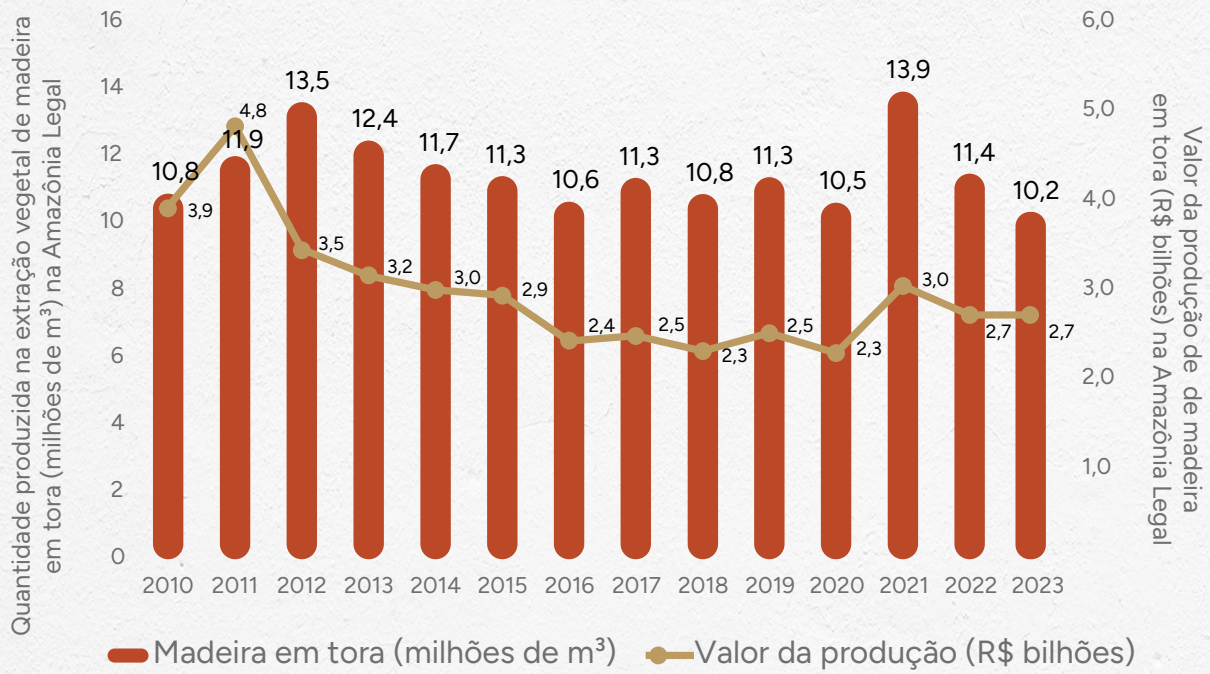
Tabela 12. Produção de madeira em tora (m³) por estados da Amazônia Legal, 2010-2023.

Estados	Produção de madeira em tora (m ³)			
	2010	2015	2020	2023
Acre	381.294,32	156.205,99	260.731,02	126.677,00
Amazonas	315.955,09	550.771,43	763.779,36	316.106,00
Amapá	110.304,06	131.615,62	199.195,02	63.462,97
Mato Grosso	5.230.180,58	4.262.614,04	4.588.726,02	2.982.848,50
Pará	4.508.469,99	2.523.367,39	1.455.131,03	2.007.325,59
Rondônia	2.072,89	2.588.997,05	1.150.829,96	416.966,01
Roraima	139.154,14	262.788,07	158.499,43	143.854,61
Amazônia Legal	10.687.431,07	10.476.359,58	8.576.891,84	6.057.240,67

Já a pesquisa da Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) do IBGE (2025b), o volume de produção florestal foi de manteve-se entre 10 e 14 milhões de metros cúbicos de madeira em tora entre 2010 e 2023^[28]. No entanto, o valor de produção nominal do setor reduziu de 4,8 bilhões de reais em 2011 para 2,7 bilhões de reais em 2023 (Figura 21).

^[28] A PEVS do IBGE realiza a coleta das informações mediante aplicação de um questionário para cada município do país sem amostragem. Mais informações em: <https://meta-dados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoes-estatisticas/VS>

Figura 21. Quantidade produzida (milhões de m³) e valor de produção (R\$ bilhões) da extração vegetal de madeira em tora na Amazônia Legal, 2000-2023.



Fonte: com base nos dados da PEVS, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

BIOECONOMIA

O estudo de Lopes e Chiavari (2022) adota as três perspectivas da bioeconomia – biotecnológica, de biorrecursos e bioecológica –, as quais tratam do uso de matéria-prima de base biológica para a produção de bens e serviços, cada uma com seus diferentes caminhos e diferentes objetivos. Na perspectiva biotecnológica, o objetivo principal é a aplicação comercial de produtos derivados de biotecnologia. Já a perspectiva de biorrecursos promove a produção e o processamento de biomassa com vistas à substituição de matérias-primas fósseis. Por fim, a bioecológica visa a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais^[29]. Alguns produtos ganham destaque no setor da bioeconomia na Amazônia Legal, por exemplo: cacau, açaí e castanha-do-Brasil.

• Cacau em amêndoas

Segundo resultados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), o valor de produção de cacau na Amazônia cresceu substancialmente desde a década passada, atingindo um valor de produção de R\$ 2,09 bilhão em 2023 (IBGE, 2025c). O estado do Pará, responsável por 97% desse montante (R\$ 2,02 bilhão), ultrapassou a Bahia no período de 2017-2021 (Figura 22). Em relação à quantidade, o Pará produziu 138.471 toneladas de cacau em 2023 (Tabela 13).

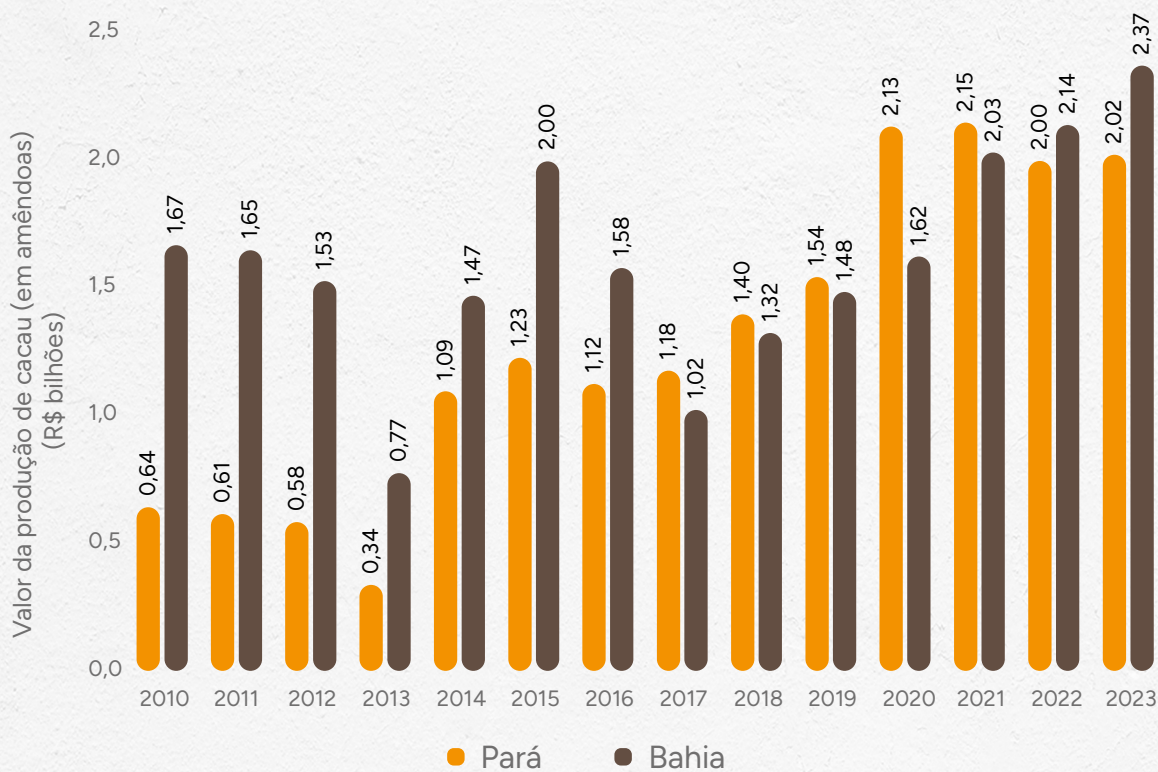
Tabela 13. Produção de cacau (em amêndoas) em toneladas nos estados da Amazônia Legal, 2018-2023

Estado	Cacau (toneladas)					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Amazonas	689	663	685	677	656	597
Mato Grosso	615	491	366	385	471	521
Pará	110.060	128.961	144.682	146.375	145.994	138.471
Rondônia	3.653	5.105	5.078	5.152	5.017	5.053
Roraima	7	10	12	238	144	170
Amazônia Legal	115.024	135.230	150.823	152.827	152.282	144.812
% da produção do Brasil	48,1%	52,1%	55,9%	50,6%	50,6%	48,9%

Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

^[29] A publicação “Fatos da Amazônia” utiliza como base a visão bioecológica para a seleção e análise de cadeias produtivas nesta seção.

Figura 22. Valor da produção de cacau em amêndoas (R\$ bilhões) entre 2010 e 2023 na Amazônia Legal e Pará, 2010-2023.



Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

• Açaí plantado e nativo

A produção de açaí plantado (cultivo permanente) na Amazônia Legal atingiu 1.7 milhão de tonelada em 2023 (IBGE, 2024c) (Tabela 14), e obteve um valor de produção de R\$ 8,08 bilhões (Figura 23). O estado do Pará é o maior produtor da região, pois contribui com 93,2% de toda a produção de açaí plantado (1.576.302 toneladas).

Em relação à produção de açaí nativo (IBGE, 2024b), dados da PEVS mostram que o valor de produção cresceu de R\$ 731 milhões em 2015 para R\$ 858 milhões em 2023 na Amazônia Legal (Figura 24). O estado do Pará continua sendo o maior produtor, com 167.625 toneladas em 2023. Entretanto, os estados do Amazonas e Mato Grosso também possuem produção significativa dessa cultura: 43.877 toneladas e 18.726 toneladas, respectivamente (Tabela 15).^[30]

Figura 23. Valor da produção de açaí plantado (R\$ bilhões) entre 2010 e 2023 na Amazônia Legal e Pará, 2015-2023.



Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

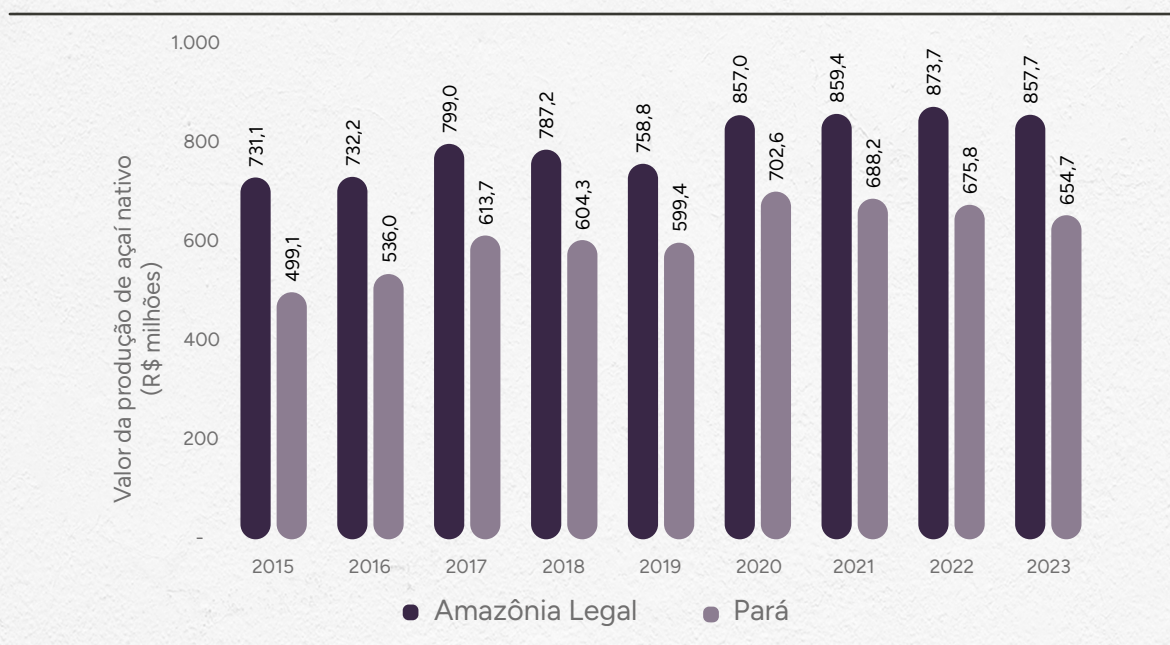
^[30] De acordo com estudo de Smeraldi & Santos (2021), há discrepância nas estatísticas oficiais entre o açaí de plantio (dados mais sólidos e atualizados) e o extrativo (dados amplamente subestimados).

Tabela 14. Produção de açaí nativo em toneladas nos estados da Amazônia Legal, 2018-2023

Estado	Açaí (toneladas)					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acre	4.549	4.738	4.654	4.521	4.428	4.030
Amapá	2.873	3.059	3.067	3.207	3.298	3.296
Amazonas	47.410	43.855	43.733	45.208	53.729	43.877
Maranhão	17.590	17.538	17.759	18.067	18.789	18.726
Mato Grosso	-	-	-	-	-	8
Pará	147.730	151.793	149.671	154.433	164.902	167.625
Rondônia	1.410	1.601	1.482	1.542	1.738	1.189
Roraima	25	39	43	45	46	49
Tocantins	14	30	31	37	40	26
Amazônia Legal	221.604	222.656	220.447	227.069	246.976	238.831

Fonte: com base nos dados da PEVS, IBGE.

Figura 24. Valor da produção de açaí nativo (R\$ milhões) entre 2010 e 2023 na Amazônia Legal e Pará, 2010-2023.



Fonte: com base nos dados da PEVS, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

Tabela 15. Produção de açaí nativo em toneladas nos estados da Amazônia Legal, 2018-2023

Estado	Açaí (toneladas)					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acre	4.549	4.738	4.654	4.521	4.428	4.030
Amapá	2.873	3.059	3.067	3.207	3.298	3.296
Amazonas	47.410	43.855	43.733	45.208	53.729	43.877
Maranhão	17.590	17.538	17.759	18.067	18.789	18.726
Mato Grosso	-	-	-	-	-	8
Pará	147.730	151.793	149.671	154.433	164.902	167.625
Rondônia	1.410	1.601	1.482	1.542	1.738	1.189
Roraima	25	39	43	45	46	49
Tocantins	14	30	31	37	40	26
Amazônia Legal	221.604	222.656	220.447	227.069	246.976	238.831
% da produção do Brasil	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

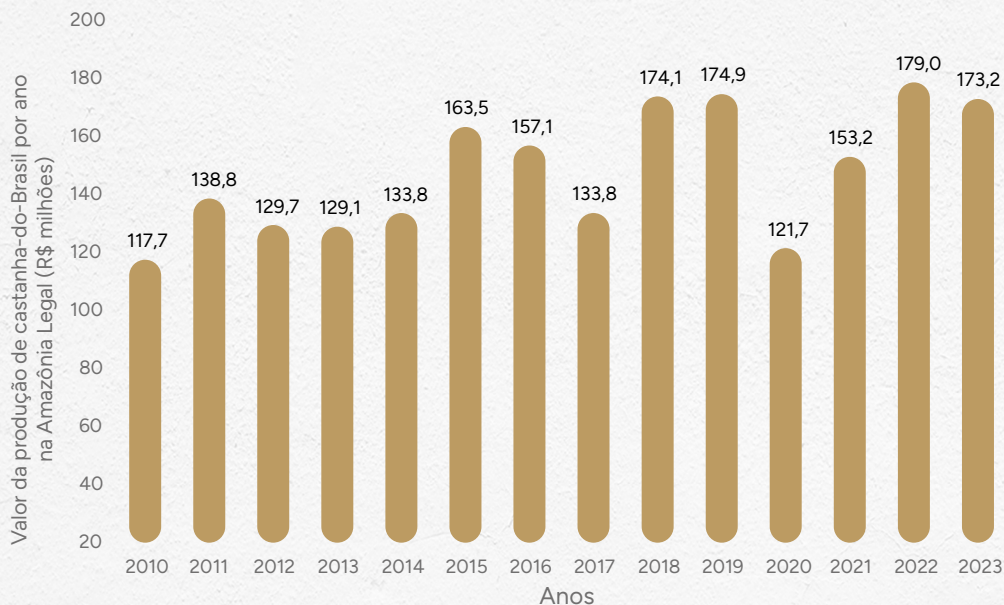
Fonte: com base nos dados da PEVS, IBGE.

• Castanha-do-Brasil

A produção da castanha-do-Brasil na Amazônia Legal aumentou tanto em quantidade quanto em valor de produção desde o ano 2000. Apesar de algumas oscilações, essa produção atingiu R\$ 173,2 milhões em 2023 (Figura 25). Em 2020, o estado do Amazonas detinha a maior renda bruta da produção, com R\$ 42,9 milhões (Figura 26). Entretanto, o estado do Acre atingiu os maiores valores de produção em 2023: R\$ 66,32 milhões com a produção da castanha (IBGE, 2025c).

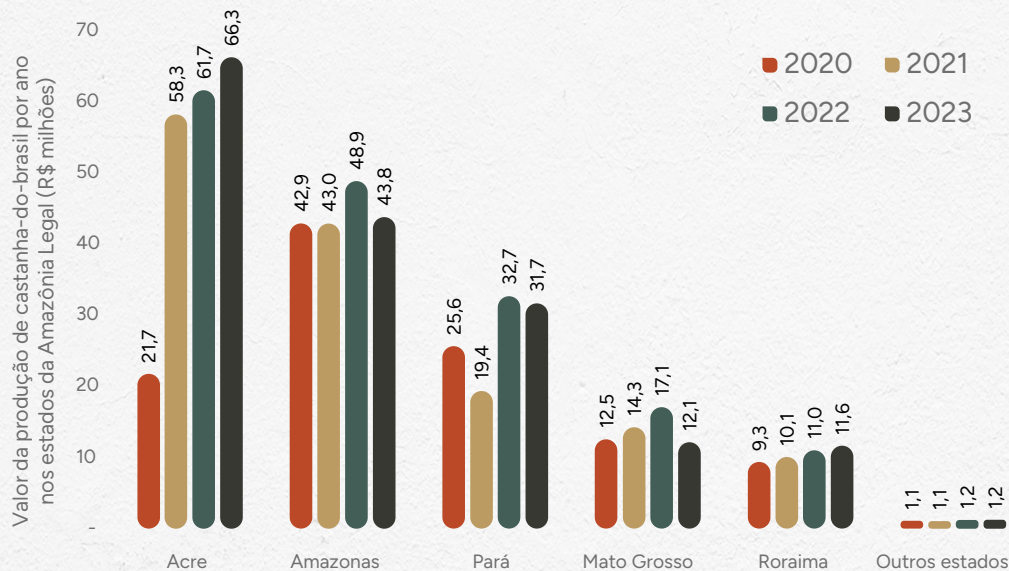
Apesar de o estado do Acre deter o maior valor de produção da castanha-do-brasil, o Amazonas é o estado com maior quantidade produzida em 2023, com 11.291 toneladas. Em seguida estão Acre (9.743 toneladas) e Pará (9.300 toneladas) (Tabela 16). A região da Amazônia Legal detém 100% de toda a produção de castanha-do-Brasil produzida pelo país (IBGE, 2025d).

Figura 25. Valor da produção de castanha-do-Brasil (R\$ milhões) na Amazônia Legal, 2010-2023.



Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

Figura 26. Valor da produção de castanha-do-Brasil (R\$ milhões) nos estados da Amazônia Legal, 2020-2023.



Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

Tabela 16. Produção de castanha-do-Brasil em toneladas nos estados da Amazônia Legal, 2018-2023

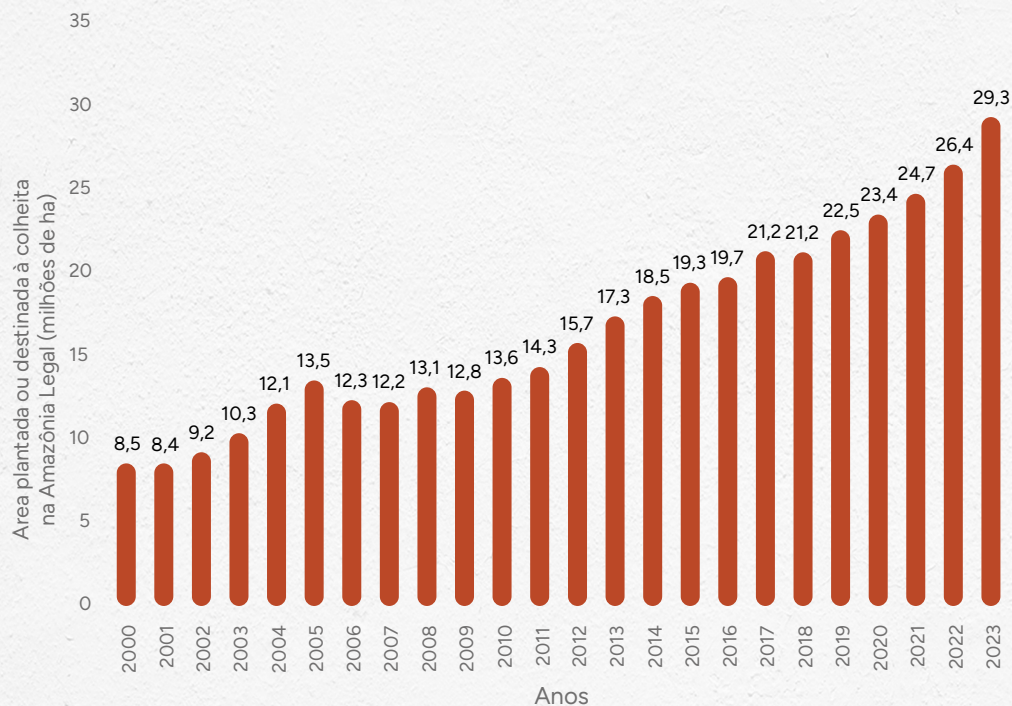
Estado	Castanha-do-Brasil (toneladas)					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acre	7.681	7.297	6.769	8.931	9.145	9.473
Amapá	437	405	416	397	400	384
Amazonas	12.161	12.182	11.707	11.737	14.303	11.291
Mato Grosso	2.179	2.226	1.682	1.814	2.205	1.900
Pará	7.726	6.977	8.643	5.924	8.807	9.390
Rondônia	1.755	1.878	1.920	1.800	1.394	1.003
Roraima	2.230	1.940	1.982	1.934	1.915	1.910
Amazônia Legal	34.169	32.905	33.119	32.537	38.169	35.363
% da produção do Brasil	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

• Agricultura

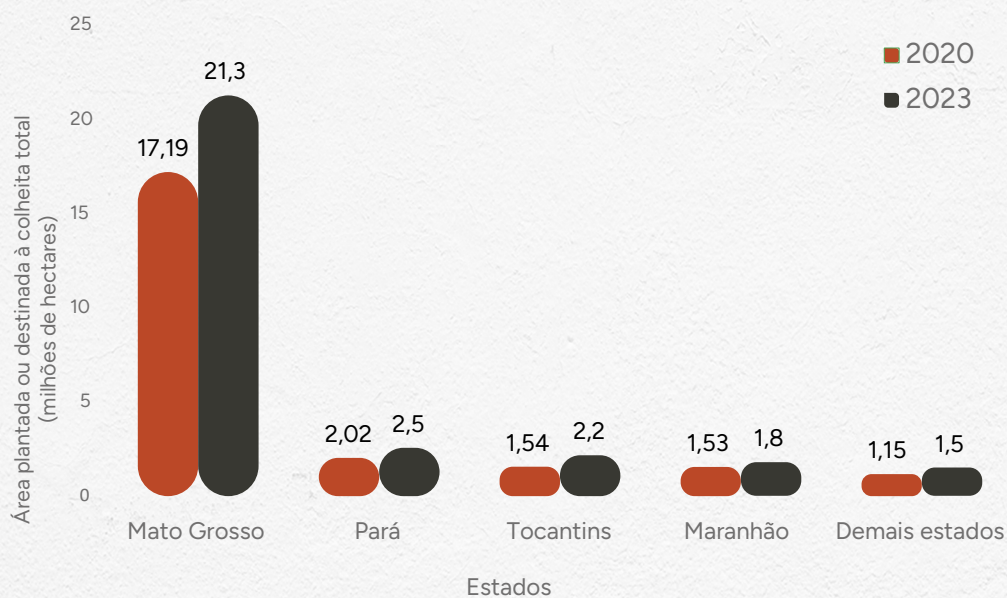
De acordo com a PAM (IBGE, 2024c), a área plantada ou destinada à colheita somando todas as culturas praticadas aumentou de 8,5 milhões de hectares em 2000 para 29,3 milhões de hectares em 2023 na Amazônia Legal (Figura 27). O estado de Mato Grosso possui a maior área agrícola (21,3 milhões de hectares) da região, ou 73% do total (Figura 28). Já valor de produção da agricultura da Amazônia Legal subiu de R\$ 26,1 bilhões em 2000 para R\$ 225,1 bilhões em 2023 (Figura 29).

Figura 27. Área total (milhões de hectares) destinada à colheita na Amazônia Legal; lavouras temporárias e permanentes, 2000-2023.



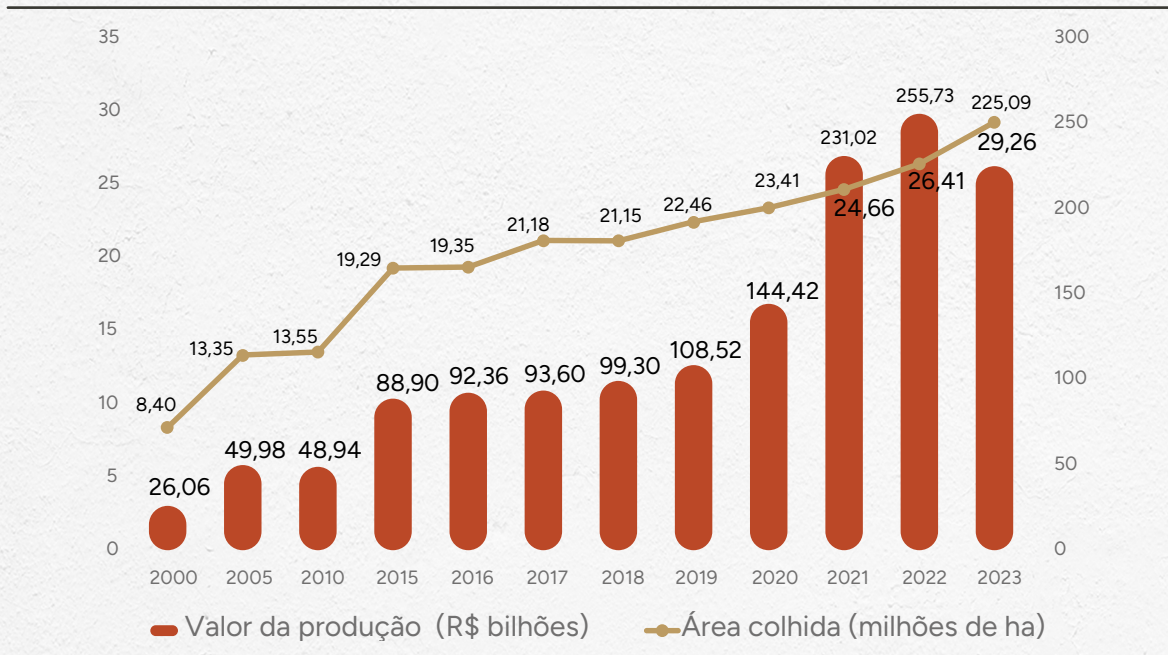
Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

Figura 28. Área total destinada à colheita nos estados da Amazônia Legal; lavouras temporárias e permanentes, 2020 e 2023



Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

Figura 29. Área colhida (milhões de ha) e valor da produção (R\$ bilhões) em todas as lavouras na Amazônia Legal, 2023.



Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

• **Principais culturas agrícolas da Amazônia Legal**

A soja em grão é a cultura temporária^[31] mais importante na agricultura da Amazônia Legal. Essa *commodity* obteve o maior valor de produção (R\$ 128,7 bilhões) e a maior quantidade produzida (58 milhões de toneladas) em 2023 na região (Tabela 17). Já o milho em grão (R\$ 37,9 bilhões, 58,7 milhões de toneladas), o algodão (R\$ 20,9 bilhões, 5,5 milhões de toneladas) e a mandioca (R\$ 7,6 bilhões, 6,4 milhões de toneladas) são as culturas temporárias mais importantes. O Mato Grosso é o estado que possui maior produção agrícola de culturas temporárias na Amazônia Legal (IBGE 2025c).

^[31] Culturas agrícolas temporárias são aquelas de curto período. Elas estão sujeitas ao replantio ao menos uma vez ao ano após a colheita. Também são conhecidas como culturas anuais. Ressalta-se que dados de produção podem estar subestimados.

Tabela 17. Quantidade produzida (toneladas), valor da produção (R\$ bilhões) e porcentagem da produção do Brasil das culturas temporárias na Amazônia Legal, 2023

Culturas temporárias	Quantidade produzida na Amazônia Legal (toneladas)	Valor da produção (R\$ bilhões)	Porcentagem da produção em relação ao total do Brasil (%)
Soja (em grão)	57.995.662	128.683.390	38,12%
Milho (em grão)	58.739.162	37.920.122	44,52%
Algodão herbáceo (em caroço)	5.546.787	20.917.745	73,99%
Mandioca	6.357.770	7.577.816	34,34%
Cana-de-açúcar	25.848.078	3.136.063	3,30%
Arroz (em casca)	1.429.293	2.752.105	13,90%
Abacaxi*	627.311	1.902.960	39,41%
Feijão (em grão)	423.131	1.380.750	14,60%
Melancia	359.772	558.533	20,19%
Sorgo (em grão)	377.854	194.512	8,40%
Tomate	19.646	76.739	0,47%
Batata-doce	20.720	49.468	2,24%
Outras culturas	19.509	56.347	0,11%
Total	157.764.695	205.206.550	-

Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

A agricultura permanente^[32] era relativamente pequena na Amazônia Legal, com um total de 6,8 milhões de toneladas e uma renda bruta de R\$ 18,6 bilhões em 2023 (Tabela 18). A produção de açaí plantado^[33] era o principal cultivo permanente da Amazônia Legal (99,7% da produção do Brasil), com área plantada igual a 234.514 hectares para um valor de produção de R\$ 8 bilhões, maior valor da série histórica. Isso correspondeu a um rendimento entre valor e área plantada igual a R\$ 34.474,54 por hectare. Em

^[32] Culturas agrícolas permanentes são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Ressalta-se que dados de produção podem estar subestimados.

^[33] Não inclui produção de açaí nativo de áreas de várzea da Amazônia Legal (pesquisa PEVS).

seguida, o café em grão (R\$ 2,5 bilhões em 2023), a banana em cacho (R\$ 2,4 bilhão), o cacau em amêndoa (R\$ 2,1 bilhões), o dendê (R\$ 1,8 bilhões) e a pimenta-do-reino (R\$ 470 milhões) são as culturas temporárias mais relevantes na região (IBGE, 2024c).

Tabela 18. Quantidade produzida (toneladas), valor da produção (R\$ bilhões) e porcentagem da produção do Brasil das principais culturas permanentes na Amazônia Legal, 2023.

Lavouras permanentes em 2023				
Lavoura permanente	Área destinada à colheita (ha)	Valor da produção (R\$ bilhões)	% do valor total	Rendimento valor e área (R\$/ha)
Açaí	234.883	8,04	99,8	34.228,70
Café (em grão) total	75.766	2,46	5,6	32.442,48
Banana (cacho)	86.481	2,38	17,3	27.544,82
Cacau (em amêndoa)	171.241	2,09	45,1	12.202,38
Dendê (cacho de coco)	188.671	1,80	99,2	9.518,95
Pimenta-do-reino	17.847	0,47	28,6	26.552,14
Laranja	20.013	0,37	1,9	18.660,17
Coco-da-baía*	20.173	0,29	18,1	14.503,10
Maracujá	4.326	0,22	9,1	50.467,18
Demais lavouras	42.495	0,51	2,0	12.016,47
Amazônia Legal total	861.896	18,63	100,0	21.620,05

Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

• A Pecuária na Amazônia Legal

De acordo com a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE (2024d), o rebanho bovino na Amazônia Legal saltou de 47,2 milhões de cabeças de gado em 2000 para 104,8 milhões de cabeças de gado em 2023 (Tabela 19e Figura 30).

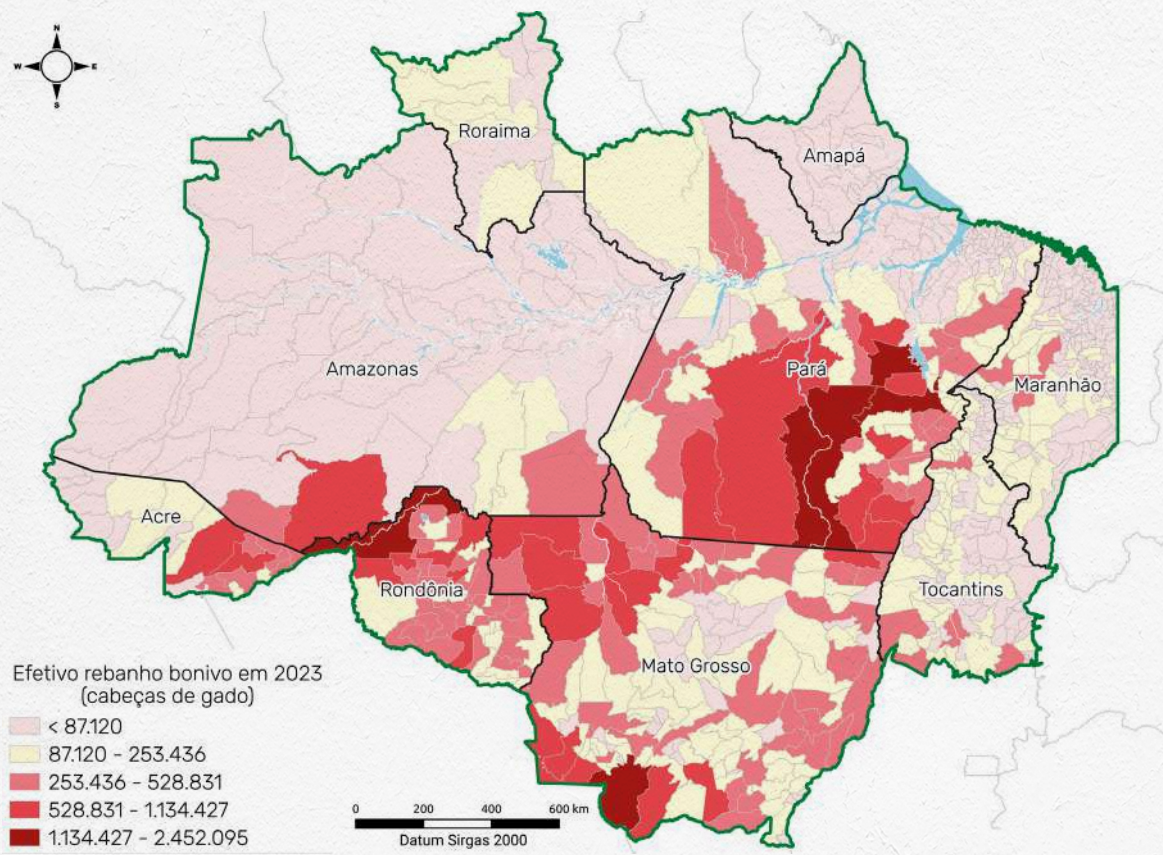
Em relação à área de pastagem, também houve um aumento no mesmo período de 49,1 milhões de hectares no ano 2000 para 76,8 milhões de hectares em 2023 (Mapbiomas, 2025b). Os maiores rebanhos estavam em Mato Grosso (35,2 milhões de cabeças) e Pará (28,8 milhões de cabeças) em 2023.

Tabela 19. Evolução do efetivo de rebanho bovino (milhões de cabeças) nos estados e Amazônia Legal, 2000-2023

Estado	Efetivo bovino (milhões de cabeças)					
	2000	2010	2020	2021	2022	2023
Acre	1,0	2,6	3,8	4,0	4,6	5,6
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	1,1
Amazonas	0,8	1,4	1,4	1,5	1,6	2,6
Maranhão	3,7	6,5	7,8	8,0	8,8	9,8
Mato Grosso	18,9	28,8	32,3	32,4	34,2	35,2
Pará	10,3	17,6	22,4	23,9	24,8	25,8
Rondônia	5,7	11,8	14,8	15,1	17,7	18,7
Roraima	0,5	0,6	0,9	0,9	1,1	2,1
Tocantins	6,1	8,0	9,1	10,2	10,8	11,8
Amazônia Legal	47,2	77,4	92,8	96,3	103,8	104,8
Brasil	169,9	209,5	217,8	224,6	234,4	235,4
Efetivo bovino brasileiro oriundo da Amazônia Legal (%)	27,8%	37,0%	42,6%	42,9%	44,3%	45,3%

Fonte: com base nos dados da PPM, IBGE.

Figura 30. Número de cabeças de gado nos municípios da Amazônia Legal, 2023.



Fonte: com base nos dados da PPM, IBGE.

BOX:**O CASO DA PECUÁRIA BOVINA NA AMAZÔNIA**

Estudo de Barreto *et al* (2024)^[34], no âmbito do projeto Amazônia 2030, demonstra que a pecuária bovina ocupa mais de 75 milhões de hectares da região, mas 54% desses pastos estão com algum nível de degradação. Algumas das sugestões oferecidas pelos autores para melhorar a pecuária bovina na Amazônia.

1. **Concentração de incentivos:** os produtores próximos aos mercados são mais propensos a adotar inovações. O estudo recomenda concentrar incentivos próximo aos polos de abate e comercialização.
2. **Educação e assistência técnica:** investir em educação rural é crucial. O governo deve incluir o Ministério da Educação no Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas. A assistência técnica deve incluir acompanhamento contínuo.
3. **Crédito rural focado:** Priorizar o crédito rural para melhorias nos pastos é essencial. Em 2024, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas, visando recuperar 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade.
4. **Melhoria da infraestrutura:** Investir na manutenção de estradas, acesso à ener-

gia e comunicação nas regiões próximas aos frigoríficos é fundamental para facilitar a adoção de tecnologias produtivas.

5. **Combate à especulação fundiária:** A efetiva cobrança do Imposto Territorial sobre a Propriedade Rural (ITR) pode incentivar o aumento da produtividade. Recomendamos atualizar índices de produtividade e utilizar dados de mercado para evitar reduções injustificadas nos valores.

Outro levantamento destaca que 64% das pastagens (105 milhões de hectares) do país apresentam qualidade baixa ou intermediária e que o setor da pecuária bovina foi responsável por 51% das emissões de GEE do país, principalmente devido ao desmatamento da Amazônia: para cada hectare de pastagem reformado na região, 2,35 hectares de florestas são derrubadas. Esse estudo propõe um conjunto de recomendações para reverter esse quadro, incluindo: fortalecer o combate ao desmatamento e garantir a destinação correta de terras públicas; condicionar o crédito rural a metas de produtividade e sustentabilidade; direcionar infraestrutura e incentivos para áreas prioritárias, onde a recuperação de pastagens é mais viável; e ampliar a transparência na cadeia produtiva. (Barreto et al, 2025)^[35]

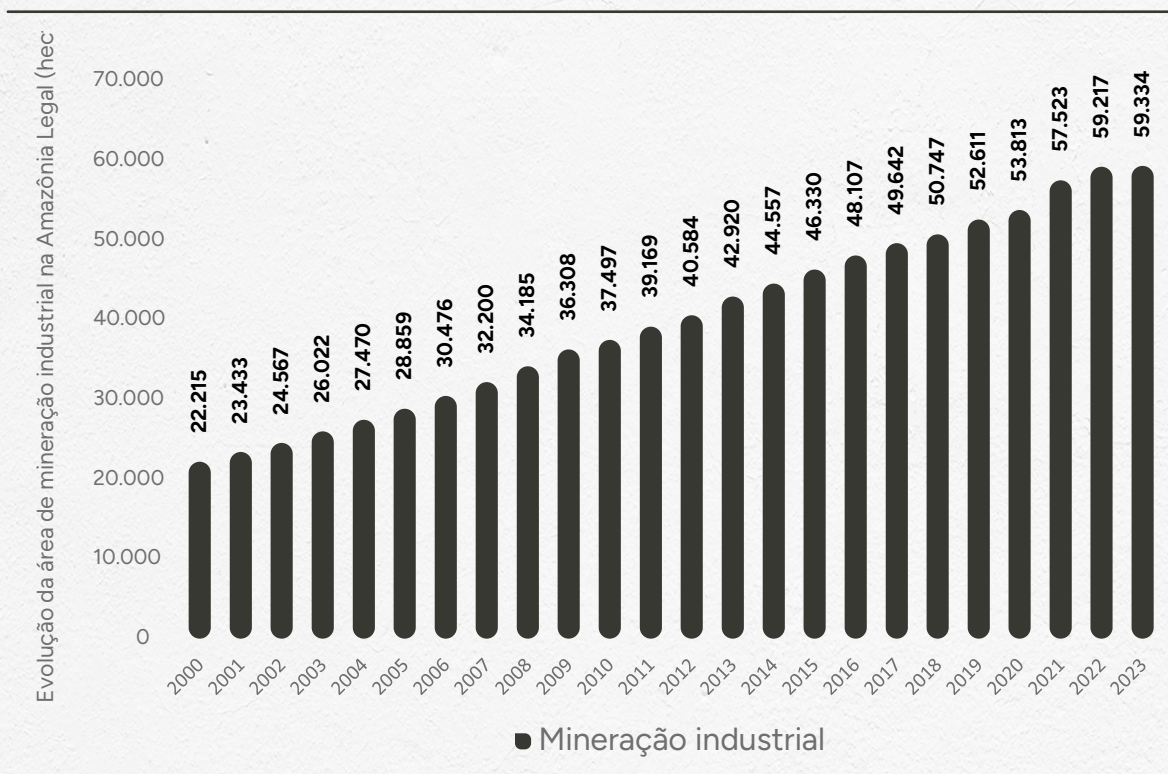
^[34] Mais informações sobre esse estudo em: <https://amazonia2030.org.br/da-escassez-a-abundancia-o-caso-da-pecuaria-bovina-na-amazonia/>

^[35] Mais informações sobre esse estudo em: <https://encr.pw/S7abd>

MINERAÇÃO INDUSTRIAL NA AMAZÔNIA

De acordo com dados do Mapbiomas (2025c) relativos à mineração industrial, a área total utilizada para tal atividade aumentou de 22.215 hectares no ano 2000 para 59.334 hectares em 2023 na Amazônia Legal (Figura 31). O Pará é o estado com maior abertura do solo para esse tipo de mineração e maior produção de minérios da Amazônia Legal. Essa atividade ocorre de forma autorizada em 16 municípios paraenses^[36], principalmente para a extração de minério de ferro, bauxita, caulim, calcário, níquel, manganês e ouro (Tabela 20). Por outro lado, a atividade de transformação mineral acontece em dois municípios: Marabá e Barcarena.

Figura 31. Evolução da área de mineração industrial (hectares) na Amazônia Legal, 2000-2023.



Fonte: com base nos dados do Mapbiomas.

^[36] Considerando-se a logística para a mineração (ferrovias, hidrovias, rodovias), a mineração no Pará engloba mais municípios.

Tabela 20. Municípios do Pará por tipo de indústria mineral e minérios explorados de forma autorizada.

Indústria	Município	Minérios
Mineração	Breu Branco	Silício
	Bonito	Fosfato
	Canaã dos Carajás	Cobre, ferro, ouro
	Ipixuna do Pará	Caulim
	Itaituba	Argila, calcário, ouro
	Juruti	Bauxita
	Marabá	Cobre, manganês
	Rondon do Pará	Bauxita
	Oriximiná	Areia, bauxita, fosfato
	Ourilândia do Norte	Níquel
	Paragominas	Areia, argila, bauxita
	Parauapebas	Cobre, ferro, granito, gnaiss, manganês, níquel
	São Félix do Xingu	Ferro, cobre, níquel
	Senador José Porfírio	Ouro
	Terra Santa	Bauxita
Curionópolis	Cobre, ferro, ouro	
Transformação mineral	Barcarena	Alumínio, alumina, caulim
	Marabá	Ferro gusa, aço

Fonte: com base nos dados da Simineral.

ÁGUA NA AMAZÔNIA LEGAL

A Amazônia é essencial para manter o balanço climático do planeta, pois possui a maior rede hidrográfica de rios e tributários do mundo, que interage diretamente com a floresta existente (ANA, 2023). Nos últimos quatorze anos, a superfície de água na Amazônia diminuiu de 11,5 milhões de hectares em 2010 para 11,27 milhões de hectares em 2024 (Figura 32).

Em 2023, a Amazônia Legal apresentou uma redução de 5,3% da superfície de água (11,27 milhões de hectares) em relação a 2021 (12,35 milhões de hectares), sendo este aumento associado principalmente ao regime de chuva no bioma e intensificado por fenômenos extremos como a La Niña, que ocorreu em parte em 2021. Desde 2010 a superfície de água na região tende a diminuir, cuja pior seca ocorreu entre 2016 e 2020, atingindo 10,91 e 11,07 milhões de hectares, respectivamente (Figura 32). (Mapbiomas, 2025d).

Figura 32. Superfície de água (milhões de hectares) na Amazônia Legal, 2010-2024.



Fonte: com base nos dados do Mapbiomas.

É possível observar a variação da superfície de água nos estados da Amazônia Legal num período de vinte anos (entre 2000 e 2024) (Tabela 21). O estado do Mato Grosso, com exceção do ano de 2022, apresentou uma diminuição constante da sua superfície de água, enquanto Rondônia e Tocantins apresentaram um aumento de superfície ao longo da série histórica. Os demais estados da região apresentam diminuição da superfície nos anos de secas severas e aumento nos anos de maiores cheias (Mapbiomas, 2024d).

Tabela 21. Superfície de água (hectares) em toneladas nos estados da Amazônia Legal, 2000-2024

Estado	Superfície de água (hectares)						
	2000	2010	2020	2021	2022	2023	2024
Acre	48.544	42.836	48.436	46.194	52.385	55.854	51.326
Amapá	400.728	380.857	306.170	326.261	415.553	378.033	384.494
Amazonas	4.714.093	4.518.405	4.464.967	4.615.180	5.093.432	4.762.111	4.493.279
Maranhão	475.414	449.448	440.549	439.409	546.073	506.721	526.332
Mato Grosso	779.344	705.895	609.979	542.567	590.908	598.715	563.003
Pará	4.219.626	4.221.533	4.113.050	4.170.835	4.381.929	4.238.548	4.167.016
Rondônia	185.742	202.483	222.087	225.006	245.780	247.245	225.308
Roraima	366.332	335.871	254.322	289.832	451.289	340.507	285.953
Tocantins	231.342	304.195	301.095	296.851	317.172	320.833	318.058
Amazônia Legal	11.702.852	11.457.142	11.069.153	11.259.603	12.351.958	11.748.212	11.266.647

Fonte: com base nos dados do Mapbiomas.



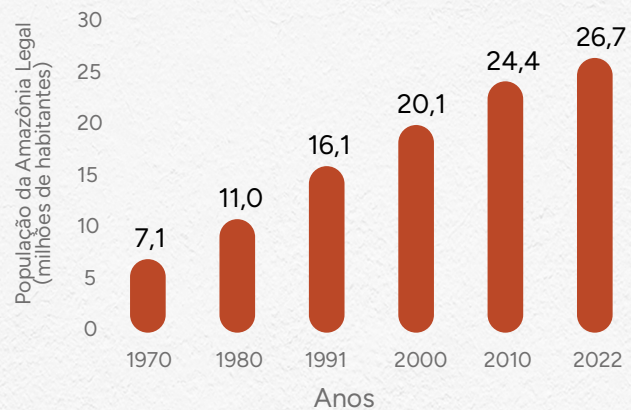
SOCIOECONOMIA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

PERFIL DA POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA

- **Evolução da população residente**

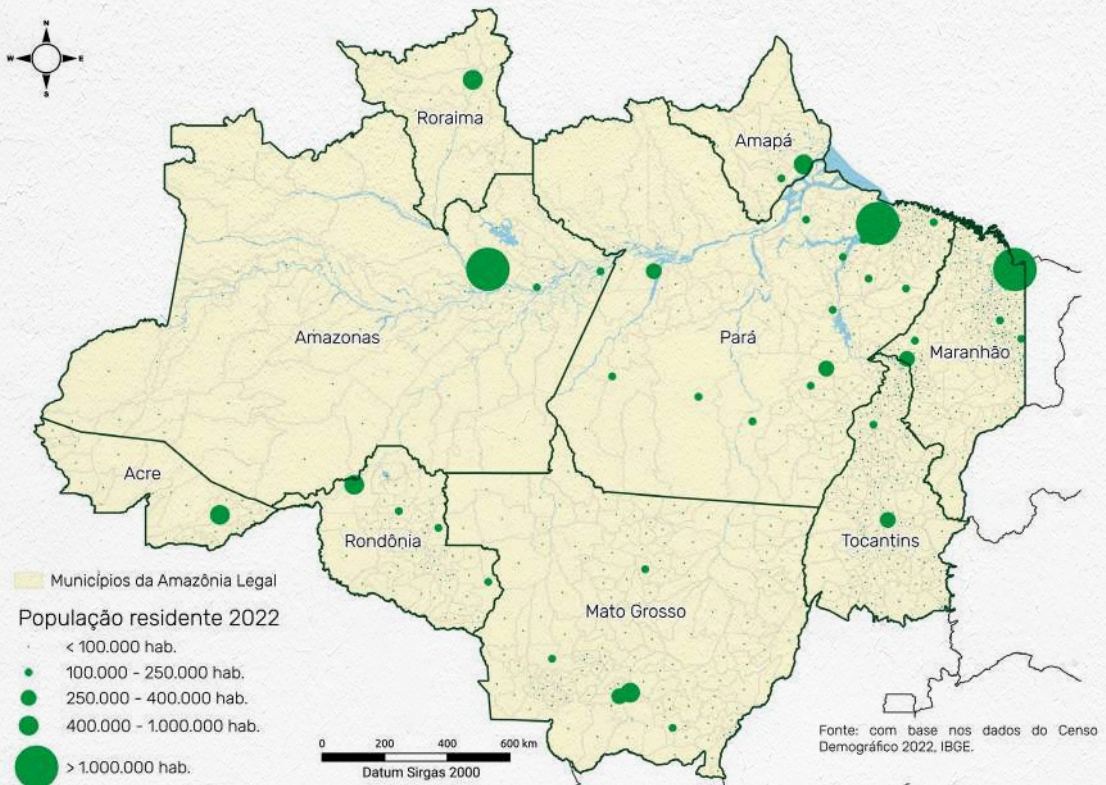
A população da Amazônia Legal cresceu de 7,1 milhões em 1970 para 26,7 milhões de habitantes em 2022 (Figura 33), o que representa cerca de 13% da população brasileira. Apesar do expressivo aumento da população entre as décadas, a Amazônia Legal é uma região com municípios com baixa população, com exceção das capitais e cidades polo (Figura 34). Desse modo, há uma baixa densidade demográfica na região: de 1,4 habitante por quilômetro quadrado em 1970 para 5,3 habitantes por quilômetro quadrado em 2022 (IBGE, 2024a).

Figura 33. Evolução da população da Amazônia Legal, 1970–2022



Fonte: com base nos dados dos Censos Demográficos, IBGE.

Figura 34. Tamanho da população nos municípios da Amazônia Legal, 2022



Fonte: com base nos dados do Censo Demográfico 2022, IBGE.

Considerando a população estimada (IBGE, 2025), o Pará é o estado mais populoso da região: aumentou de 2,2 milhões em 1970 para 8,1 milhões de habitantes em 2022 (Tabela 22). Por outro lado, o Amapá (0,7 milhão) e Roraima (0,6 milhão) são os estados menos populosos da região.

Tabela 22. População estimada nos estados da Amazônia Legal, 2014-2024

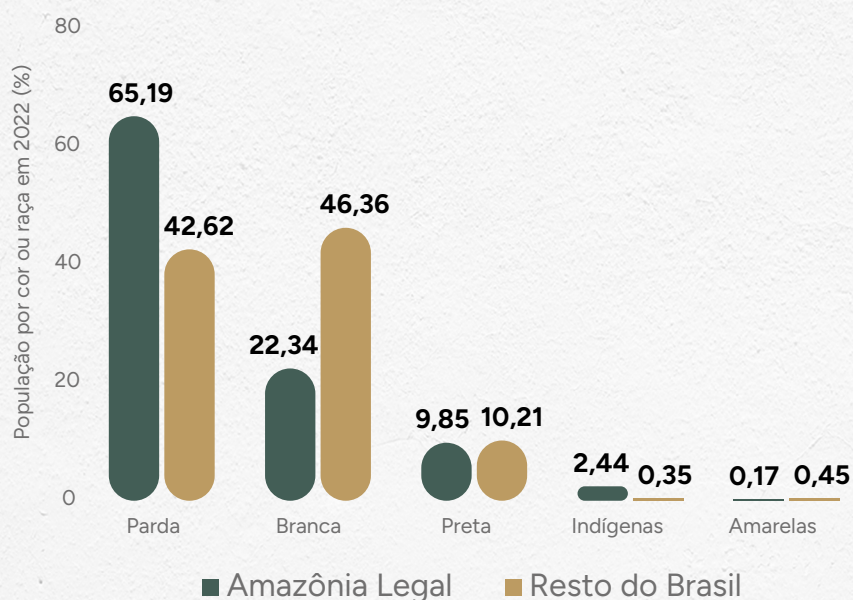
Estado	População (milhões de hab.)		
	2014	2020	2024
Acre	0,79	0,89	0,88
Amapá	0,75	0,86	0,80
Amazonas	3,87	4,21	4,28
Maranhão	5,70	5,91	5,83
Mato Grosso	3,22	3,53	3,84
Pará	8,07	8,69	8,66
Rondônia	1,75	1,80	1,75
Roraima	0,50	0,63	0,72
Tocantins	1,50	1,59	1,58
Amazônia Legal	26,15	28,11	28,34

Fonte: com base nos dados dos Censos Demográficos, IBGE.

• População por raça

De acordo com Censo Demográfico 2022 do IBGE (2024d), a maioria da população (65,2%, ou 17,3 milhões de habitantes) da Amazônia Legal era parda. Em seguida estava a população branca (22,3%, ou 5,95 milhões de habitantes), preta (9,8%, 2,6 milhões de habitantes), indígenas (2,4%, 650 mil habitantes) e amarelas (0,2%, 45 mil habitantes). Essas proporções diferem das do Brasil (Figura 35). A mesma tendência de maioria parda ocorre em todos os estados da Amazônia Legal (Tabela 23).

Figura 35. População por cor ou raça (%) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2022.



Fonte: com base nos dados do Censo Demográfico 2022, IBGE.

Tabela 23. População por cor ou raça (%) nos estados da Amazônia Legal, 2022

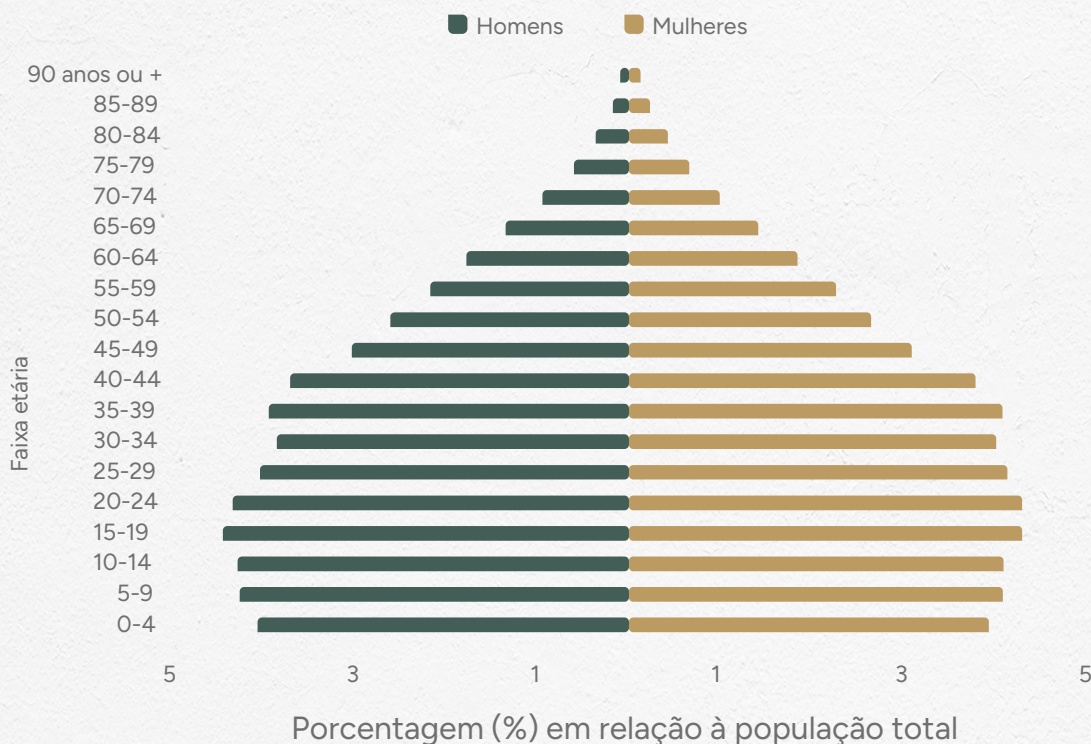
Estado	População por cor ou raça (%)			
	Branca	Preta	Indígena e amarela	Parda
Acre	21,44	8,56	3,74	66,25
Amapá	21,4	11,81	1,51	65,28
Amazonas	18,39	4,91	7,89	68,79
Maranhão	20,81	13,04	1,05	65,1
Mato Grosso	32,3	9,86	1,85	56
Pará	19,34	9,77	1	69,87
Rondônia	30,74	8,65	1,36	59,24
Roraima	20,62	7,73	14,24	57,25
Tocantins	23,2	13,19	1,47	62,14

Fonte: com base nos dados do Censo Demográfico 2022, IBGE.

• População por faixa etária: Amazônia ainda é jovem

A população da Amazônia Legal atual é jovem e por isso há um bônus demográfico na região. Isto é, maior proporção de pessoas em idade de trabalhar em relação à população dependente (IBGE, 2024a; Alfenas *et al.* 2020)^[37]. De fato, a pirâmide etária da região segundo dados do Censo Demográfico 2022 demonstrou que a maior parte da população estava concentrada entre os 10 e 34 anos de idade para ambos os sexos (Figura 36).

Figura 36. Pirâmide etária (% em relação à população total) da Amazônia Legal por sexo, 2022



Fonte: com base nos dados do Censo Demográfico 2022, IBGE.

^[37] Mais informações sobre esse estudo do AMZ2030 em: <https://11nq.com/MvqcK>



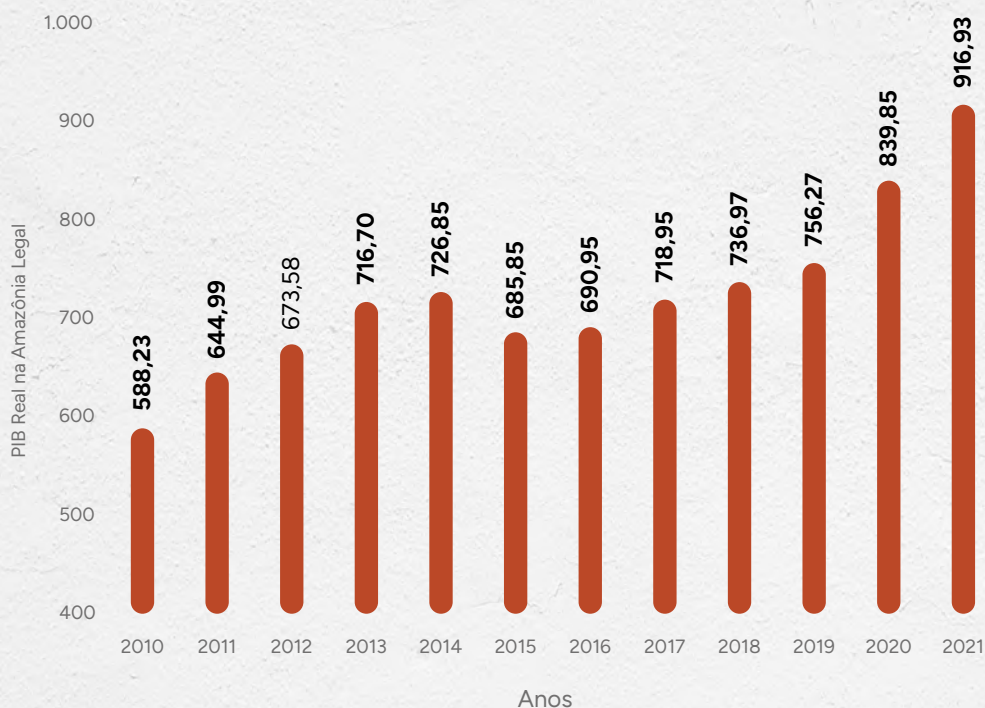
A ECONOMIA DA AMAZÔNIA

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) Real^[38] da Amazônia Legal totalizou R\$ 916,9 bilhões em 2021, ou apenas 10% do PIB do Brasil^[39] (Figura 37; Tabela 24). Entre os estados, Pará (R\$ 264,8 bilhões) e Mato Grosso (R\$ 235,1 bilhões) contavam com maior PIB Real. De modo oposto, Acre (R\$ 21,5 bilhões), Amapá (R\$ 20,2 bilhões) e Roraima (R\$ 18,3 bilhões) eram os estados com menor PIB Real (adaptado de BCB 2025; IBGE 2024e). Os municípios com maior PIB eram as capitais e os municípios do interior onde havia presença da atividade de mineração industrial, geração de energia hidrelétrica e agrogêncio (Figura 38).

[38] Também chamado de PIB a preços constantes.

[39] PIB Real calculado a partir do PIB Nominal (também conhecido como PIB a preços correntes) divulgado pelo IBGE (IBGE, 2023e) e índice de inflação IPCA do IBGE em relação ao ano 2021 (BCB, 2024). Desse modo, o PIB Real pode variar em relação a outros métodos de cálculo utilizados.

Figura 37. PIB Real (R\$ bilhões) na Amazônia Legal, 2010-2021.

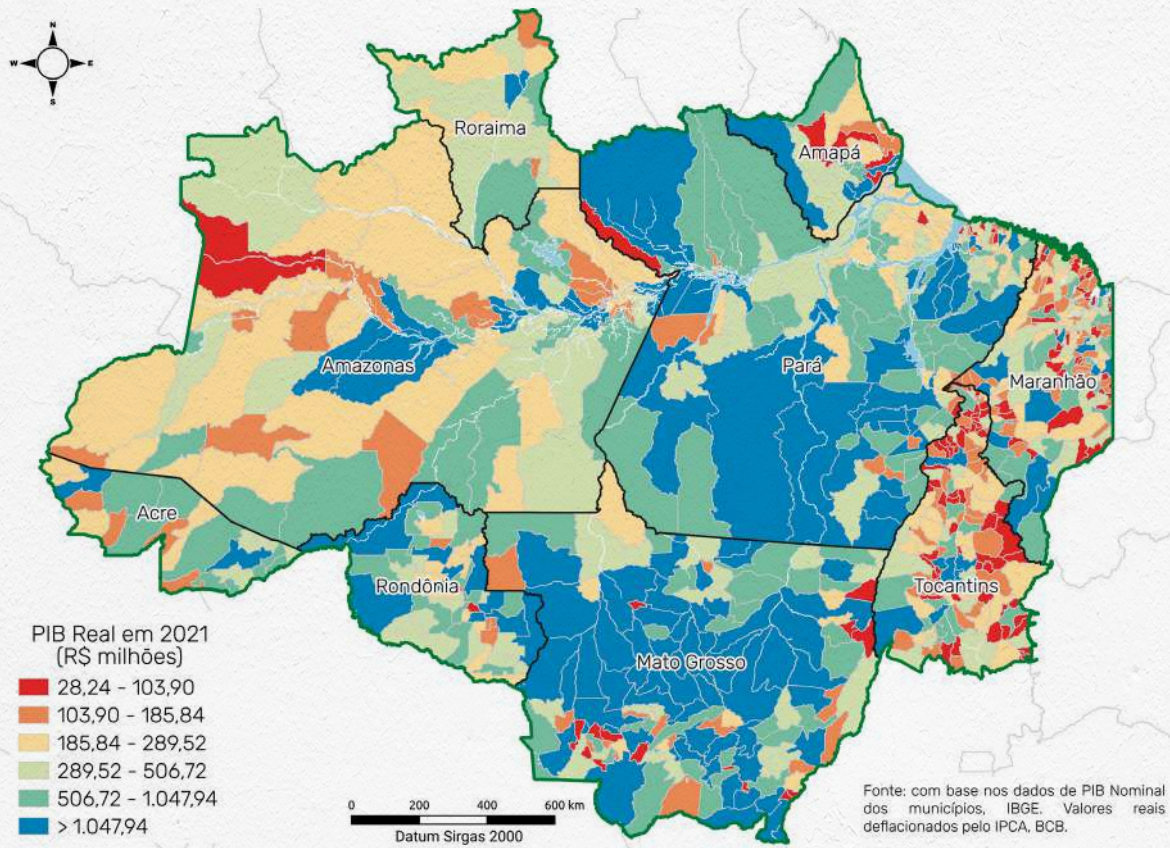
Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

Tabela 24. PIB Real (R\$ bilhões) nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2002-2021

Estado	PIB Real (R\$ bilhões)					
	2002	2005	2010	2015	2020	2021
Acre	9,1	10,4	16,1	18,7	18,4	21,5
Amapá	9,7	10,4	15,9	19,1	20,6	20,2
Amazonas	67,7	82,3	117,3	119,0	129,4	132,5
Maranhão	48,8	60,8	89,2	107,9	119,3	125,9
Pará	81,1	98,2	159,3	180,0	240,9	264,8
Rondônia	22,9	30,3	46,1	50,3	57,6	58,6
Roraima	7,3	7,7	12,8	14,1	17,9	18,3
Tocantins	16,3	18,7	31,6	39,8	48,7	52,2
Mato Grosso	58,8	83,0	109,1	147,7	199,3	235,1
Amazônia Legal	316,7	395,4	588,2	685,9	839,8	916,9
% do PIB do Brasil	6,9%	7,5%	7,9%	8,3%	9,9%	10,1%

Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

Figura 38. PIB Real (R\$ milhões) nos municípios da Amazônia Legal, 2021

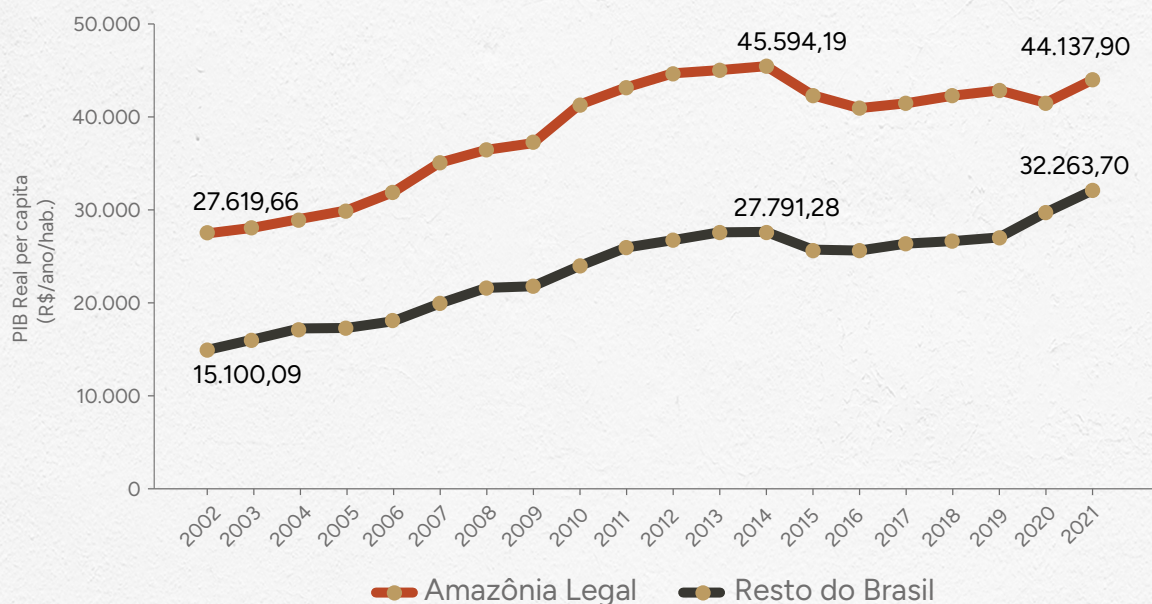


Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

O PIB PER CAPITA DA AMAZÔNIA LEGAL

Ao longo da década passada, o PIB *per capita*^[40] da Amazônia Legal atingiu pico em 2014 (R\$ 27,8 mil por habitante), oscilou entre os anos seguintes até atingir R\$ 27,2 mil por habitante em 2019 e voltou a subir desde então até alcançar R\$ 32,6 mil por habitante em 2021 (Figura 39). Já o resto do Brasil atingiu R\$ 44,1 mil por habitante neste último ano, ou seja, o PIB per capita amazônico representa atualmente apenas 70% do PIB *per capita* restante do país (adaptado de BCB 2025; IBGE, 2024a; IBGE 2024e).

Figura 39. PIB Real *per capita* da Amazônia Legal e resto do Brasil, 2002-2021.

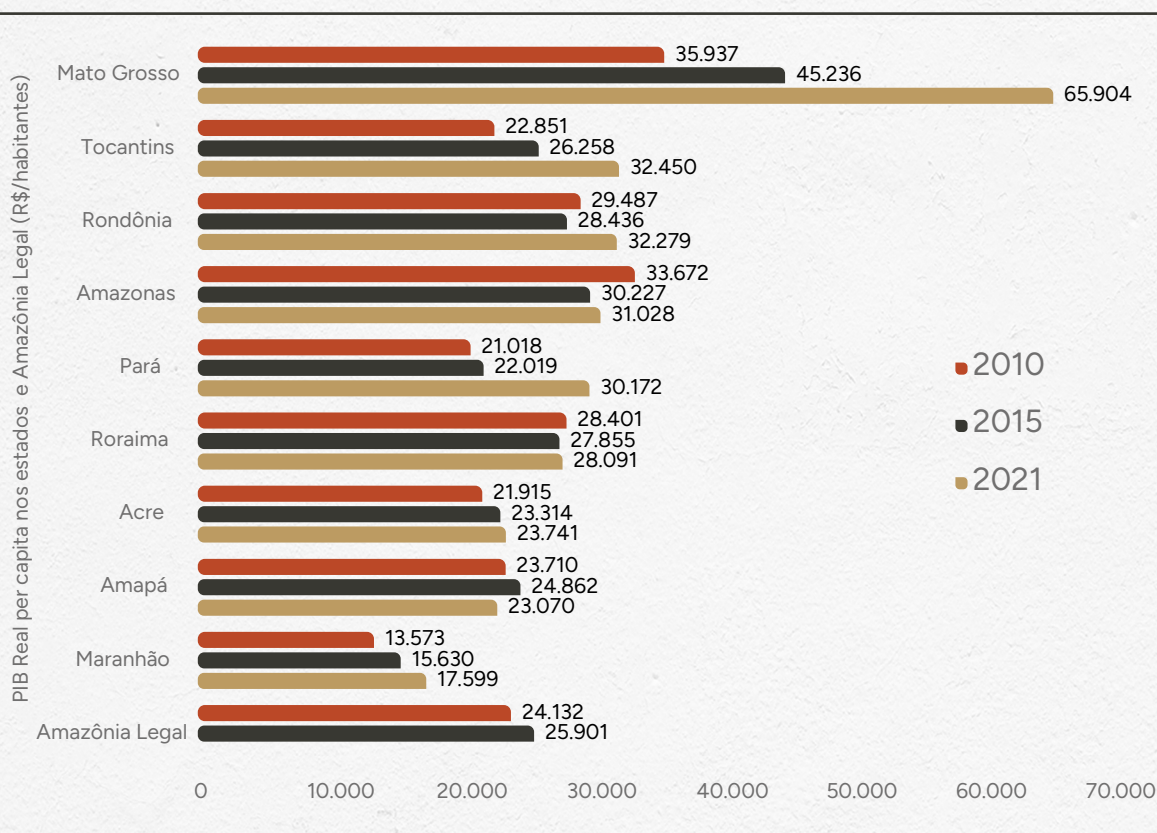


Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

^[40] PIB *per capita* da Amazônia Legal calculado a partir do PIB Real calculado pela população do Censo Demográfico 2022 (IBGE 2023a) e estimativas da população para os demais anos (IBGE, 2022c).

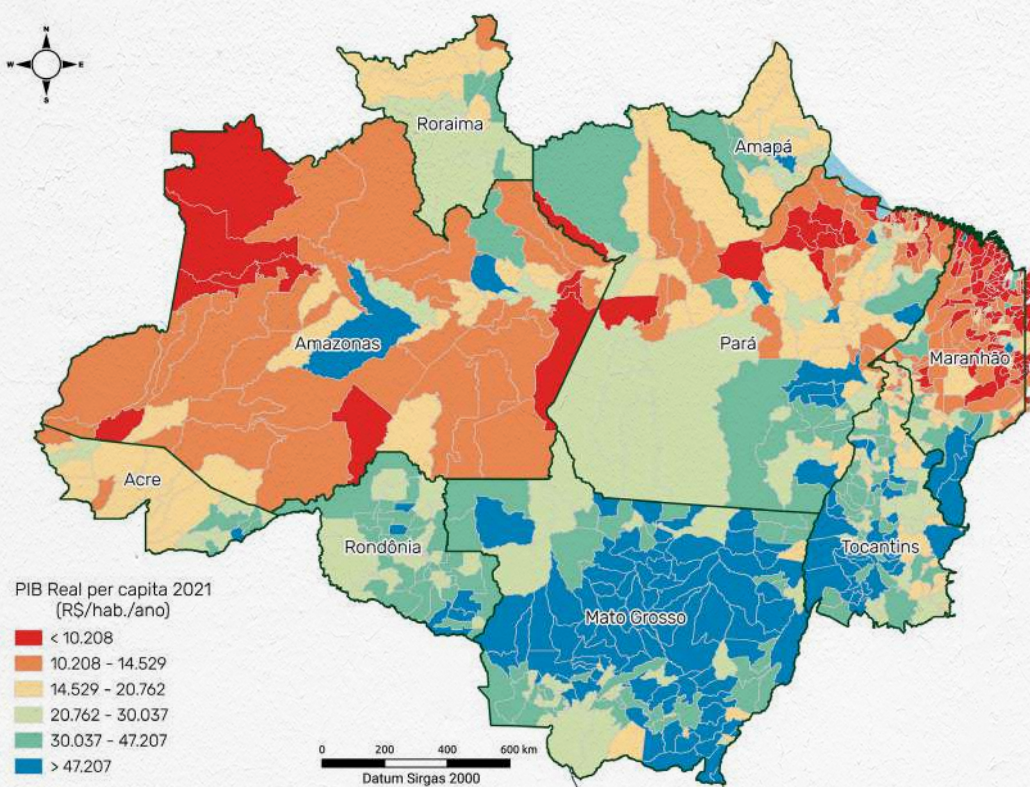
O estado de Mato Grosso apresentava o maior PIB Real *per capita* da região em 2021: R\$ 65,9 mil por habitante (Figura 40). Já o estado com menor valor era o Maranhão: R\$ 17,6 mil por habitante. De fato, havia grande variação no PIB per capita entre os municípios da Amazônia Legal (Figura 41) naquele ano. Os municípios com economia baseada na mineração industrial apresentavam maior PIB Real *per capita*, como Canaã dos Carajás (PA) e Parauapebas (PA), seguidos por aqueles com geração de energia hidrelétrica, como Vitória do Xingu (PA) e Coari (AM). Além disso, os municípios com forte agronegócio em Mato Grosso e no Tocantins se destacavam quanto ao PIB (adaptado de BCB 2025; IBGE, 2024a; IBGE 2024e).

Figura 40. PIB Real *per capita* dos estados da Amazônia Legal, 2010, 2015 e 2021.



Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios e população residente, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

Figura 41. PIB Real *per capita* nos municípios da Amazônia Legal, 2021.

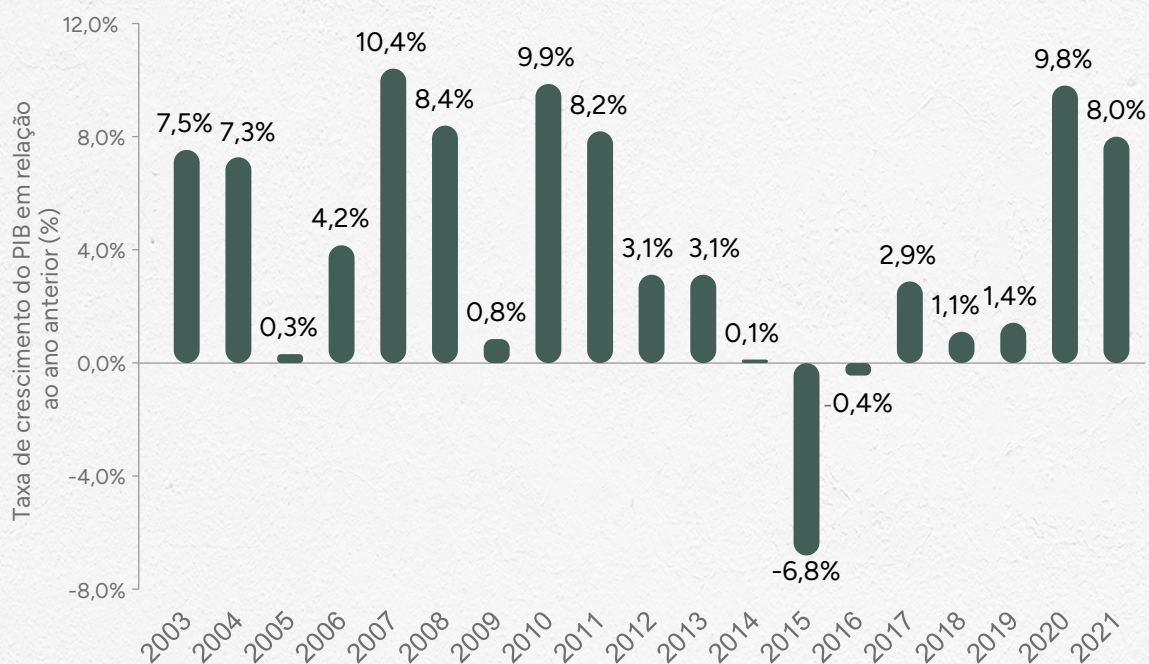


Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios e população residente, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB

O PIB da Amazônia Legal teve seu maior crescimento em 2008, em 2010 e mais recentemente em 2020 e 2021, porém, obteve resultados negativos em 2015 e 2016 (Figura 42). (adaptado de BCB 2025; IBGE 2024e).

Figura 42. Taxa de crescimento do PIB Real (%) em relação ao ano anterior da Amazônia Legal, 2003-2021.

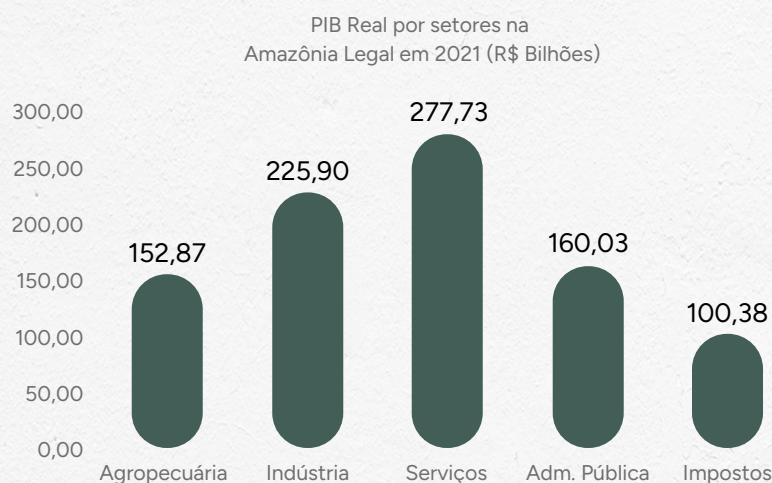


Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios e índice de inflação IPCA, IBGE e IPCA. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

SETORES MAIS RELEVANTES DA ECONOMIA DA AMAZÔNIA

Em 2021, o PIB Nominal^[41] por setor da economia da Amazônia Legal estava distribuído entre serviços com 30% do PIB total (R\$ 277,7 bilhões), indústria com 24,6% (R\$ 225,9 bilhões), administração pública com 17,5% (R\$160,0 bilhões), impostos com 10,9% (R\$ 100,4 bilhões) e agropecuária com 16,7% (R\$ 152,9 bilhões) (Figura 43) (IBGE 2024e).

Figura 43. PIB Nominal por atividade econômica na Amazônia Legal e Brasil, 2021.



Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE.

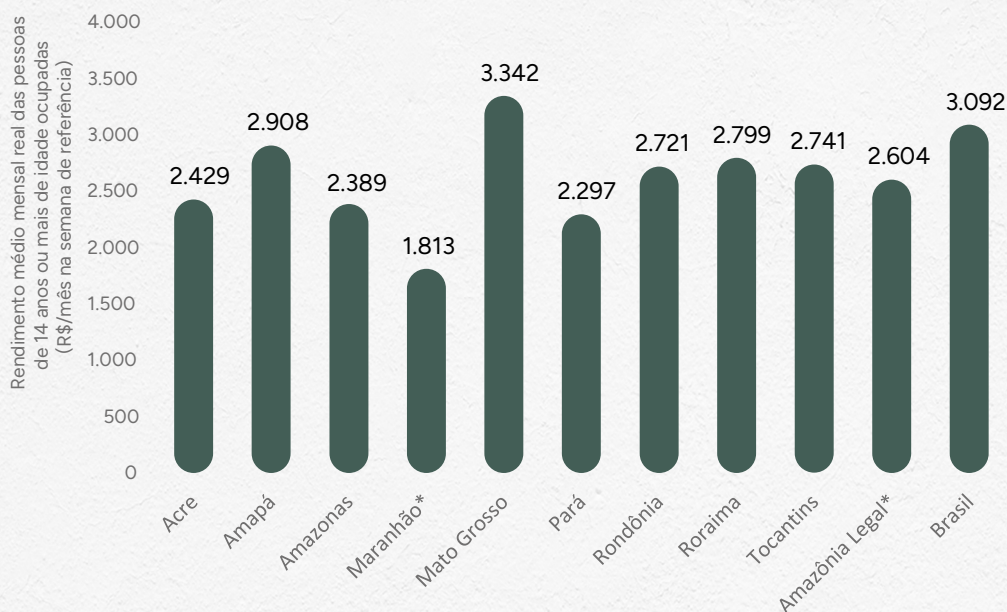
^[41] Também chamado de PIB a preços correntes.

BAIXA RENDA MÉDIA NA AMAZÔNIA LEGAL

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD-C) do IBGE (2024f), a renda média da Amazônia dos trabalhadores formais foi de cerca de R\$ 2.604 por mês em 2023, ao passo que o valor médio para o Brasil foi de cerca R\$ 3.092 por mês no mesmo ano. Dentre os estados, somente Mato Grosso atingiu renda média maior que a brasileira. Por outro lado, Pará e Maranhão ficaram abaixo da média regional com R\$ 2.297 e R\$ 1.813 por mês, respectivamente (Figura 44).

Já de acordo com a pesquisa da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2023g), o rendimento domiciliar per capita médio da Amazônia Legal atingiu o menor valor da série histórica em 2021: R\$ 1.060 *per capita*, cerca de R\$ 490 abaixo do rendimento *per capita* médio do Brasil (Figura 45).

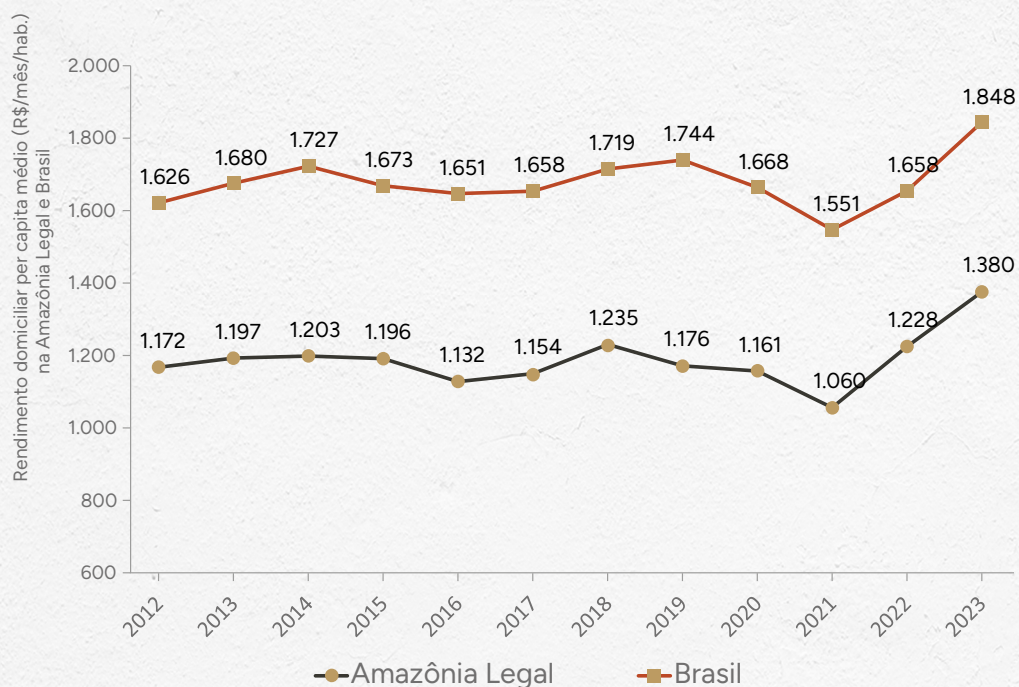
Figura 44. Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas com rendimento de trabalho nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2023.



*Rendimento da Amazônia Legal refere-se a média aritmética dos rendimentos dos estados. Inclui todo o estado do Maranhão.

Fonte: com base nos dados da PNAD-C Anual 2024, IBGE.

Figura 45. Rendimento domiciliar per capita médio (R\$/mês/hab.) na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2023.



*Rendimento da Amazônia Legal refere-se à média aritmética dos rendimentos dos estados. Inclui todo o estado do Maranhão.

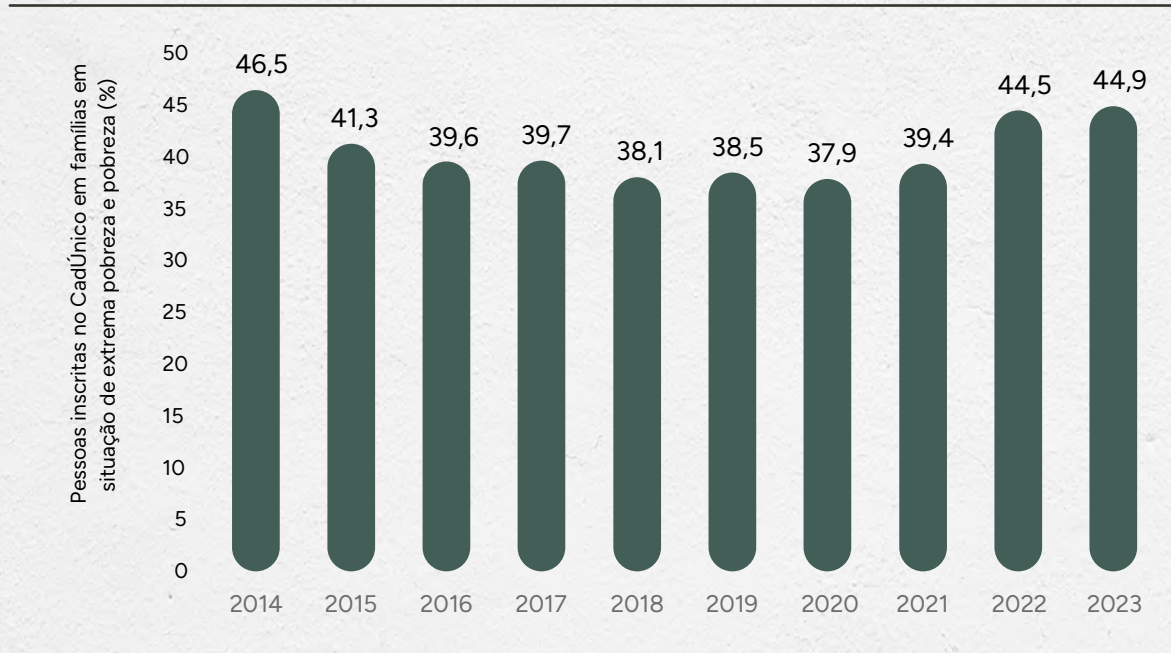
Fonte: com base nos dados da Síntese de Indicadores Sociais 2024, IBGE.

TAXA DE POBREZA NACIONAL: MENOR TAXA DA SÉRIE HISTÓRICA

De acordo com dados do CadÚnico (MDS, 2025), cerca de 44,91% da população da Amazônia Legal em 2023 está cadastrada nesse sistema e encontra-se em situação de pobreza ou extrema pobreza, uma alta em relação aos anos anteriores (Figura 46)^[42].

^[42] Mais informações sobre as diferentes faixas de renda que definem pobreza e extrema pobreza disponíveis em: <http://bit.ly/42nJsao>.

Figura 46. Pessoas inscritas no CadÚnico em famílias em situação de extrema pobreza e pobreza (% em relação a população residente), 2014-2023.



Fonte: com base nos dados do CadÚnico e população do Censo Demográfico 2022, IBGE.

Já a pesquisa PNAD Contínua Anual do IBGE mediu a proporção de pessoas em situação de pobreza a partir de linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial no âmbito da Agenda 2030 (IBGE, 2025f). A Amazônia Legal possuía 36,23% de sua população em situação de pobreza em 2023 (Tabela 25). Entre os estados, Maranhão (51,2%), Amazonas (45,5%), Acre (51,5%) e Pará (39,2%) possuíam maior proporção de pessoas em pobreza (IBGE, 2025f).

Tabela 25. Taxa de pobreza nacional (% de pessoas pobres) nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2023.

Estados	Taxa de pobreza nacional - (% de pessoas pobres) em 2023	
	Pobreza (menos de US\$ 5,50 PPP 2011)	
Acre	51,50	
Amapá	32,89	
Amazonas	45,49	
Maranhão*	51,22	
Mato Grosso	17,24	
Pará	39,24	
Rondônia	24,41	
Roraima	35,48	
Tocantins	28,60	
Amazônia Legal*	36,23	
Brasil	27,37	

*Rendimento da Amazônia Legal refere-se a média aritmética dos rendimentos dos estados. Inclui todo o estado do Maranhão.

Fonte: com base nos dados da PNAD-C Anual 2024, IBGE.

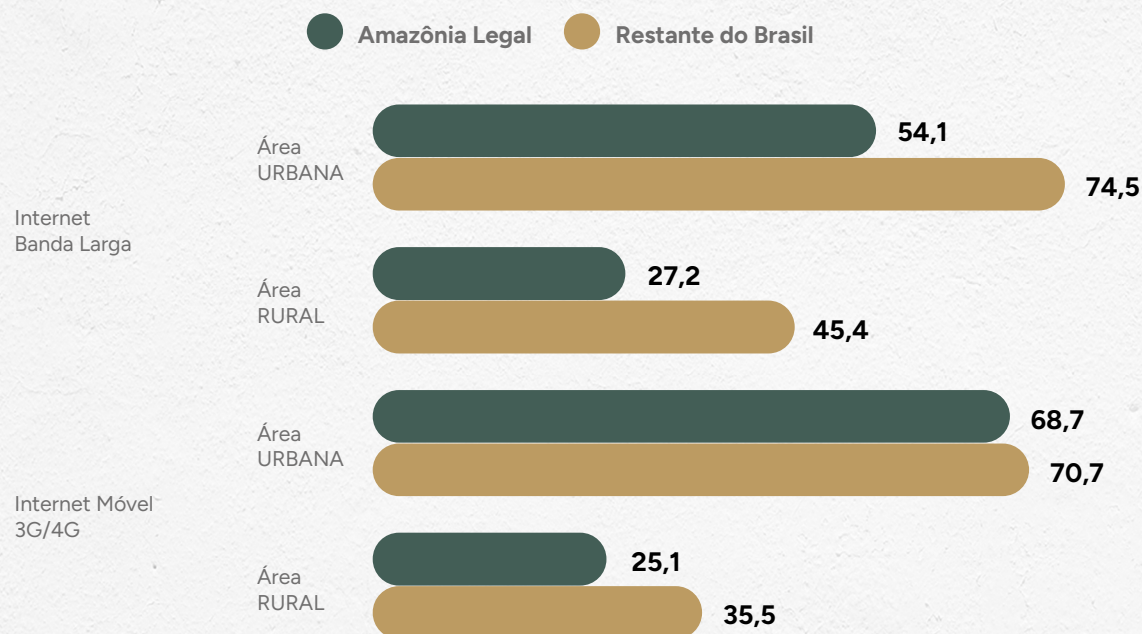
A INFRAESTRUTURA DA AMAZÔNIA LEGAL

• Internet e telefonia móvel

O acesso à internet banda larga e móvel na Amazônia Legal está bem abaixo dos valores existentes no restante do Brasil, especialmente em zonas rurais (Figura 47). Contudo, há oportunidade para dinamizar a economia da região com investimentos em infraestrutura de telefonia e internet (Araújo *et al.* 2022a). Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) podem conectar os mercados amazônicos a outras partes do Brasil e, assim, minimizar o isolamento da região. É, portanto, essencial melhorar a qualidade dos serviços de internet banda larga ou acesso à internet móvel na Amazônia Legal^[43].

^[43] Mais informações sobre esse estudo do AMZ2030 em: <https://amazonia2030.org.br/acessibilidade-na-amazonia-legal-solucoes-digitais/>.

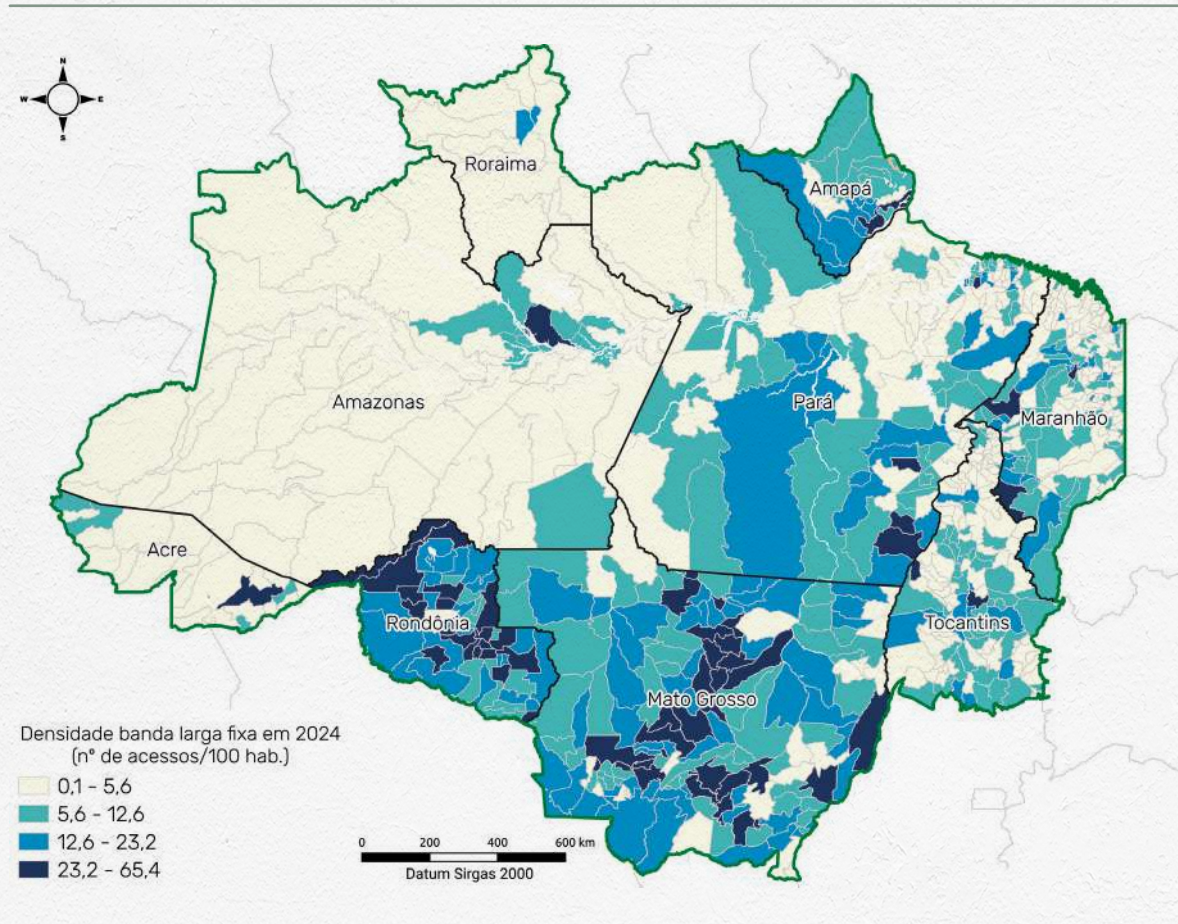
Figura 47. Acesso à *internet* banda larga e móvel (% da população) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2023.



Fonte: com base nos dados da CPI/PUC-Rio e PNAD-C do IBGE.

A partir de dados da Anatel (2023), é possível analisar a densidade de acesso à banda larga de internet fixa a nível municipal. Dessa forma, percebe-se que atualmente há um vazio na oferta desse serviço, especialmente em municípios do interior da Amazônia que estão isolados dos grandes centros urbanos. Por exemplo, nos estados do Amazonas e Roraima, somente as capitais Manaus e Boa Vista possuíam uma densidade de acesso à banda larga de internet fixa maior que 15,1 acessos por 100 habitantes em 2024. Por outro lado, a maior parte dos municípios desses estados possuía entre 0,1 e 5,6 acessos por 100 habitantes nesse mesmo ano (Figura 48).

Figura 48. Densidade de acesso à banda larga de internet fixa nos municípios da Amazônia Legal, 2024.



Fonte: com base nos dados da Anatel.

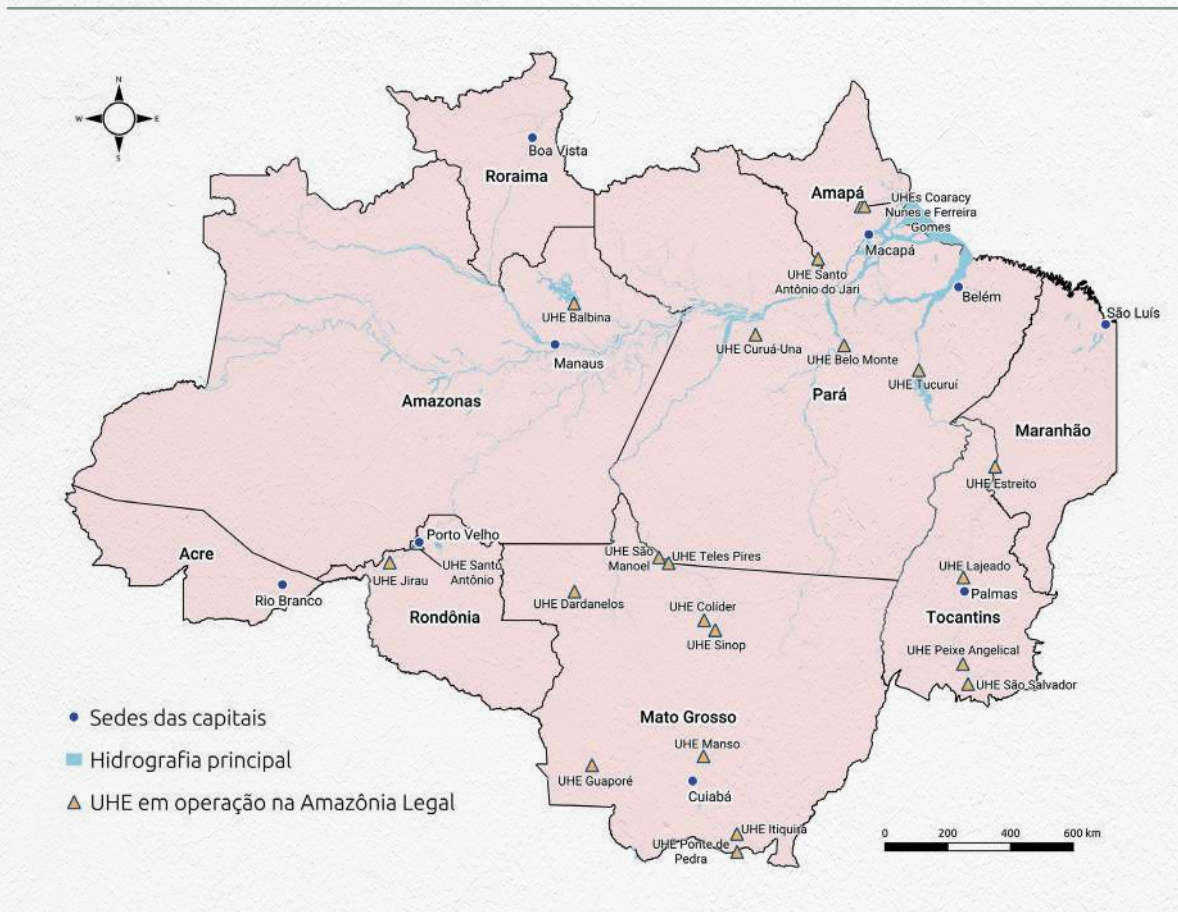
• Energia hidrelétrica na Amazônia

Com base nos dados da Aneel (2024), a Amazônia Legal possui 22 hidrelétricas em operação na região (Figura 49), como Tucuruí (8,5 GW), Belo Monte (11,2 GW), Jirau (3,8 GW) e Santo Antônio (3,6 GW) – as quais representam cerca de 25% do parque hidrelétrico do país. A região reúne 34% de toda a potência hídrica do Brasil e 22% de toda a geração térmica com combustíveis fósseis. Em 2023, a região gerou 21% da energia do país e

consumiu apenas 12%, sendo, portanto, exportadora de energia elétrica para o restante do Brasil (Dutra e Romeiro, 2024).

Cerca de 3 milhões de habitantes da Amazônia Legal são atendidos pelos Sistemas Isolados, nos quais a energia elétrica é gerada majoritariamente por usinas termelétricas a óleo diesel. Além disso, quase 1 milhão de pessoas vive sem acesso perene à energia elétrica, pois conta com apenas algumas horas de energia por dia por meio de geradores a diesel (Schutze e Holz, 2023).

Figura 49. Usinas Hidrelétricas em operação na Amazônia Legal, 2024.



Fonte: com base nos dados da Aneel.



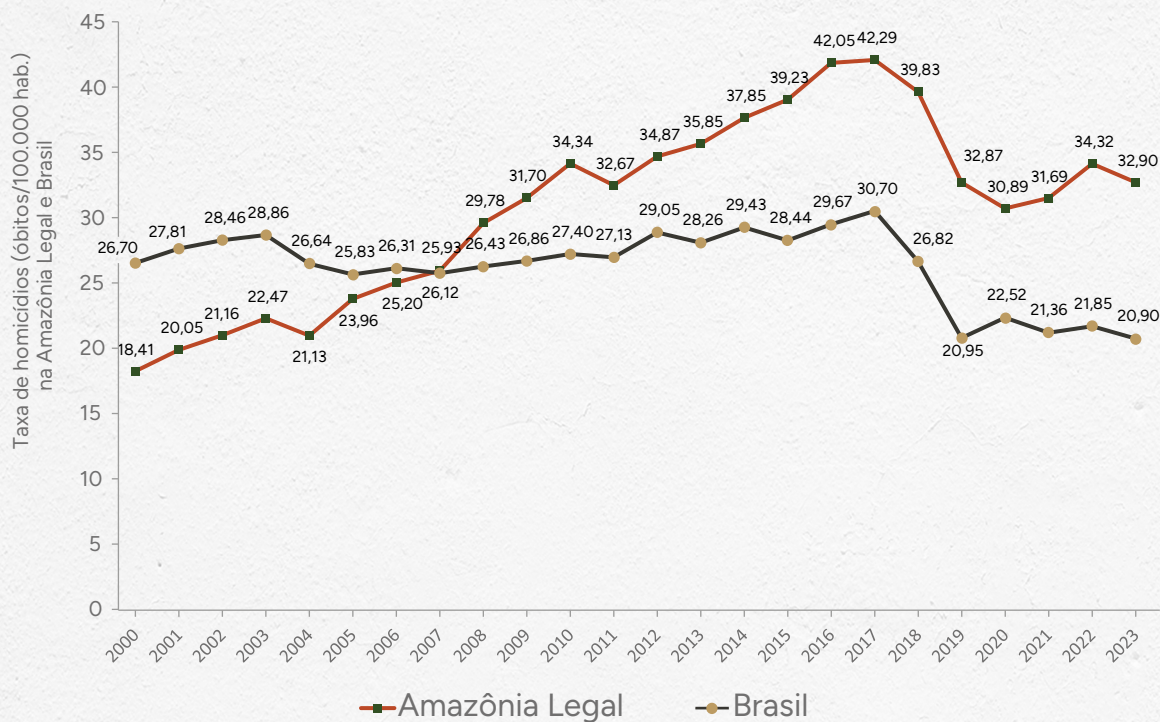
SEGURANÇA PÚBLICA

A Amazônia Legal é hoje a região mais violenta do país. Em 2020, 4 entre os 10 e 23 entre os 100 municípios mais violentos do Brasil estavam na região (Soares *et al.* 2021)^[44]. Já a taxa de homicídio nos estados, que, em 2007, era igual à do restante do Brasil, aumentou em mais de 100% desde o início dos anos 2000; ela saltou de menos de 20 para mais de 42 homicídios por 100 mil habitantes em 2017 e 2018 (Figura 50). Somente após 2017 a taxa de homicídio na região sofreu queda. Porém, vários municípios da Amazônia Legal possuíam taxas maiores que 70 homicídios por 100 mil habitantes em 2023, de acordo com dados do Ministério da Saúde (2023).

Entre os estados, o Pará é o que possui a maior taxa bruta de mortalidade por homicídios na Amazônia Legal desde 2003, sobretudo nos municípios do interior, onde o desmatamento avança (Figura 51). Em grande medida, a história de aumento ininterrupto da violência na Amazônia Legal é uma história do aumento da violência no Pará (Soares *et al.* 2021).

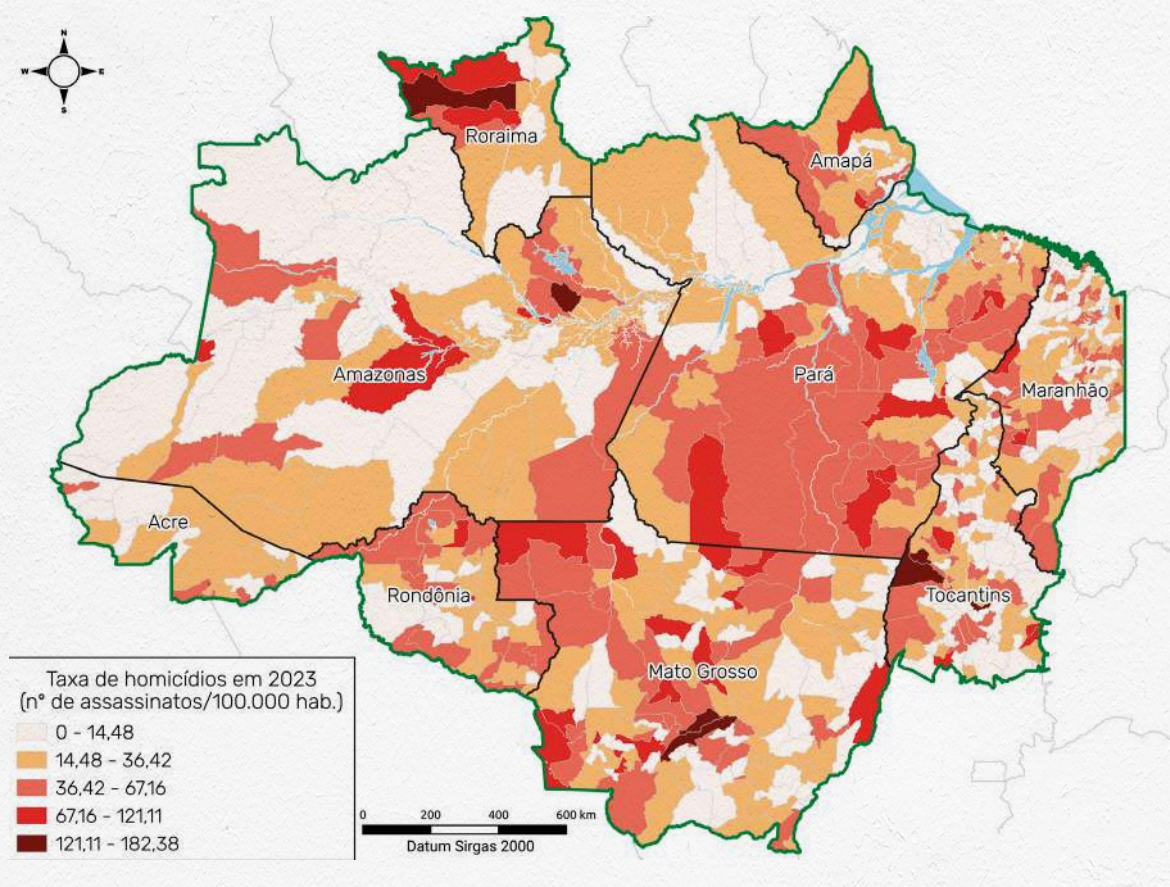
^[44] Mais informações sobre esse estudo do AMZ2030 em: <https://amazonia2030.org.br/ilegalidade-e-violencia-na-amazonia/>.

Figura 50. Taxas brutas de mortalidade por homicídios (óbitos por 100 mil habitantes) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2000-2023.



Fonte: com base nos dados do SIM e projeções populacionais, Datasus e IBGE.

Figura 51. Taxas brutas de mortalidade por homicídios nos municípios da Amazônia Legal, 2023.



Fonte: com base nos dados do SIM e projeções populacionais, Datasus e IBGE.

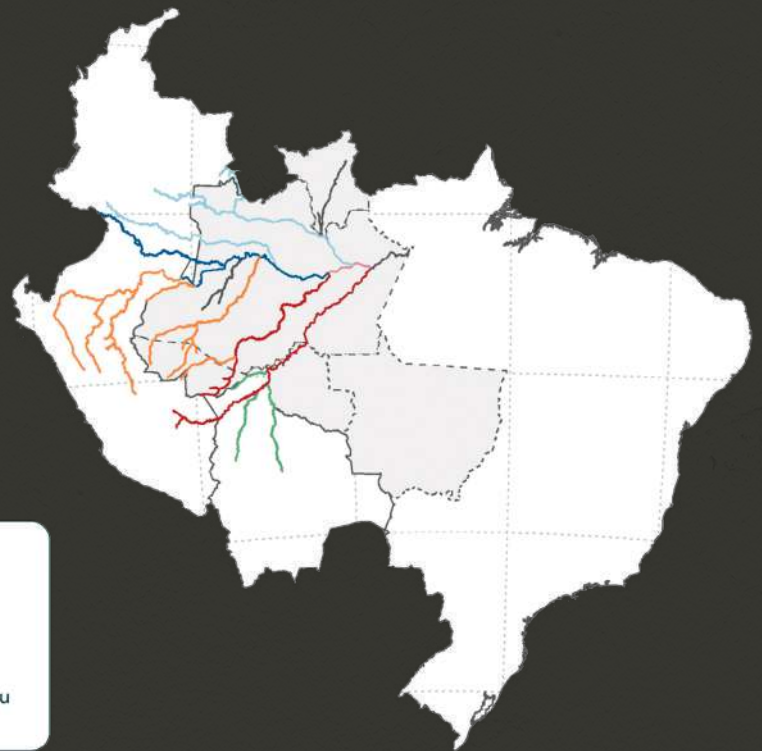
BOX:**ATERRIZANDO NA ÁGUA:
INTERDIÇÃO AÉREA, TRÁFICO
DE DROGAS E VIOLÊNCIA NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Pereira, Pucci e Soares (2025) analisam os efeitos da política de interdição aérea implementada no Brasil em 2004 sobre o tráfico de cocaína na região amazônica. A pesquisa revela que a intensificação da fiscalização aérea deslocou significativamente as rotas de tráfico das vias aéreas para as hidrovias amazônicas, expondo comunidades ribeirinhas ao crime organizado e resultando em um aumento expressivo da violência.

Entre 2005 e 2020, aproximadamente 1.430 homicídios em municípios ao longo dos rios foram atribuídos a essa mudança nas rotas do tráfico, correspondendo a cerca de 27% do total de homicídios nessas áreas. Além disso, observou-se um aumento nas mortes

por overdose, indicando maior disponibilidade de cocaína nas comunidades afetadas. O estudo destaca a capacidade adaptativa das organizações criminosas e ressalta a necessidade de políticas públicas integradas que considerem os possíveis deslocamentos do crime e seus impactos sociais, evitando medidas isoladas que possam gerar efeitos colaterais adversos.

Figura 52.
Rotas fluviais de tráfico de cocaína e países de origem.



Fonte: Pereira, Pucci e Soares (2025).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA (Agência Nacional de Águas). Base Hidrográfica Otto-codificada Multiescalas 2023. 2023. <https://bit.ly/4bM7z65>

Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Painéis de dados de acesso. 2023. <https://bit.ly/4e5nVZ7>

Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Base de dados de hidrelétricas. 2022. <https://bit.ly/3VpbBM2>

Araújo, Rafael, Aline Bragança e Joana Assunção. Acessibilidade na Amazônia Legal: Soluções Digitais. Amazônia 2030, 2022a. <https://bit.ly/3cXdMTA>

Araújo, Rafael, Aline Bragança e Joana Assunção. Acessibilidade na Amazônia Legal: Delimitação da Área de Influência e Riscos Ambientais. Amazônia 2030, 2022b. <https://bit.ly/4cDIY5M>

Assunção, Joana e José A. Scheinkman. Carbono e o Destino da Amazônia. Amazônia 2030, 2023. <https://bit.ly/4bHv4xl>

Barreto, Paulo, Rilke Pereira e André J. Rocha. Da “Escassez” à Abundância: O Caso da Pecuária Bovina na Amazônia. Amazônia 2030, 2024. <https://bit.ly/4bNbXBS>

Barreto, Paulo, Arhur J. Silva Rocha, Amintas Brandão Jr., Ritaumaria Pereira e Gabriel Barreto. Lições da Expansão da Pecuária Bovina no Brasil (2000-2023) para uma Produção Sustentável e Eficiente. Amazônia 2030, 2025. <https://bit.ly/431hN0k>

BCB (Banco Central do Brasil). Calculadora do Cidadão – Índice de Preços IPCA. 2024. <https://bit.ly/4ebuQQr>

Brito, Brenda, João Almeida, Priscila Gomes e Ricardo Salomão. Dez Fatos Essenciais sobre Regularização Fundiária na Amazônia. Imazon, 2021a. <https://bit.ly/3XfRhOK>

Chiavari, Joana, Gustavo Coser, Rafael Canini e Ítalo Moreno. Panorama de Financiamento de Rodovias e Ferrovias na Região Norte e no Brasil: Elementos para uma Melhor Governança. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2022. <https://bit.ly/3VsqLEs>

Coslovsky, Salo. Mesas Executivas de Exportação e o Fomento aos Produtos Compatíveis com a Floresta na Amazônia. *Amazônia 2030*, 2023. <https://bit.ly/3Yab81b>

Couto, André C. e Isabel S. Oliveira. "A Geografia no Narcotráfico na Amazônia." *Geographia Opportuno Tempore* 3, nº 1 (2017): 52–64.

Dutra, Joisa e Diogo Romeiro. Caminhos para a Transição Energética na Amazônia. *Amazônia 2030*, 2024. <https://bit.ly/3ErPILT>

Embrapa. Áreas Urbanas no Brasil em 2015. 2015. <https://bit.ly/3KvAqzO>

Fajardo, Wagner, Ana L. Pinto, Túlio Lins e Vinícius Barone. Cidades Amazônicas: Um Chamado à Ação. *Amazônia 2030*, sd. <https://bit.ly/4IGIj6J>

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Base de Dados de Cobertura da Vegetação 1:250.000, no Recorte ao Milionésimo. 2021. <https://bit.ly/4c2HaRg>

IBGE. Estrutura Territorial da Amazônia Legal. 2022a. <https://bit.ly/3yKMnPf>

IBGE. Áreas Territoriais dos Municípios Brasileiros. 2022b. <https://bit.ly/4e5ojH3>

IBGE. População Residente Estimada: Estimativas de População – EstimaPop. 2022c. <https://bit.ly/3RkXdIX>

IBGE. Censo Demográfico 2022. 2023a. <https://bit.ly/458nOb0>

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). 2023b. <https://bit.ly/4e9svWo>

IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM). 2023c. <https://bit.ly/45ecdHx>

IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). 2023d. <https://bit.ly/3KtKauk>

IBGE. Censo Demográfico 2022: População por Cor ou Raça – Resultados do Universo. 2023d. <https://bit.ly/3VrvLot>

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios – Total e por Setores Econômicos. 2023e <https://bit.ly/3wZ7SLR>

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C). 2023f. <https://bit.ly/3RIhAzp>

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Padrão de Vida e Distribuição de Rendimentos. 2023g. <https://bit.ly/3X9bBRv>

Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola). Projeto *Timberflow*. 2025. <https://timberflow.org.br/>

Incrá (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Assentamentos Rurais e Terras Quilombolas. 2023. <https://bit.ly/4bHg16A>

Inkra. O Que É um Assentamento? 2020. <https://bit.ly/4clfin9>

Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Monitoramento da Floresta Amazônica Brasi-leira por Satélite – Projeto Prodes. 2023a. <https://bit.ly/46wh1qQ>

Inpe. Monitoramento do Bioma Cerrado por Satélite – Projeto Prodes. 2023b. <https://bit.ly/46wh1qQ>

Inpe. Banco de Dados de Queimadas – Inpe Programa Queimadas. 2023c. <https://bit.ly/4e-aXG3l>

ISA (Instituto Socioambiental). Áreas Protegidas: Shapefile. 2023. [Dados não publicados].

Kuhn, Paulo A. F., Rodrigo L. G. Dallarosa, Euzébio B. Souza e Raimundo C. Senna. Hidrologia da Amazônia dos Rios da Amazônia. Coleção Caderno da Amazônia. Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, 2009. 80 p.

Lopes, Cristina L. e Joana Chiavari. Bioeconomia na Amazônia: Análise Conceitual, Regulatória e Institucional. Amazônia 2030, 2022. <https://bit.ly/49VzUXc>

Mapbiomas. Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil – Cobertura do Solo Classe Nível 1. 2023a. <https://bit.ly/4a239rt>

Mapbiomas. Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil – Transição da Cobertura do Solo Classe Nível 1, 1985–22. 2023b. <https://bit.ly/3V7iZKM>

Mapbiomas. Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil – Cobertura da Mineração, 2000–2022. 2023c. <https://bit.ly/4bM7UFT>

Mapbiomas. Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil – Superfície de Água do Brasil. 2023d. <https://bit.ly/3VheZrc>

Ministério da Cidadania. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Pobreza e Extrema Pobreza. 2023a. <https://bit.ly/4574on3>

Ministério da Cidadania. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Dados de Abastecimento de Água. 2023b. <https://bit.ly/4574on3>

Ministério da Cidadania. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Dados de Esgotamento Sanitário. 2023c. <https://bit.ly/4574on3>

Ministério da Cidadania. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Dados de Coleta de Resíduos Sólidos. 2022d. <https://bit.ly/4574on3>

Ministério da Cidadania. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Dados de Mora-dia. 2022e. <https://bit.ly/4574on3>

Ministério da Saúde. Sistema de Informações de Mortalidade (SIM): Óbitos por Homicídios (Agressões). 2023. <https://bit.ly/4bHgSEk>

Pereira, Leila, Rafael Pucci e Rodrigo R Soares. Aterrizando na água: interdição aérea, tráfico de drogas e violência na Amazônia brasileira. Notas de Políticas Públicas. Amazônia 2030. 2025. <https://bit.ly/4jolm6P>

RAISG. Desmatamento na Amazônia até 2025. Passado e Futuro do Desmatamento na Amazônia. 2023. <https://bit.ly/4c4VjNJ>

RAISG. Limites RAISG 2023. 2024b. <https://bit.ly/45qDgQh>

RAISG. Áreas Protegidas. 2024b. <https://bit.ly/45qDgQh>

Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex). Mapeamento da exploração madeireira na Amazônia – Agosto 2021 a Julho 2022. Belém: Imazon, Idesam, Imaflora e ICV. 2023. <https://bit.ly/3V7b67T>

SEEG. Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. 2023. <https://bit.ly/4elUP8b>

Schutze, Amanda e Rhayana Holz. Retrato da Energia na Amazônia Legal e a Democratização dos Dados. Climate Policy Initiative. 2023. <https://bit.ly/459ecwM>

Smeraldi, Roberto e Manuele Lima. A década do açaí. Amazônia 2030. 2021. <https://bit.ly/3Gm0KqJ>

Soares, Rodrigo R., Leila Pereira e Rafael Pucci. Ilegalidade e violência na Amazônia. Amazônia 2030. 2021. <https://bit.ly/4d1KJsR>

Veríssimo, Beto; Juliano Assunção, Paulo Barreto, Manuele Lima, Daniel Santos. As 5 Amazônias: bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Amazônia 2030, 2022. <https://bit.ly/4cHxj4V>



AGRADECIMENTOS

O projeto Amazônia 2030, uma iniciativa de pesquisadores brasileiros, busca desenvolver um plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Legal. Nosso objetivo é oferecer condições para que a região possa alcançar um patamar maior de desenvolvimento econômico e humano e atingir o uso sustentável dos recursos naturais até 2030.

Agradecemos àqueles que nos apoiaram com informações e dados: Salo Coslovsky (NYU), Brenda Brito, Andréia Pinto (Imazon), Cicero Augusto, Angélica Garcia, Danielle Celentano (ISA), Marco Lentini (IFT), Júlia Costa, Juliano Schirmbeck, Mayumi Hirye (Mapbiomas), Ricardo Chaves (UFPE), Ricardo Veríssimo, Rodney Salomão, Maryane Andrade e Tayane Carvalho (Imaflora).

Palavras-chave

Amazônia, Amazônia Legal, Demografia, Economia, Desmatamento, Saúde, Educação, Cidades, Finanças Públicas, Mercado de Trabalho, Segurança Pública



O projeto AMAZÔNIA 2030, uma iniciativa de pesquisadores brasileiros, busca um plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Legal. Nosso objetivo é oferecer condições para que a região possa alcançar um patamar maior de desenvolvimento econômico e humano e atingir o uso sustentável dos recursos naturais em 2030.

www.amazonia2030.org.br

AUTORES

Daniel Santos

Engenheiro ambiental e consultor ambiental
(IPS, ODS e Banco de Dados)
danielsantos.86@outlook.com

Manuele Lima

Mestre em Engenharia Química, coordenadora de projetos e pesquisadora do Centro de Empreendedorismo da Amazônia

Ágatha Vilhena

Pedagoga e Assistente de Projetos no Centro de Empreendedorismo da Amazônia

Beto Veríssimo

Engenheiro Agrônomo e mestre em Ecologia pela Universidade Estadual da Pensilvânia (EUA). Co-fundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), diretor do Centro de Empreendedorismo da Amazônia e co-coordenador do projeto Amazônia 2030

Caíque Silva

Estudante de Geografia e estagiário no Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)

ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Mundo que Queremos

amazonia2030@omundoquequeremos.com.br

Jornalista responsável

Gustavo Nascimento/O Mundo Que Queremos

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E INFOGRAFIA

Luciano Silva

REVISÃO DE TEXTO

Marco Fontanella



www.amazonia2030.org.br